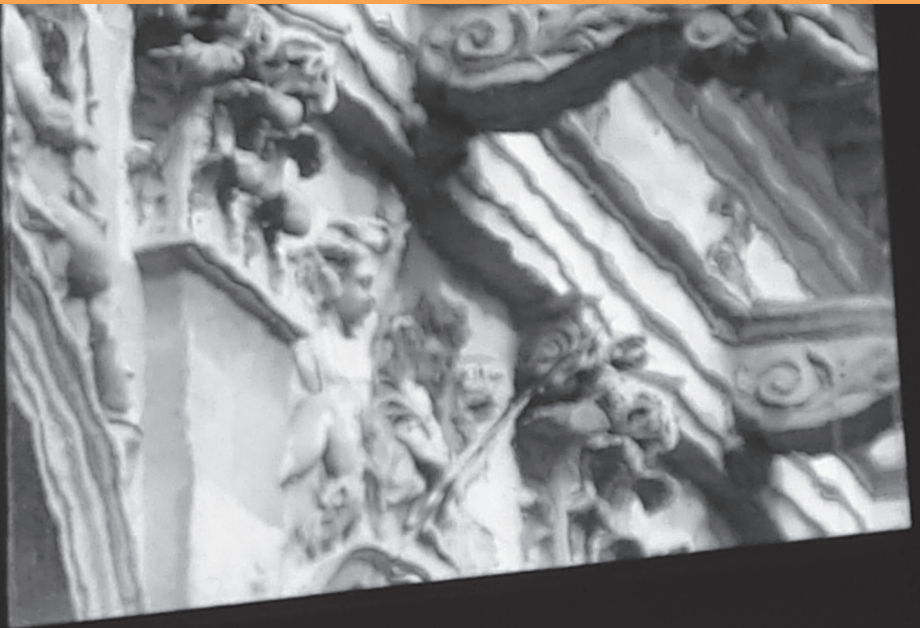




COLEÇÃO CULT

Transversalidades da cultura

Linda Rubim &
Nadja Miranda (orgs.)



Transversalidades da cultura



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR Naomar Monteiro de Almeida Filho

VICE REITOR Francisco José Gomes Mesquita



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares Freitas

CONSELHEIROS SUPLENTES

Alberto Brum Novaes

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Armindo Jorge de Carvalho Bião

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Cleise Furtado Mendes

Maria Vidal de Negreiros Camargo



CULT — CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

COORDENAÇÃO Antonio Albino Canelas Rubim

VICE-COORDENAÇÃO Gisele Marchiori Nussbaumer

CONSELHO DELIBERATIVO

Antonio Albino Canelas Rubim Ângela de Andrade

Gisele Marchiori Nussbaumer Lindinalva Rubim Mariella Pitombo Vieira

COLEÇÃO CULT

Transversalidades da cultura

Linda Rubim
& *Nadja Miranda (Orgs.)*

EDUFBA
SALVADOR, 2008

© 2008, by autores

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

REVISÃO Cida Ferraz

NORMALIZAÇÃO Susane Barros

FOTO DA CAPA Gabriela Nascimento

BIBLIOTECA REITOR MACEDO COSTA — UFBA

Transversalidades da cultura / Linda Rubim & Nadja Miranda (organizadoras).

- Salvador: EDUFBA, 2008.

198 p.

Textos de pesquisadores apresentados no III Encontro de Estudos
Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), realizado de 23 a 25 de maio de 2007.

ISBN 978-85-232-0548-5

1. Cultura - Congressos. 2. Comunicação e cultura. 3. Multiculturalismo. 4.
Política cultural. 5. Brasil. Ministério da Cultura - História. 6. Política urbana.
7. Inclusão digital I. Rubim, Linda. II. Miranda, Nadja. III. Encontro de Estudos
Multidisciplinares em Cultura (3. : 2007 : Salvador, BA).

CDD - 306

EDUFBA Rua Barão de Geremoabo, s/n *Campus* de Ondina,
Salvador – Bahia CEP 40170 115 tel/fax 71 3283 6164
www.edufba.ufba.br edufba@ufba.br

Apresentação

O volume Cinco da Coleção Cult registra as conferências do III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), realizado de 23 a 25 de maio de 2007, em Salvador. A publicação dos textos de pesquisadores referentes às mesas redondas e palestras realizadas no Enecult vem se tornando uma tradição e qualifica os desdobramentos deste acontecimento cultural que reúne estudiosos do Brasil e de outros países, notadamente da América Latina.

O texto de Daniel Mato (Universidade Central da Venezuela) *Los “Estudios de Cultura” pueden y deben salir del ghetto* abre essa edição e reflete sobre o maior desafio do momento que é retirar os estudos da cultura dos guetos construídos pelos próprios estudiosos.

Segue-se a reflexão do estudioso Manuel Antonio Garretón M. (Universidade do Chile), *El espacio cultural latino americano revisitado* na qual são desenvolvidas hipóteses acerca da globalização no continente latino-americano. Para o autor, a perspectiva de existência das nossas sociedades no mundo globalizado só será viável através de uma recomposição do estado

e sua relação com a sociedade capaz de produzir de forma lenta e gradual, mas consistente, a conformação de um bloco de países cujo eixo seja a dimensão cultural, como em outros contextos era a dimensão econômica.

Já Otavio Gentino, investigador de Comunicação e de Cultura, realizador de Cinema, Televisão e docente de diversas Universidades na Argentina e em outros países da América Latina, em seu texto-reflexão *La Cultura como Capital*, preocupou-se com um assunto, que embora se arraste desde a origem da nossa história, só começou a ser estudado recentemente: os cruzamentos sinérgicos que existem entre a cultura e a economia, duas vias que crescem, dialogam, ainda que às vezes não se escutem, o que demanda um esforço teórico, analítico e sobretudo político para serem visualizados e compreendidos.

Bruno César Cavalcanti, da Universidade Federal de Alagoas, dá continuidade aos discursos, em sua abordagem acerca das *Narrativas de Cultura e movimento de atores: rumos e riscos das políticas da diversidade cultural* na qual conclui ser uma tarefa da ordem do dia desenvolver maior interlocução entre os diferentes mediadores envolvidos na promoção da diversidade cultural. Para ele o advento de inúmeras redes comunicantes que emergiram nesses últimos anos em todo Brasil aponta para o crescimento de possibilidades reais de uma cidadania culturalmente informada e esclarecida. Em consequência, ainda na compreensão do autor, desenvolver-se-á a percepção sobre o potencial de crítica cultural presente nas reivindicações da diversidade para o quadro de políticas públicas do setor.

La nouvelle topographie des débats internationaux sur la culture, l'information et la communication é o tema tratado por Armand Mattelart (Université Paris VIII). Para o teórico belga, uma das maiores mutações do campo da cultura, da informação e da comunicação é a que se refere à mudança da topografia dos lugares onde se negocia o seu estatuto em relação à sua “pro-

prietarização” ou “patrimonialização” crescente. Ele aponta que a UNESCO, OMC, UIT, OMPI são instituições vinculadas a essa agenda. Independente da divisão das tarefas que lhes foram atribuídas há uma linha diretiva que entrelaça os temas tratados por elas: diversidade cultural, liberalização dos fluxos, sociedade da informação e propriedade intelectual.

O quinto livro da Coleção Cult traz também *Ministério da Cultura: um olhar sobre o presente*, texto de Isaura Botelho (Fundação Getúlio Vargas) que faz um retrospecto sobre o histórico do MINC com o objetivo de entender a sua trajetória. Desde a criação daquela pasta, em 1985, no governo José Sarney até os dias atuais, a autora trata das diferentes gestões, assinalando, inclusive, os momentos de recuperação da sua presença no debate público: seja durante o governo Fernando Henrique Cardoso, época de um pesado investimento político nas leis de incentivo fiscal; de esvaziamento do papel nacional e político das instituições do Ministério e de repetição mecânica de pressupostos de uma política cultural democrática; seja na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, quando se estabeleceu um amplo processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural.

O III Enecult também se caracteriza por um deslocamento das discussões gerais para as mais específicas mantendo-se obviamente fiel à pauta cultural. Isso acontece, por exemplo, em *Caminhos alternativos à espetacularização urbana*, de Paola Berenstein Jacques (Universidade Federal da Bahia) que discute em seu trabalho a dualidade presente na crítica à espetacularização das cidades e a apologia à experiência participativa das mesmas. A autora explica que sua percepção de cidade-espetáculo está relacionada a uma diminuição da participação, mas também da própria experiência física das cidades, enquanto prática cotidiana estética ou artística exemplificada pelo que chama de errâncias urbanas. Experiências que venham a se constituir caminhos alternativos à cidade espetáculo.

O tema das urbes contemporâneas também é contemplado pela professora Natália Ramos (Universidade Aberta de Lisboa) em *A diversidade Cultural da Cidade: problemas e desafios*. Ela considera que a diversidade cultural, a mobilidade das populações e das relações interculturais, além de estarem no centro da preocupação da maioria dos estados, têm grande importância no contexto do mundo globalizado e colocam novas questões para a sociedade, diferentes instituições, serviços e políticas do século XXI, em particular as políticas urbanas. A autora observa, com base em dados das nações unidas, que uma em cada 35 pessoas é migrante internacional, o que soma em torno de 200 milhões de pessoas fora dos seus países de origem. A migração é essencialmente do campo para as cidades, o que resulta num aumento sem precedentes de contatos entre as culturas, ao tempo em que coloca também sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e ao planejamento urbano.

Finalmente, o texto de Fábio Sá-Earp (Universidade Federal do Rio de Janeiro) intitulado *A segunda revolução cultural: progresso técnico, novo entretenimento e exclusão digital no Brasil*, trata de um tema que lhe parece de importância óbvia, mas que ainda não se generalizou — ele se refere a um tipo especial de exclusão digital, a dos mais idosos que não recebem educação e incentivos necessários para a reeducação permanente indispensável para acompanhar um ambiente de mudança acelerada, ou seja uma revolução. O autor sugere o imediato início de um movimento para a re-inclusão dessa geração enquanto a distância é pequena. Um processo educativo que deveria ter como *locus* as universidades.

Este mosaico de textos traduz a arquitetura do evento que se propõe a cada ano constituir um fórum democrático de acolhimento aos modos diversos de pensar a cultura.

Linda Rubim
Nadja Miranda

SUMÁRIO

13

Los “Estudios de Cultura” pueden y
deben salir del ghetto

Daniel Mato

45

El espacio cultural latinoamericano revisitado

Manuel Antonio Garretón M.

59

La Cultura como Capital

Octávio Gentino

79

Narrativas de Cultura e movimento de atores:
rumos e riscos das políticas da diversidade cultural

Bruno César Cavalcanti

93

La nouvelle topographie des débats
internationaux sur la culture,
l’information et la communication

Armand Mattelart

115

Ministério da Cultura:
um olhar sobre o presente

Isaura Botelho

123

Caminhos alternativos à espetacularização urbana

Paola Berenstein Jacques

133

A diversidade Cultural da Cidade:
problemas e desafios

Natália Ramos

181

A segunda revolução cultural:
progresso técnico, novo entretenimento e
exclusão digital no Brasil

Fábio Sá-Earp

Los “Estudios de Cultura” pueden y deben salir del ghetto¹

*Daniel Mato**

En este texto argumentaré porqué pienso que el mayor desafío y a la vez la mejor oportunidad que tienen los llamados Estudios de Cultura en la actualidad es salir del *gheto* auto-limitante en que frecuentemente muchos de ellos quedan atrapados. Pienso que este auto-encierro ocurre en buena medida por una suerte de cosificación de la idea de “cultura” que, para muchos de quienes se dedican a los estudios da cultura, parece haberse convertido en “sentido común” y a la vez condición de existencia de nuestro campo de estudios, su razón de ser. Luego, comentaré acerca de algunas de las interesantes y provechosas oportunidades que se abren al salir de tal ghetto, tomando como ejemplo los casos de las llamadas “industrias culturales” y del llamado “consumo cultural”. Finalmente, reflexionaré brevemente acerca de algunos retos particulares que esto plantea.

*

Professor da Universidad Central de Venezuela.
E-mail: dmato@reacciun.ve;
www.globalcult.org.ve

1

Este texto es una versión revisada de la conferencia que di en el III ENECULT y se basa parcialmente en mi artículo “Todas las industrias son culturales”, publicado en la revista *Comunicación y Sociedad*, vol. 8 (publicada por Universidad de Guadalajara).

El desafío es salir del ghetto

Los Estudios da Cultura frecuentemente quedan atrapados en un ghetto que nosotros mismos nos hemos construido. Las fronteras de ese ghetto definen de manera inconsciente “nuestro territorio”, que resulta bastante limitado cuando se le compara con el vasto mundo que está esperándonos allí afuera.

No es que no haya quienes nos aventuremos más allá de las calles de ese ghetto, pero somos los menos. Esto se debe a una cosificación de la idea de “cultura” que opera como el “sentido común” fundacional de nuestro campo. Parece que la palabra mágica “cultura” al resonar en nuestra imaginación sólo fuera capaz de evocar unos cuantos tipos de expresiones dentro del muy amplio campo de la experiencia humana. Nuestra imaginación suele evocar ante todo la idea de “artes”, sean éstas “de elite”, “populares”, “étnicas”, o lo que sean, pero artes. En algunos casos la resonancia llega a incluir la idea de “artesanías” y “culturas populares”. En otros casos, la palabra mágica remite a la idea de “industrias culturales”, en ocasiones también a la de “consumo cultural”. En otros casos resuena a “identidades”.

Es por esto que sostengo que tenemos ante nosotros el desafío de revisar ese sentido común, de ponerlo en entredicho, de someterlo a crítica. Que esa particular forma de sentido se haya hecho “común” de ningún modo quiere decir que es “verdadera”, sino solamente que muchas personas la asumen, de manera espontánea, sin preguntarse conscientemente al respecto. Así, se torna “indiscutible”. El reto es someter a crítica ese “sentido común”, porque ese sentido común tiene una historia, que responde a ciertas representaciones y contextos específicos. No es ni “natural”, ni inmutable, ni eterno. De hecho, con el tiempo, ese “sentido común” se ha ido modificando, para pasar a incluir no sólo las llamadas “bellas artes”, como antaño, sino también las llamadas “culturas populares” y las llamadas “industrias culturales”. El desafío de estos tiempos es volver a

revisarlo, ampliar el alcance del campo que ese sentido común predefine, para poder ocuparnos de asuntos sociales muy significativos de los que no nos estamos ocupando, cuyo carácter cultural no estamos estudiando, porque estos asuntos quedados “naturalmente” fuera de los límites de esa formación específica de “sentido común”. Existen vacíos y silencios respecto de estos asuntos sociales que es nuestra responsabilidad atender desde una perspectiva de análisis cultural. Debemos hacer esto, tanto para contribuir mejor a las dinámicas sociales de las que formamos parte, como para salir del ghetto en el cual nosotros mismos frecuentemente nos encerramos.

*Usos frecuentes de la idea de “cultura”
y una mirada alternativa*

La idea de “cultura” evoca distintos significados en diversos ámbitos. En primer lugar, tenemos los significados que evoca dentro del campo de las prácticas profesionales, empresariales, intelectuales y de Estado que resulta de las determinaciones mutuas entre las políticas y las prácticas de los “artistas”, las de los ministerios o secretarías de cultura de cada país y sus funcionarios, junto con los de críticos de “arte”, curadores, productores, marchantes de “arte”, empresarios teatrales y de danza, instituciones de “arte” — tales como museos, teatros, conservatorios, escuelas de arte, fundaciones para las artes, etc. — así como los diversos públicos que “disfrutan” de estas “manifestaciones culturales”. A nivel internacional este campo suele resultar más o menos coincidente con el de las políticas de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), o con más precisión con las políticas y programas de esta agencia que no están dirigidas a Ciencia y Educación, las otras dos áreas de su incumbencia. Es decir, el ámbito que habitualmente y sin explicaciones suele denominarse el “Sector

Cultura” y asumirse “naturalmente” como tal, dentro del cual en las últimas décadas han logrado ganar cierto lugar ideas asociadas a los campos de las así llamadas “culturas populares” y las así llamadas “industrias culturales”.

En segundo lugar tenemos los campos de las “culturas populares” y de las “industrias culturales”, constituidos por prácticas y políticas diversas que, según los casos, desarrollan personas que — ateniéndonos no al tiempo que dedican a sus prácticas, sino a los ingresos que derivan de ellas — podemos llamar profesionales, semiprofesionales o no-profesionales. Además, según se trate de uno u otro campo y, según los contextos nacionales, tenemos que la idea de “cultura” evoca diversos significados cuando se trata de otros actores involucrados en estos campos, como por ejemplo, instituciones privadas o de los Estados, fundaciones, organizaciones no-gubernamentales, empresas, críticos, investigadores, curadores, promotores culturales, gestores, gerentes y trabajadores de diversos oficios, funcionarios de Estados, etc., así como nuevamente los diversos públicos que “disfrutan” de estas “manifestaciones culturales”.

Finalmente, en tercer lugar, tenemos el significado que la idea de “cultura” ha adquirido particularmente en los campos de la Semiótica y la Antropología, en los cuales, más allá de algunos matices diferenciadores, suele asociarse de manera amplia y abierta a todo el sistema de producción de signos, símbolos y/o sentido.

En el campo de los llamados Estudios de Cultura tenemos que aunque conocemos la idea de cultura, proveniente de la Semiótica y la Antropología, la cual no sólo es más amplia, sino, además — y muy importante — es abierta, resulta que la aplicamos poco. O bien la aplicamos de maneras un tanto condicionadas por esas otras representaciones de la idea de “cultura” provenientes de esos otros ámbitos específicos antes mencionados. Así, por ejemplo, no es frecuente encontrar “estudios de cultura” dedicados a analizar el orden simbólico que sostiene,

orienta y da sentido a las formas de organización social y política de sociedades modernas específicas. Tampoco es frecuente encontrar “estudios de cultura” dedicados indagar acerca del orden simbólico que sostiene, orienta y da sentido a las prácticas sociales y formas de organización para la producción, distribución y circulación de bienes y servicios (es decir eso que llaman “la economía”). Tampoco es frecuente encontrar “estudios de cultura” que examinen el orden simbólico que de diversas formas orienta el manejo del *habitat*, la alimentación, el vestido, etc. Es decir, aunque contamos con una definición abierta de la idea de cultura la usamos muy poco.

Conviene destacar explícitamente que la condición “abierta” de esta tercera manera de entender la idea de “cultura”, propia de la semiótica y de aplicación frecuente en la antropología, le confiere a esta noción una muy amplia productividad analítica y teórica. Esto es así porque, a diferencia de las otras concepciones de “cultura” que definen el campo por extensión, es decir por enumeración relativamente exhaustiva, ésta lo define por comprensión, es decir conceptualmente. Así el sistema de objetos al cual puede aplicarse queda abierto, indefinido, se convierte en una definición analíticamente muy fértil, productiva, generadora. Pero, lamentablemente, en el campo de los estudios de cultura esta potencialidad no es aprovechada con tanta frecuencia como sería posible, y en mi opinión deseable.

Por otro lado, tenemos que en los análisis de los procesos sociales contemporáneos que se hacen desde las ciencias políticas, la economía, e incluso desde la comunicación y la sociología, resulta que importantes aspectos culturales (es decir relativos a la producción y circulación de sentido) son abiertamente ignorados, o cuanto menos subordinados a la condición de “efectos”. Pero ¿quiénes son responsables de esas omisiones? ¿“Ellos”, es decir los especialistas de esos otros campos? ¿O “Nosotros”, es decir quienes decimos ser estudiosos da cultura? Yo pienso que

los responsables somos “Nosotros”, por quedarnos encerrados en nuestro propio ghetto.

Frente a los problemas asociados a la ignorancia y/o subordinación de los aspectos culturales en que incurren los especialistas de esos otros campos, la respuesta no debe ser caer en ningún tipo de reduccionismo alterno o compensatorio al de “Ellos”, sino avanzar en la construcción de perspectivas de análisis más integradas. Pero eso no es de esperar que lo propicien “Ellos”, debemos propiciarlo “Nosotros”. Centrar el análisis en los aspectos culturales no debe llevarnos a adoptar posiciones “culturalistas”, sino a examinar de manera privilegiada — o como puerta de entrada — los aspectos culturales de los procesos sociales. Pero, atención, atender de manera privilegiada los aspectos culturales no debe llevarnos a perder de vista que los procesos sociales son complejos y que las divisiones entre “lo económico”, “lo político”, “lo cultural”, “lo comunicacional”, etc. son sólo recursos analíticos que deben manejarse desde perspectivas transversales e integradoras.

A esta perspectiva analítica suelo llamarla de manera genérica “*Perspectiva de cultura, política y sociedad*”. Creo que esta perspectiva general es compartida por diversas orientaciones de investigación aun cuando los análisis particulares se basen en el uso de categorías analíticas diversas, como por ejemplo, representaciones, discursos, imaginarios, sentido, significación, u otras. Por eso, prefiero hablar de una *perspectiva* y no de una teoría, porque pienso que existen diversos enfoques teóricos que resultan significativamente semejantes entre sí en sus maneras de analizar los procesos sociales.

Pienso que para poder pensar de manera articulada en este campo lo más apropiado es pensar la idea de cultura de manera tal que no está asociada a una cosa o conjunto de cosas en particular. Tampoco creo que resulte consistente ni útil a este propósito pensar la idea de cultura asociada a un cierto conjunto

de atributos específicos que cabría asumir caracterizarían a un cierto conjunto de sujetos sociales. *Por eso no pienso en la idea de cultura como un nombre o sustantivo, sino como un adjetivo. Es decir, como una manera de mirar, estudiar o analizar los procesos sociales, es decir una perspectiva.*

Para no dejar esta discusión en un registro especulativo, dedicaré las próximas páginas a aplicar estos criterios al análisis crítico de un par de ideas que se han hecho “sentido común” en los “estudios de cultura”. Veamos.

Todas las industrias son culturales

Las categorías “industrias culturales” y “consumo cultural” juegan un papel significativo en numerosas valiosas publicaciones en varios idiomas. Pero, como argumentaré en las próximas páginas, el uso de estas categorías obstruye algunas posibilidades de investigación, por lo que pienso que convendría dejar de usarlas para abrir nuevas posibilidades de estudio. Con esto, de ningún modo sugiero que habría que dejar de estudiar esas industrias que habitualmente se estudian bajo el calificativo de culturales, sino que habría que identificarlas de maneras específicas (televisión, cine, libro, etc.) y cuando fuera el caso estudiar sus interrelaciones.

El problema es que llamar “culturales” sólo a algunas industrias y consumos, por vía de contraste, oculta la relevancia cultural de todas las demás industrias y consumos. Esto tiene efectos tanto en el ámbito de las políticas públicas, como en el de la investigación, en el cual obstaculiza el estudio de otras industrias y consumos desde perspectivas culturales.

Aunque, por coherencia expositiva, en este texto debo hacer referencia no sólo la categoría “industrias culturales” sino también y complementariamente a la categoría “consumo cultural”, dadas las limitaciones de extensión, el objetivo especí-

fico de este texto es ofrecer una crítica argumentada de la idea de “industrias culturales”. Una crítica específica de la idea de “consumo cultural” debería incluir otras consideraciones y argumentos que no es posible presentar en esta oportunidad.

Aunque existen casos excepcionales, usualmente estas categorías se aplican a ciertos tipos de industrias en específico y al consumo de sus productos. Este universo usualmente incluye las siguientes industrias y consumos relacionados: publicaciones impresas y electrónicas (incluyendo periódicos, libros revistas, afiches, tiras cómicas, etc.), radio, cine, video (incluyendo juegos), fotografía, música (incluyendo representación de espectáculo público, grabación e impresión), televisión, publicidad y el Internet (páginas Web, portales). En algunos casos la idea de “industria cultural” se utiliza para incluir ampliamente los medios de comunicación de masiva y algunas industrias del entretenimiento y espectáculo, pero no todas, ya que, en general, no se incluye a la “industria” del espectáculo deportivo. Algunas de las visiones más abarcadoras de la idea de “industrias culturales” incluyen el turismo. Pero otras industrias o actividades humanas susceptibles de ser consideradas como industrias usualmente no se incluyen bajo la categoría “industrias culturales” (ver por ejemplo: Hesmondhalg, 2002; Thorsby, 2001; UNESCO, 1982). Entre las exclusiones más significativas en este respecto cabe mencionar no sólo industrias como la del juguete, el automóvil, el vestido y la comida rápida, cuyo carácter eminentemente cultural examinaré brevemente en este texto, sino también muchas otras, como, por ejemplo, la de la salud, la farmacéutica, la de cosméticos, la de alimentos y bebidas, la de la cooperación internacional a la que no haré referencia en esta oportunidad texto pero que he analizado más ampliamente en varias publicaciones anteriores (ver Mato, 1998, 2004, 2007).

De manera un tanto diferenciada, la idea de “consumo cultural” suele aplicarse no sólo al consumo de los productos de

las industrias llamadas “culturales,” sino también a otros tipos de “consumo”, como, por ejemplo, visitas a museos históricos, arqueológicos, de ciencia y de arte, de artesanías y “cultura popular”; visitas a galerías de arte; asistencia a conciertos y obras de teatro, visitas a sitios arqueológicos, históricos y de valoración similar, entre otros. En otras palabras, la idea de “consumo cultural” suele tener un ámbito de aplicación más amplio.

Sin embargo, no suele imputarse como “cultural” el consumo de alimentos, indistintamente de que estos sean producidos industrial o artesanalmente, ni siquiera cuando se asumen como “tradicionales” del país, o “típicos” de algún otra cocina, por exótica que esta sea (china, japonesa, árabe, hindú, senegalesa, italiana, francesa, etc.). Lo mismo puede decirse del uso del vestido. ¿Porqué habría de ser cultural pararse frente a una vitrina de un museo a observar un vestido senegalés o una vajilla japonesa, y no habría de serlo vestir alguna prenda o accesorio de Senegal, o bien preparar, o degustar, comida japonesa, servida, de paso en vajilla del mismo origen? ¿Porque habría de ser “cultural” asistir a un museo en Salvador y no lo sería comer un plato bahiano en cualquier lugar de la ciudad o el Estado? Desde luego, podríamos formular la misma pregunta respecto de otros productos y orígenes. En fin, y así podríamos continuar presentando muchos otros ejemplos que nos llevan a cuestionar tanto la pertinencia y fertilidad de la categoría “industrias culturales”, como la de su asociada, aunque diferenciada, “consumo cultural”.

Toda modalidad de consumo es cultural, es decir, simbólicamente significativa y contextualmente relativa. Toda modalidad de consumo responde a un sentido común o a un sistema de representaciones compartido entre las personas de ciertos grupos sociales o poblaciones humanas, y también, y de manera asociada, construye ese sentido común, o bien contribuye a cuestionarlo y producir otros alternativos. Para comprender

el sentido “cultural” de las prácticas de consumo no debemos enfocarnos en qué se consume, sino de cómo se consume lo que se consume. Si queremos destacar que ciertos consumos construyen sentido de manera muy saliente, al menos cuando se los compara con otros, entonces deberemos observar con más cuidado y ver que esa manera más saliente no depende simplemente de qué se consume, sino de cómo se consume aquello en particular que se consume. Lo que le puede hacer ganar el énfasis en el carácter “cultural” a ciertas prácticas de consumo en contraste con otras no depende de los objetos consumidos, sino del sentido que quiénes consumen y quiénes se relacionan con ellos le atribuyen a esos objetos y/o esas prácticas. Un mismo objeto o sistema de objetos (como los de una vitrina comercial o los expuestos en una sala de museo) puede ser consumido de maneras distintas, con sentidos distintos, por diversos actores. Hay quienes miran vitrinas cual si fueran escaparates de museos, y también quienes hacen lo opuesto. Y más aun, estas maneras y sentidos pueden ser orientados inconscientemente o también conscientemente para sentir/marcar/desafiar representaciones de identidades y diferencias sociales. La producción de sentido involucrada en esas prácticas de consumo puede ser más o menos consciente o inconsciente, y quizás esta diferenciación respecto de la intencionalidad de ciertas prácticas de consumo puede ser más significativa que los objetos pasivos de esas prácticas: es cuestión de analizar casos específicos. Por lo demás, esta argumentación y potencialidad interpretativa se aplica por igual a productos de las industrias del vestido, del maquillaje, de la alimentación y del juguete, tanto como a los de las del cine, la televisión, el libro, el espectáculo, las comunicaciones, los museos, etc. Pero podríamos ir aún más lejos y aplicarlo a todas las industrias y todos los consumos: piénsese en la importancia “cultural”, simbólico-social, del automóvil, y de paso también en su impacto en las formas de organización de nuestras vidas,

y así otras industrias y consumos. Pero dejaré acá esta digresión para retomar la línea principal de mi exposición.

Para sustentar mi argumentación respecto de que todas las industrias y todos los consumos son culturales, a continuación argumentaré brevemente sobre la condición cultural de algunas industrias y algunas formas asociadas de consumo de sus productos. Pero, antes de exponer respecto de estos ejemplos, me parece necesario comentar brevemente acerca del origen de las ideas de “industrias culturales”, “consumo cultural”, así como sobre la idea de “industria”.

Sobre el origen de las ideas de “industrias culturales” y “consumo cultural”

Si prestamos atención al origen de estas dos ideas, no nos sorprendería su aplicación parcializada a las actividades humanas mencionadas anteriormente. Ambas fueron acuñadas — si bien en singular: “industria cultural” y “consumo cultural” — por Max Horkheimer y Theodor Adorno, en 1947, en su libro *Dialéctica de la Ilustración* (1998 [1947]). Estos autores estaban preocupados por la formación de aquello que en su texto llamaban “cultura de masas”, así como por el papel que atribuían a ésta de atrofiar la imaginación y servir de instrumento de dominación. Notablemente, además, también estaban preocupados por el empobrecimiento que la “cultura de masas” representaba *vis à vis* el “arte”.

En un ensayo escrito por Adorno en 1975, independientemente de Horkheimer, este autor señalaba que en el borrador del libro de 1947 se hablaba de “cultura de masas” pero que finalmente sustituyeron la expresión por “industria cultural” (1975: 12). Adorno también explicaba que la decisión de prescindir de la expresión “cultura de masas” obedeció al propósito de excluir desde un principio la interpretación que favorecían los partida-

rios de ese término, de que la cultura de masas sería una “suerte de cultura que emergía espontáneamente de las masas mismas, algo así como la forma contemporánea del arte popular”. A lo cual Adorno agregaba que la “industria cultural” debía ser claramente distinguida de la idea de arte popular (1975: 12), porque en oposición a esa creencia, los productos de todas las ramas de la industria cultural serían diseñados más o menos de acuerdo a un plan, para ser consumidos por las masas y determinarían en buena medida las formas en que eran consumidos (1975:12). Así, sostenía, “la seriedad del arte” es destruida para responder a intereses de eficacia en el alcance a las masas (1975:12).

La valoración de “Adorno” por el “arte” era tal que su crítica quedó relativamente atrapada dentro del contraste con la idea de “arte”. Esta marca de origen explica, al menos en parte, las limitaciones originales en el campo de aplicaciones de la idea de “industria cultural”. Desde ese entonces, el concepto ha sido apropiado y adaptado a la aparición de nuevas industrias por un buen número de autores. Quizá las diferencias más significativas entre el concepto original y los más nuevos son el uso del plural (“industrias culturales”) y el desarrollo de nuevas visiones del papel de los sujetos que, en contraste con la de Adorno y Horkheimer, reconocen la importancia del trabajo de los consumidores en la interpretación y/o construcción de nuevos sentidos con respecto de los productos de las “industrias culturales.”

Sin embargo, enfatizar la importancia de las interpretaciones de los consumidores, o poner el nombre en la forma plural no “exorciza” su marca de origen: la idea de “arte”. Tal vez sea por eso que, hasta ahora, no es frecuente encontrar estudios sobre “industrias culturales” que traten casos de industrias como la del juguete, el automóvil, la industria farmacéutica, la del maquillaje o la del desarrollo y la cooperación internacional. En contraste, si existen estudios específicos sobre algunas de estas industrias, realizados desde otras perspectivas o disciplinas,

que permiten observar su importancia “cultural”, a algunos de los cuales haré referencia en este texto.

Afirmo que todas las industrias son culturales porque todas producen productos que además de tener aplicaciones funcionales resultan socio-simbólicamente significativos. Es decir, son adquiridos y utilizados por los consumidores no sólo para satisfacer una necesidad (nutrición, albergue, movilidad, entretenimiento) sino también para producir sentidos según sus valores específicos e interpretaciones del mundo. Entiendo que en primera instancia es posible “ver” a algunas industrias como socio-simbólicamente más significativas que otras, pero es necesario destacar que asumir esto implica justamente desconocer el papel que juegan los usuarios/”consumidores” (es decir de los sujetos) al apropiarse de esos y/u otros objetos y usarlos según su propia visión de mundo, sus propias representaciones, sus propios universos de sentido, para producir sentido, no sólo para calmar el hambre, mitigar el frío, o, para el caso, y de manera tan funcional como las anteriores: para entretenerse o deleitarse. La idea de que, por ejemplo, las industrias audio-visuales y de la música serían evidentemente “culturales” puesto que producen representaciones, sentidos, pasa por alto que estas industrias también satisfacen una necesidad: la de entretenimiento, y además ignora el papel de los sujetos. Retomando un señalamiento formulado anteriormente en este texto, podemos decir que la idea de “industrias culturales”, de manera complementaria a las aplicaciones corrientes de la idea de “consumo cultural”, se concentra en qué se consume y no en cómo se consume, omite el trabajo productor de sentido de los sujetos.

Sobre la idea de industria

En el ensayo de 1975 antes mencionado, Adorno sostenía: “la expresión ‘industria’ no debe tomarse literalmente. Ella refiere

a la estandarización de la cosa misma [...] y a la racionalización de las técnicas de distribución, pero no estrictamente al proceso de producción” (1975: 14 ; mi traducción, D.M.). En otras palabras, Adorno sostenía que la idea de industria no debía interpretarse como sinónimo de manufactura.

Hoy en día, el término “industria” se aplica no sólo en referencia a todas las ramas de la manufactura, sino, en general a todas las actividades económicas. Es común que personas e instituciones, tanto en el lenguaje escrito formal, como en el verbal informal utilicen expresiones como “la industria hotelera”, o “la industria de los seguros”, o “la industria del turismo”, o la “del entretenimiento”, o “del vestido”, etc. Expresiones como las antes mencionadas pueden leerse y escucharse en diversos idiomas.

La extensión del uso de la palabra industria a la que Adorno se acoge y a la que también lo hago yo, está en sintonía con que en 1948 la Organización de Naciones Unidas a través de su División de Estadísticas (UNSD, por sus siglas en inglés) creó la llamada “Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las actividades económicas”, de la cual, desde entonces, ya se han aprobado 4 revisiones. El caso es que ya en la segunda revisión, realizada en 1968, esta clasificación incluye varias ramas del comercio, la finanzas y los servicios personales y a la comunidad (incluyendo explícitamente servicios culturales). En la tercera revisión (1989) puede observarse la inclusión de la administración pública, los servicios de defensa, investigación y desarrollo, educación, e incluso la actividad de organizaciones extra-territoriales, es decir la cooperación internacional, en el listado de “actividades económicas” que a la vez son nombradas como “industrias” (para más información, puede consultarse el sitio de la UNSD en internet: <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regct.asp>).

El uso que hago aquí de la palabra “industria” recoge la orientación con la cual la UNSD ha desarrollado esta clasificación a partir de identificar conjuntos específicos de actividades económicas entre las cuales es posible reconocer semejanzas significativas en el carácter de los bienes y servicios producidos, los usos de esos bienes y servicios, y/o los tipos de insumos, procesos y tecnologías que las caracterizan (ver: <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regct.asp>). No obstante, como sabemos, la demarcación entre ciertas ramas de actividad es relativa o borrosa, como por ejemplo ocurre entre la industria de la música y la industria del entretenimiento, o entre cualquiera de estas dos y las del cine y la televisión. Algo similar ocurriría con cualquier intento de separar estrictamente la industria hotelera de la del turismo, o esta última de la de viajes y líneas aéreas, etc.

Sobre la industria del juguete como industria cultural

La importancia de juegos y juguetes en la formación de representaciones de género, etnicidad y otras ha sido enfatizada en numerosos estudios psicológicos, sociológicos y antropológicos (por ejemplo: Giannini Belotti, 1980; Ducille, 1994; Rossie, 1999). Aunque los juguetes en sí no son definitorios, sino sólo en conjunción con cómo se juega con ellos y esto en contextos específicos, el juguete en sí es cuanto menos un referente en la producción de sentido. Además, en las sociedades contemporáneas muchos juguetes industrialmente producidos vienen con formas de juego sugeridas en el empaque y/o a través de la publicidad. Para comprender e investigar acerca del carácter cultural de la industria del juguete hay que hacerlo considerando de manera conjunta juguete, usos (incluyendo formas de juego), empaque y publicidad y todo ello puesto en contexto.

A modo de ilustración puede ser útil considerar, por ejemplo, el análisis realizado por Carol Moog (2005) acerca de los casos de dos muñecas “negras” en Estados Unidos. Una de estas muñecas es Huggy Bean una muñeca producida y mercadeada en masa desde 1985 por la empresa Goleen Ribbon Playthings. Según la autora, esta muñeca ha sido diseñada como una imagen orgullosa y de un espíritu animado con la cual las niñas afro-descendientes puedan identificarse positivamente. Porque, según explica, los niños de grupos étnicos tienen que luchar para trascender no sólo las imágenes negativas de sí mismos que encuentran en los medios, sino también la impresión que promueve la dominante imaginaria “blanca” que sugiere que estos niños no forman parte de la “verdadera” sociedad estadounidense. Por eso, esta empresa, cuyos propietarios son afro-descendientes, produce Huggy Bean y le da deliberadamente una personalidad positiva. Huggy Bean emprende aventuras en lugares tales como Etiopía y Sur América y viene equipada con un detallado libro de cuentos fantasiosos para “ayudar a los niños negros a descubrir quiénes son”. Moog reporta que la empresa constantemente recibe cartas de padres que cuentan lo orgullosos que están sus hijos de su Huggy Bean y de sí mismos. Esta referencia es significativa porque nos proporciona un indicador de la forma en que la muñeca es consumida, cuanto menos, por los padres.

En contraste con el anterior Moog presenta el caso de Christie una muñeca “negra” que forma parte del mundo de la muñeca más famosa y vendida del mundo, la Barbie, producida por la empresa Mattel. Moog sostiene que en la época en que la Barbie fue introducida en el mercado, el negocio de las muñecas era predominante blanco. Pero, para fines de los años sesenta, en respuesta a los cambios sociales y económicos de la época Mattel introdujo a Christie. Moog sostiene que el objetivo de la empresa no es psicológico ni educativo, sino mercantil (Moog, 2005)

El caso de la muñeca Barbie no sólo nos permite reflexionar respecto de la importancia de ciertos juguetes en tanto referentes étnicos, sino además plantear otros dos asuntos relevantes para este texto. Uno es el de que presenta un estereotipo de figura femenina que no sólo descalifica a quienes se alejan de el, sino que numerosos especialistas han aducido que promueve la anorexia.

Desde luego, la Barbie, el juguete, no promueve la anorexia por si misma. Cualquiera sea el juguete, es necesario estudiar no sólo el juguete, sino también los juegos, el empaque, la publicidad y el mercadeo y todo ello en contexto. El mercadeo y la publicidad construyen sentidos en torno al juguete, y de ciertas maneras llegan a constituir una especie de instructivo (que se puede seguir o no) sobre cómo jugar y producir sentido con el juguete en cuestión.

En el caso de la Barbie, que es muy especial, pero no único, debemos considerar también que la empresa que la produce contribuye a la formación de ciertos sentidos a través no sólo de la publicidad, sino también de la producción de parafernalia y productos relacionados (libros, programas, etc.), así como a través de sus políticas respecto de qué forma da a las Barbies “étnicas” (negras, hispanas, asiáticas, etc.), las cuales, de hecho, son solamente Barbies clásicas “coloreadas” y no reflejan diferencias de forma corporal (Ducille, 1994; Ebersole y Peabody, 1993; Rogers, 1999).

Resulten “positivos” o “negativos”, estos juguetes, juegos y efectos, reafirman por igual el carácter cultural de la industria del juguete.

Sobre la industria del vestido como industria cultural

Con frecuencia asociamos la idea de “moda” especialmente al vestir, aun cuando, ésta es aplicable a otros ámbitos de la vida.

Incluso hablamos de modas intelectuales y literarias. La idea de moda también aplica al caso de la industria del juguete, así como a muchas otras, como por ejemplo a la del automóvil. En general, para cualquier sociedad y momento histórico podemos reconocer la existencia de diferentes modas para diferentes grupos sociales, o visto de otro modo, segmentos específicos del mercado. Las modas responden al deseo de los individuos de pertenecer a un grupo social específico y a la vez diferenciarse dentro del grupo en cuestión. Todo campo de la experiencia humana, y forma de consumo, es campo fértil para estos tipos de procesos. En este sentido, buena parte de los bienes y servicios que consumimos, y las maneras en que los consumimos, son significativos y construyen sentidos para nosotros mismos y para otros, como ha sido estudiado e ilustrado por bien conocida bibliografía (Barnard, 1996; Bourdieu; 1984; Baudrillard; 1974; García Canclini, 1995; Isherwood y Douglas, 1996).

La ropa no sólo sirve para protegerse del clima, sino también para presentar cierta imagen de nosotros mismos, para comunicar nuestra pertenencia a cierto grupo social, o al menos nuestro deseo de pertenencia. Se usa para marcar simultáneamente el ajuste al grupo y la diferenciación individual dentro de él. Así, nuestra indumentaria es un elemento clave en la producción de representaciones tanto de nuestra identificación colectiva como individual.

En este caso, como en el de la industria del juguete, la producción de sentido esta relacionada no sólo con las prendas y accesorios de vestir propiamente dichos, sino también con las maneras de usarlos y con la publicidad y las prácticas de mercadeo. Tenemos que considerar el papel que juegan las industrias del cine y la televisión en promover ciertas modas, también la del sistema del espectáculo del deporte. Pero no es sólo cuestión de medios, lo es también de comunidades de pertenencia, en algunas de las cuales la comunicación cara a cara y las costum-

bres y tradiciones juegan papeles especialmente importantes en la elección del vestuario y en cómo las elecciones inciden en la vida en ellas. Asociado a esto es que deben entenderse algunas segmentaciones del mercado especialmente significativas. Así, existen mercados específicos nacionales o regionales, cada cual con sus propios gustos y preferencias, como es el caso, por ejemplo, de algunos países árabes, la India, y otros países asiáticos, etc. También existen mercados específicamente “étnicos”, el caso del mercado afro-americano en los Estados Unidos es un ejemplo notable en este sentido, como también lo son los de varias poblaciones inmigrantes tanto en los EE.UU. como en algunos países de Europa occidental. La existencia y relevancia de estos últimos segmentos del mercado, así como los relacionados con la edad, grupo socio-económico, género, orientación sexual, profesión y diversas identidades “alternativas” a las identidades sociales dominantes, constituyen el mejor y más notable argumento del carácter “cultural” de la industria del vestido y el sistema de la moda como productores de sentido (Ash y Wilson, 1993; Barnard, 1996; Croci y Vitale, 2000; Davis, 1992; Gordon, 1991; Klein, 1999; Leopold, 1993; Thompson y Haytko, 1997). No obstante, como ya lo he expresado anteriormente, para analizar éstas debemos ver cómo actúan los consumidores, es decir los sujetos respecto de los productos de estas industrias.

Sin embargo, como los planteamientos anteriores sugieren, la condición cultural de las industrias no puede discutirse adecuadamente dentro del estrecho marco de ninguna industria en particular. En la actualidad las industrias están interrelacionadas de varias maneras. En este respecto, viene al caso señalar la relación entre esta industria y lo que ya hemos visto sobre la *Barbie* como promotora de cierto modelo (poco real) de forma corporal, lo cual forma parte de un sistema más abarcador de mensajes dentro del cual otros actores significativos son los

diseñadores de moda, los medios, la industria del vestido, el sistema de estrellas de cine, televisión y modelos de pasarela, la industria del acondicionamiento físico, la industria del maquillaje, y los certámenes de belleza. Todos estos actores se articulan en la producción de ciertas imágenes hegemónicas sobre cómo deben de lucir nuestros cuerpos.

Si bien es innegable que los individuos no somos receptores pasivos de todos los mensajes de esos actores, su influencia sobre la preferencia y los esfuerzos por lucir una “buena apariencia”, al menos para los casos de ciertos grupos de población no pueden ignorarse.

Pero la condición “cultural” de una industria no está limitada a los sentidos que de diversas formas infunde a sus productos (sea a través del diseño, publicidad, mercadeo, etc.), ni tampoco a la producción de sentido de los consumidores en la apropiación y uso de sus productos. Su carácter cultural también está marcado por los modos en que se organiza la producción y el impacto que esto tiene en la vida social dentro y fuera de los espacios de producción y contextos sociales relacionados. Toda industria tiene estos tipos de “efectos”, pero históricamente se ha visto que, en ciertos momentos de la historia, algunas industrias han tenido un mayor impacto social que otras en los modos en que han reorganizado sistemas de producción y distribución y la vida social alrededor de esos sistemas, así como en los imaginarios sociales asociados a esto. Notablemente, ese fue el caso, de la industria textil durante la Revolución Industrial del siglo XVIII. Esta industria cambió aceleradamente la organización del trabajo dentro de las fábricas y, al mismo tiempo, junto con otros factores tuvo un impacto notable en la organización de la vida social (urbana y rural) en Inglaterra, en los imaginarios políticos y sociales y en la política exterior de dicho país y, de este modo también en la vida social, económica, política y cultural de otras regiones del mundo.

A través del tiempo se pueden apreciar varios ejemplos relevantes de industrias específicas que han tenido grandes impactos sociales y en los imaginarios sociales y políticos. En las últimas décadas la industria del vestido ha vuelto a tener un impacto notorio en la organización transnacional del mercado laboral y en el desarrollo de la industria montadora de partes importadas para la producción de bienes finales para la exportación, usualmente llamada “maquiladora”, o simplemente “maquila” en español, como parte de la misma. No ha sido la única, pero ha sido uno de los actores más significativos en esta práctica y, debido al carácter intensivo de mano de obra de su sistema de producción, ha tenido un impacto notorio en la incorporación de grandes contingentes de personas en el sistema asalariado de trabajo y en el trabajo domiciliario para las fábricas.

Como se sabe, las maquiladoras son plantas de montaje final establecidas por corporaciones transnacionales de diversas ramas en países donde se pagan salarios bajos para realizar el montaje final de un producto con partes que originan fuera de ese país para producir bienes finales que son exportados sin pagar casi ningún impuesto. Las corporaciones no sólo aprovechan los salarios bajos y la exención de impuestos, sino también mercados laborales poco o nada regulados en los cuales usualmente están prohibidos los sindicatos de trabajadores. Numerosos estudios sobre las maquiladoras enfocan el aspecto económico del tema, así como los problemas relacionados al pago de salarios muy bajos, la contaminación ambiental, el impacto negativo en la salud de los trabajadores, los cuales no puedo evitar mencionar aquí. No obstante, en esta oportunidad me interesa resaltar algunos aspectos relacionados que tienen un carácter más claramente “cultural.” En primer lugar, debe de tomarse en cuenta que para muchos trabajadores su relación con la maquila constituye la primera vez que se incorporan al mercado laboral dentro del marco de una relación salarial.

De este modo estas empresas inducen importantes cambios en la organización del trabajo, la cultura de trabajo (Reygadas, 2002), así como en la vida cotidiana de los pobladores locales. Estos cambios no refieren únicamente a los tipos de labores que desempeña la gente, sino que también en muchas ocasiones involucran el paso de trabajo individual, solitario, en pequeñas fábricas o en la tierra, al trabajo industrial en gran escala, donde mucha gente trabaja bajo un mismo techo de formas coordinadas e interdependientes, realizando labores rutinarias con itinerarios estrictos pero con frecuencia rotativos, en condiciones que frecuentemente afectan su salud además de sus hábitos de vida. Pero no sólo eso, muchas de estas empresas usualmente tienen la política de contratar mujeres jóvenes que hasta ese momento no habían tenido un trabajo remunerado, sino que trabajaban en casa o en empresas familiares recibiendo un pago mínimo o ningún tipo de remuneración. Esto altera las relaciones de poder dentro de las familias así como de la organización de la vida familiar.

Estos cambios son culturalmente significativos independientemente de que los consideremos positivos para las relaciones entre géneros o intergeneracionales. También cambian los patrones de consumo de los trabajadores, el tiempo disponible para alimentarse, las comidas que pueden prepararse en ese tiempo o que pueden llevarse consigo para ingerir en ese tiempo, la disponibilidad de efectivo para realizar compras, el tipo de ropa que se necesita o se desea utilizar, los productos de las industrias del entretenimiento en que se interesan, etc. En otras palabras, todo esto acarrea cambios culturales importantes y, por consiguiente constituyen elementos culturales característicos de la industria del vestido, y algunos de ellos también de otras industrias más.

Sobre la industria automovilística como industria cultural

Como señalé más arriba, la moda no es sólo asunto de ropa. Christopher Cederrgen, un analista de la industria del automóvil, afirma que los estadounidenses tratan a los automóviles como accesorios de moda y como algo que da realce a su imagen y agrega que, ahora más que nunca, la industria del automóvil es en realidad un negocio de modas, los estadounidenses “visten” sus carros, y siguen la moda (Cobb, 2002).

Observaciones semejantes han sido realizadas por Clay McShane, investigador dedicado al estudio de esta industria, quien sostiene que para los estadounidenses el automóvil es no sólo máquina, sino también metáfora y significa mucho más que un medio de transporte, simbolizaba riqueza y liberación psíquica para un enorme número de grupos dentro de la sociedad estadounidense. Y enfatiza que, además, desempeñó un importante papel en el proceso de cambio de los patrones de identidad de género (McShane, 1994:125).

Pero, las anteriores no son las únicas razones para considerar la industria del automóvil como una “industria cultural”. La introducción del automóvil personal ha sido un factor significativo en la organización de la vida humana en varios ámbitos. Ha sido un factor significativo en el patrón de distribución geográfica de la población en las afueras de las ciudades y en las últimas décadas ha permitido la reorganización de patrones de ocupación territorial que han dado lugar al desarrollo de las áreas suburbanas, especialmente en los EE.UU., y con ello, la emergencia de lo que algunos han denominado la “cultura suburbana.” La suburbanización no se ha dado sólo a causa del automóvil. Ha habido varios factores sociales concurrentes que han contribuido a ello, pero sin el automóvil esto no podría haber sucedido, por lo menos no de la misma manera en que lo conocemos hoy en día. La motorización masiva permitió reor-

ganizar el espacio urbano y rural en lo que en 1933 el Presidente del Comité de Investigaciones sobre Tendencias Sociales de los Estados Unidos en 1933 denominó “metropolitanismo”. Ese Comité señaló que el automóvil hizo posible una organización territorial de la mano de obra y de relaciones entre instituciones locales y ciudades aledañas que no tenía precedentes en la historia, y que, así, el centro urbano pudo extender su radio de influencia, y lo que antes eran pueblos, villas independientes y territorio rural han pasado a formar parte de amplios complejos metropolitanos (Flink, 1988: 150)

El automóvil ha tenido impacto en numerosos aspectos de la vida de la gente, incluyendo formas de trabajo y entretenimiento, de practicar la amistad, el cortejo, el noviazgo, la sexualidad, las relaciones inter-generacionales y entre géneros; el diseño arquitectónico; el desarrollo de centros comerciales con sus propias consecuencias, la apropiación simbólica del paisaje (incluyendo puntos icónicos de referencia nacionales); la salud y las causas de mortandad; etc. (Flink, 1988; McShane, 1994).

Además, el desarrollo de la industria del automóvil ha tenido un papel histórico en el desarrollo de la línea de montaje en cadena implementada por la Ford Motor Company en 1908, con consecuencias para la vida de los trabajadores que Charles Chaplin retrató de manera genial en su película *Tiempos Modernos*). Conviene destacar que todo esto no se debe únicamente al automóvil, ha habido otros factores concurrentes. Al respecto, el caso del automóvil es semejante al de la televisión, el cine, la música, u otras industrias usualmente calificadas como “culturales”. Su capacidad de producir sentido no es ajena ni a la actividad de los usuarios ni a los contextos. El cine o la televisión no son “culturales” per se, como tampoco lo es la industria del automóvil, o la del juguete o cualquier otra. Todas ellas y otras más son industrias susceptibles de ser estudiadas desde una perspectiva cultural, lo que, como ya he afirmado, supone

estudiarlas en contexto y tomando en cuenta qué hace la gente con sus productos.

*Sobre la industria de la comida rápida
como industria cultural*

La industria de la comida rápida ha sido un factor de cambios significativos no sólo respecto de la alimentación de la gente, sino también de la manera en que se organiza la producción y de en la cultura organizacional asociada a ello. También ha afectado rutinas familiares y usos del tiempo de ocio, así como, de ciertos modos, las relaciones inter-generacionales. En este caso, tal vez el actor más visible ha sido McDonald's, que, además, se ha convertido en un ícono estadounidense, especialmente en el extranjero. Sus tiendas se han convertido ya sea en el lugar en que alguna gente siente que participa del "American way of life", o el objetivo que representa al gobierno estadounidense cuando se trata de la expresión pública de sentimientos políticos de "anti-imperialistas", "anti-globalización", "anti-libre comercio" y otros relacionados.

No puede pasarse por alto la que han tenido McDonald's y otras cadenas de "comida rápida" como modelo de organización del trabajo y de los principios relacionados de productividad e identificación con la empresa, especialmente fuera de los EE.UU. y Europa occidental. En cierto modo, puede decirse que los valores que promueve McDonald's entre sus trabajadores constituyen su producto cultural más importante. Particularmente cuando se observa su impacto entre los numerosos jóvenes que en muchas ciudades del mundo comienzan su inserción en el mercado laboral precisamente en McDonald's. Al punto que McDonald's ha sido tomado como paradigma en muchos programas universitarios de enseñanza de administración de empresas alrededor del mundo. De este modo, a través del estudio

del caso McDonald's, los estudiantes, futuros administradores de empresas, se familiarizan y valoran su sistema gerencial y los valores y representaciones relacionados.

Algunas ideas para continuar conversando

Por todo lo expuesto, me parece que el término “industria cultural” resulta problemático. No hay industrias de las que se pueda decir que son “culturales” *per se*, ni que sean “más culturales” que otras. Todas las industrias son susceptibles de ser analizadas desde una perspectiva cultural, pero el término “industrias culturales” tiene el efecto de llevarnos a pasar por alto estas posibilidades de análisis. Pienso que es más productivo nombrar y estudiar de manera particular ramas específicas de industrias, como por ejemplo la industria del entretenimiento, la de alimentos, la del juguete, la del maquillaje, la del automóvil, la del desarrollo, la farmacéutica, etc.; así como sus articulaciones.

Como he argumentado en este texto, pienso que estudiar desde una perspectiva cultural cualquier rama de industria, o empresas particulares a su interior, demanda estudiar no sólo sus productos, sino también el empaque, la publicidad y el mercadeo asociados, así como los usos que diversos tipos de usuarios hacen de esos productos, sus articulaciones con otros productos, usos e industrias. Todo esto, desde luego, en contextos específicos. También los aspectos organizacionales y de procesos de trabajo de esas industrias pueden, y deben, ser estudiados desde una perspectiva cultural.

Estos criterios generales de investigación surgen del breve análisis de ejemplos de la industria del juguete, el automóvil y la comida rápida que he comentado anteriormente de manera sintética. Pienso que ellos pueden servir de marco muy general para orientar estudios particulares de industrias específicas

desde perspectivas que articulen el análisis cultural con el de otras dimensiones analíticas de la experiencia social.

La definición de cuáles otras perspectivas podrían resultar analíticamente significativas dependerá de varios factores, entre otros del tipo de industria y sistema de productos, usos y contextos escogidos, así cómo de las perspectivas teóricas y recursos analíticos propios de los investigadores que acometan estas investigaciones. Pero, pienso que en cualquier caso, para este tipo de estudios puede ser muy conveniente articular preguntas de investigación y modos de producción de data propios de más de una disciplina, lo que haría aconsejable tratar de trabajar inter- o trans-disciplinariamente.

A los criterios generales de investigación antes expuestos quisiera agregar acá algunas consideraciones adicionales. Los procesos de producción de sentido y resignificaciones del mismo que las mercancías (sean objetos o servicios) experimentan no se limitan a aquellos que podemos estudiar mediante el análisis morfológico de los productos, la publicidad, el mercadeo y los usos que de ellas hacen los consumidores (especialmente cuando se trata de bienes finales de consumo ya que los casos de los bienes intermedios pueden ser diferentes).

El análisis morfológico de los productos es importante, puede resultar muy significativo. Buen ejemplo de esto son las muñecas que representan uno u otro fenotipo étnico. Pero el proceso de atribución de sentido comienza incluso antes, en la conceptualización misma de los productos. Lo hace de modo tal que acaba resultando intrínseca a estos, por su propio diseño, entendido no como un mero asunto de forma externa, sino de concepto, al punto que los productos acaban perfilando “necesidades” para sus potenciales consumidores. Como también lo he ilustrado anteriormente, otro aspecto cultural importante de todas las industrias son las culturas del trabajo que promueven.

Las investigaciones de industrias específicas (más allá del usual y limitado universo de las usualmente comprendidas bajo el rótulo “industrias culturales”) desde enfoques que articulen la mirada cultural, con la política, la económica y la social son terreno fértil no sólo para la colaboración interdisciplinaria, sino también para lograr que el análisis cultural (entendido como el de la producción y comunicación de sentido) resulte de mayor interés para nuestros colegas de otras disciplinas, para los diseñadores de políticas, así como para diversos sectores sociales que si nos limitamos a estudiar sólo las industrias audiovisuales, del entretenimiento y esas otras (importantes pero) pocas que hoy por hoy es habitual llamar “industrias culturales”. Por eso, insisto, hoy en día la tarea clave de los “Estudios de Cultura” es salir del *ghetto*.

Referencias

Adorno, Theodor (1975 [1967]) *Cultural Industry Reconsidered*, *New German Critique* nr.:6, pp.: 12-19 (Traducido por Anson G. Robinson)

Ash, Juliet y Elizabeth Wilson, eds. (1993) *Chic Thrills. A Fashion Reader*. Berkeley: University of California Press

Barnard, Malcolm (1996) *Fashion as Communication*. London: Routledge.

Bourdieu, Pierre (1984 [1979]) *Distinction. A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge: Harvard University Press (Traducido por Richard Nice)

Baudrillard, Jean (1974 [1972]) *Critica de la Economía Política del Signo*. México: Siglo XXI. (Traducido por Aurelio Garzón del Camino)

Cobb, James (2002) "Niche Mania!. An insatiable consumer demand for more variety is taking carmakers to places they have never been before," en *The New York Times*, 23 de octubre, pág. G-1 and G-13.

Crane, Diana (2000) *Fashion and Its Social Agendas*. Chicago: U. of Chicago Press

Croci, Paula and Alejandra Vitale (2000) *Los Cuerpos Dóviles. Hacia un Tratado sobre la Moda*. Buenos Aires: La Marca editora.

Cunnigham, Patricia y Susan Voso (1991) Understanding Dress and Popular Culture, en Cunnigham, Patricia y Susan Voso Lab, eds. *Dress and Popular Culture*. Bowling Green State University Popular Press. Pp.: 5-18

Dickey, Susan (1991) "We Girls Can Do Anything — Right Barbie!" A Survey of Barbie Doll Fashions, in Cunnigham, Patricia y Susan Voso Lab, eds. *Dress and Popular Culture*. Bowling Green State University Popular Press. Pp.: 19-30

Dixon, Bob (1990) *Playing Them False: A Study of Children Toys*, UK: Trentham

duCille, Ann (1994) Dyes and Dolls: Multicultural Barbie and the Merchandising of Difference, en: *differences* 66-68

Ebersole Lucinda y Richard Peabody, eds. (1993) *Mondo Barbie*. St Martin Press

Flink, James (1988) *The Automobile Age*, Cambridge: MIT Press

Fred, Davis (1992) *Fashion, Culture and Identity*, U. Chicago Press

García Canclini, Néstor (1995) *Consumidores y ciudadanos*. México: Editorial Grijalbo.

Giannini Belotti, Elena (1980) *A favor de las niñas. La influencia de los condicionamientos sociales en la formación del rol femenino en los primeros años de vida*. 2a. Ed. Caracas, Monte Ávila Editores (Traducido por Giovanna Machado).

Gordon, Beverly (1991) American Denim: Blue Jeans and Their Multiple Layers of Meaning, en Cunnigham, Patricia y Susan Voso Lab, eds. *Dress and Popular Culture*. Bowling Green State University Popular Press. pp.: 31-45

- Gudeman, Stephan (1986) *Economics as Culture*, London: Routledge and Paul Kegan
- Hesmondhalgh, David (2002) *The Cultural Industries*. London: Sage
- Horkheimer, Max y Theodore Adorno (1998 [1947]) *Dialéctica de la Ilustración*. Madrid: Trotta (traducido por Juan José Sánchez)
- Isherwood, Baron y Mary Douglas (1996) *The World of Goods*. London: Routledge
- Klein, Naomi (1999) *No Logo*. New York: Picador
- Kline, Stephen (1993) *Out of the Garden: Toys, TV, and Children's Culture in the Age of Marketing*. London: Verso
- Leopold, Ellen (1993) The Manufacture of the Fashion System, en Juliet Ash y Elizabeth Wilson, eds. *Chic Thrills. A Fashion Reader*. Berkeley: University of California Press. Pp.: 101-117
- Mato, Daniel (1998) "Culture, Development, and Indigenous Peoples in the Age of Globalization: The 1994 Smithsonian's Folklife Festival and the Transnational Making of Representations", en *Cultural Studies* 12 (2):193-209.
- Mato, Daniel (2004) Redes transnacionales de actores globales y locales en la producción de representaciones de ideas de sociedad civil. En: Daniel Mato (coord.) *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, págs.: 67-93.
- Mato, Daniel (2007) Relaciones transnacionales, cultura, comunicación y cambio social. En: Daniel Mato (comp.) *Cultura, y transformaciones sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales)
- McShane, Clay (1994) *Down the Asphalt Path: The Automobile and the American City*, N.Y.: Columbia U Press
- Moog, Carol (2005) "Psychological aspects of ethnic Doll Play", in Pamela
- B. Nelson (ed.) *Ethnic images in toys and games: an exhibition at The Balch Institute for Ethnic Studies*, April 17-October 13.

Naseem, Khan (1992) Asian Women's Dress. From Burqah to Blo-ggs, Changing Clothes for Changing Times, en Juliet Ash y Elizabeth Wilson, eds. *Chic Thrills. A Fashion Reader*. Berkeley and L.A.: U. of California Press. pp.: 61-75.

Onishi, Norimitsu (2002) "Globalization of Beauty Makes Slim-ness Trendy," en The New York Times, 3 de octubre, pág. A-4

Peña, Devon 1997 *The Terror of the Machine: Technology, Work, Gender & Ecology on the U.S. – Mexico Border*. Austin: CMAS Books, The Center for Mexican American Studies, The University of Texas.

Reygadas, Luis (2002) *Ensamblando culturas. Diversidad y conflicto en la globalización de la industria*. Barcelona: Gedisa.

Rogers, Mary (1999) *Barbie Culture*. Thousand Oaks: Sage.

Throsby, David (2001) *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press

UNESCO (1982) *The Cultural Industries*. Paris: UNESCO.

El espacio cultural latinoamericano revisitado¹

*Manuel Antonio Garretón M.**

Las hipótesis básicas del espacio cultural latinoamericano

I. AMÉRICA LATINA Y LA GLOBALIZACIÓN.

Como se ha señalado en otros trabajos², hay que entender la globalización, es decir, la interpenetración — principalmente económica, comunicacional y cultural — entre las diversas sociedades, atravesando los Estados nacionales, como una realidad actual o futura, sin que esto signifique suscribir una visión eufórica ni una visión catastrófica de ella. En efecto, ni es el paraíso, ni es el infierno: es un dato como lo fue también la revolución industrial, que en un momento se confundió con el desarrollo capitalista. De modo que debemos aprender la diferencia entre globalización y neoliberalismo y ver cómo nos movemos en la primera y cómo atacamos al segundo.

La cuestión que se plantea, entonces, ya no es globalización “sí” o globalización “no”, sino cómo se va a producir esta mundialización: si en la forma actual ligada al imperialismo, si a través de la inserción aislada de cada país, o bien a través de grandes bloques de países.

*

Manuel Antonio Garretón M. é profesor da Universidade do Chile.

1

El siguiente texto corresponde a la conferencia en III Enecult, Bahía 2007. Se trata de una versión revisada y ampliada de los trabajos publicados en Revista Todavía, Buenos Aires, Diciembre 2003 y en el capítulo II de “Del post-pinochetismo a la sociedad democrática. Globalización y política en el bicentenario” (Santiago, Random 2007). Una completa exposición sobre el tema en M.A. Garretón, J. Martín-Barbero, M. Cavarozzi, N. García Canclini, G. Ruiz Jiménez, R. Stavenhagen “El espacio cultural latinoamericano. Bases para una política cultural de integración” (Fondo de Cultura Económica, 2003).

2

Ver, entre otros, M.A. Garretón, La sociedad en que vivi(re)mos. Introducción sociológica al cambio de siglo (LOM Ediciones, Santiago, 2000).

En este sentido, nuestra primera hipótesis es que no habrá integración de los países latinoamericanos a la globalización si no es por medio de la integración en un bloque propio.

2. CENTRALIDAD DE LA CULTURA.

Nuestra segunda hipótesis es que la dimensión cultural constituye un eje fundamental en la conformación de un bloque latinoamericano que se integra al mundo globalizado.

Parece indiscutible que estos bloques son espacios territoriales con una dimensión económica. Pero también es posible pensar que el eje de ellos estará situado en lo cultural o lo que hemos llamado "modelos abiertos de modernidad", esto es, la capacidad de combinar la racionalidad científica, la racionalidad emancipatoria, la racionalidad instrumental tecnológica, con las formas de subjetividad, las memorias y las tradiciones históricas.

Esta amalgama será la base, y ello porque cada vez más la cultura pasa a ser una fuerza productiva sin la cual la economía no existe, y también porque, con el debilitamiento de los Estados nacionales y la política, advertimos que la cultura pasa a ser el "cemento" de las sociedades. De hecho, es principalmente desde la cultura que se organizan las fuerzas en lucha contra los poderes transnacionales de la economía o las formas políticas de dominación.

¿Qué entendemos por cultura? Sin pretensión de originalidad, hay dos dimensiones cuya vinculación nos parece indispensable para nuestro planteo. Por un lado, la cultura es el conjunto de las preguntas y respuestas por el sentido, que tiene que ver con las formas de comunicación, las identidades y el lenguaje, con la manera de pensar, los modelos éticos y de conocimiento, con el significado que le damos a nuestras acciones, con la creatividad y con la manera como definimos el espacio, el tiempo, la naturaleza y la relación con los otros. Se trata aquí de

la cultura como sustrato. La segunda dimensión está relacionada con los grandes aparatos e instituciones, y con las cristalizaciones de esas preguntas y respuestas por el sentido en el campo de lo simbólico. En esta instancia habrá que considerar la educación, la ciencia, la tecnología, la creación artística, las industrias culturales. La idea central que queremos defender aquí es que una política cultural o el contenido de las políticas culturales es siempre una referencia a estos dos campos, reconociendo la autonomía de cada uno.

3. AMÉRICA LATINA COMO ESPACIO CULTURAL.

La tercera hipótesis es que si la conformación del gran espacio mundial se hace a través de espacios culturales, América Latina puede ser uno de esos espacios. Un espacio cultural incluye el componente simbólico, lo que llamamos la o las culturas, los espacios científico-tecnológicos y educacionales y los intercambios entre los distintos miembros o componentes de ese espacio. Afirmar a América Latina como espacio cultural está muy lejos de ser un invento arbitrario o un gesto voluntarista, puesto que hay muchos rasgos que ya forman parte de lo que hoy podríamos llamar el patrimonio de este espacio, más allá de la dimensión geográfica. Por ejemplo, la lengua, ciertos hitos históricos que prácticamente todo el conjunto de países de la región ha vivido, el déficit de racionalidad instrumental, el papel del Estado y la política en la conformación de nuestras sociedades. Asimismo, se puede hablar de varios sub espacios en las líneas fronterizas, también de un subespacio centroamericano o andino, o de los sub espacios económicos que se han ido conformando. Hay además una presencia hacia afuera de América Latina en lo artístico, por ejemplo, pero también a través de las emigraciones o de modelos de vida urbana que se reproducen en otros contextos culturales. Todo eso configura el germen de lo que tenemos hasta ahora en el espacio cultural latinoamericano.

Sin embargo, tres cuestiones parecen debilitar la idea de ese espacio común. Por un lado, tal como se ha desarrollado hasta ahora, la globalización ha significado la descomposición o la erosión de las comunidades nacionales o multinacionales, base de cualquier espacio cultural. Recordemos que, históricamente, el eje del espacio cultural latinoamericano fueron las identidades nacional-estatales, que avasallaron a las otras formas de identidad. La situación actual plantea como tarea fundamental la reconstrucción de la comunidad política, lo que debe hacerse en tres niveles: el local o identitario cuando lo identitario se corresponde con lo local, el nacional-estatal, es decir, necesitamos Estados fuertes, y el de las polis supranacionales, es decir, el espacio latinoamericano. Volveremos sobre esto.

En segundo lugar, está el problema de la exclusión social, esto es, la expulsión de masas que ya no pertenecen a las comunidades nacionales ni siquiera en calidad de explotadas u oprimidas, sino que aparecen como simplemente sobrantes.

En tercer lugar, falta voluntad política para la construcción de un espacio común. Es cierto que hay avances en esa dirección; sin embargo, todavía no se advierte lo más importante: una decisión precisa que plantee la formación y la institucionalización de ese espacio. Es decir, no parece haber conciencia entre los grupos dirigentes de que, si el énfasis en las cuestiones económicas de la integración afecta intereses que finalmente se oponen a ella, el énfasis en la dimensión cultural — menos conflictiva — puede hacer avanzar la integración en su conjunto, incluyendo las dimensiones económica y política.

Ahora bien, un espacio cultural está compuesto por varios elementos. A propósito de ellos, resaltaremos sólo algunos aspectos para ilustrar los principales problemas.

Identidades y patrimonio.

El primer componente que mencionaremos son las identidades. Más allá de la discusión a veces inconducente sobre la esencia de una identidad latinoamericana, y del reconocimiento de la importancia de las identidades nacional-estatales pese a su actual debilitamiento, hay dos cuestiones que afectan la constitución de un espacio cultural común. primero, su transformación, que consiste, por un lado — como efecto de la invasión del modelo económico y comunicacional transnacional en las sociedades —, en la aparición de nuevos grupos con sus propias identidades, con sus propias respuestas a la pregunta por el sentido, lo que se ve sobre todo en el mundo de los jóvenes, pero también en otros segmentos sociales. Por otro lado, en los últimos tiempos se ha expandido la identidad de tipo étnico, que — como en otra época las políticas — parece ser portadora de un proyecto general que supera ámbitos parciales de la vida social, pero que puede quedar reducido a su propia base sociocultural. En todo caso, frente a la transformación de las identidades, se trata de desarrollarlas y protegerlas, pero, al mismo tiempo, de reforzar los elementos comunes, transversales, republicanos y ciudadanos, tanto en el ámbito de las comunidades nacional-estatales como en el ámbito latinoamericano. Esto supone determinados intercambios, movilidades y experiencias orientados al desarrollo de vínculos entre los diversos grupos.

La otra cuestión importante en torno a las identidades es el diálogo entre la dimensión identitaria y las otras dimensiones de la cultura, tanto en el ámbito nacional-estatal como latinoamericano, es decir, la educación, la ciencia y la tecnología. En este sentido, es evidente que el mundo globalizado, que se desarrollará a través de los bloques o espacios, tiene un sustrato científico y tecnológico que entra en tensión con la dimensión identitaria, dado que en general se trata de culturas sobre todo orales que pasaron rápidamente al soporte audiovisual.

El segundo componente de un espacio cultural es el patrimonio. Hay, aquí, dos grandes líneas: la monumental y la de la memoria. Si bien ciertos países tienen políticas nacionales de patrimonio, estamos muy lejos del desarrollo de los aspectos comunes del patrimonio y la memoria. Y ello no es posible sin pensar en una institucionalidad latinoamericana, tema sobre el cual volveremos.

El campo educacional y científico-tecnológico

El tercer componente es la educación. Lo que hay que tener en cuenta es que las reformas educacionales que se hicieron en la década de los noventa fueron valiosas en términos de su orientación y adecuación al desarrollo económico, pero muy débiles en cuanto al sustrato cultural. Por ejemplo, aunque algunos países hayan incluido el componente latinoamericano en los programas educacionales, en general su incidencia fue muy pobre. La idea era formarse como ciudadano y trabajador de su país y de ahí ingresar al mundo globalizado.

A este aspecto podemos agregar que el principal espacio cultural institucional en América Latina — aun con todos los defectos que se le atribuyan — fue la universidad nacional pública, actualmente un modelo en crisis por la propia mercantilización de los servicios que ofrece, por la expansión de la universidad privada y por el déficit de los recursos que recibe del Estado. Se puede volver a la universidad pública tal como existió antes o buscar fórmulas que intenten redefinir lo que fue su proyecto original, indispensable en la construcción de una sociedad. Pero lo más probable es que la universidad pública deba salvarse con un esfuerzo común latinoamericano, de lo cual ya hay algunos gérmenes. En este plano es fundamental la cooperación inter universitaria, porque — dada su debilidad — no basta que las universidades se pongan de acuerdo en cada país. Es preciso

que se organice una institucionalidad supranacional que provea los recursos, por ejemplo, para los doctorados, porque en Latinoamérica es difícil, salvo quizás en el caso de Brasil, tener buenos doctorados capaces de interactuar con los grandes centros del mundo.

El cuarto componente de todo espacio cultural, estrechamente ligado al anterior, es el científico-tecnológico. Considerados aisladamente, los países de la región carecen tanto de recursos como de una masa crítica de investigadores, ambos necesarios para superar la brecha con los países desarrollados. Hay que buscar una política científica latinoamericana, lo que exige organismos supranacionales de promoción y desarrollo de ciencia y tecnología, como los Conicyt nacionales.

Las industrias culturales.

El último componente de un espacio cultural que mencionaremos, son las industrias culturales. Estas están redefiniendo los comportamientos, las percepciones y las formas de creatividad, muchas veces a través de los controles de los grandes poderes y cadenas transnacionales, como ocurre con las editoriales y el audiovisual. Ello plantea el problema crucial de la vinculación entre industrias culturales y culturas populares. Hay que recordar que en ciertas áreas América Latina ha sido pionera; por ejemplo, en materia de comunicaciones, área en la que se desarrolló un proyecto de prensa alternativa incluso a través de UNESCO. Actualmente, sin embargo, no existen registros de nuevas producciones, ni bases de datos fundamentales para poder enfrentar políticas como las de las grandes editoriales del mundo, ámbito donde ha habido un retroceso en la región.

De modo que, si el ideal es que en América Latina pueda existir un proyecto de industrias culturales comunes en aquellos ámbitos en que un país aislado no puede producir, habría que

impulsar la creación de una instancia de estudios y propuestas para lograr ese objetivo.

Voluntad política e institucionalidad del espacio cultural

Un espacio cultural se construye a través de sub-espacios, circuitos y flujos no siempre formales, pero también de acuerdos, convenios e instituciones. y no puede negarse que en las últimas décadas ha habido significativos aunque parciales avances en esta materia.

¿Cómo puede seguirse avanzando en la construcción del espacio cultural? Hay una primera manera, gradual, que consiste en la promoción de proyectos en alguno de los campos que hemos señalado: el educacional, el científico y el tecnológico, el patrimonial. Para ello, puede constituirse un fondo de iniciativas y alentar la intervención de diversos sectores de la sociedad, en la medida en que la integración es tarea no sólo de los gobiernos, sino también de las sociedades. Un proyecto importante en esta dirección puede ser un gran centro de estudios de políticas culturales para analizar y evaluar propuestas funcionales al armado de un espacio cultural.

Sin dejar de lado la primera fórmula, lo cierto es que cualquier iniciativa que vaya más allá de la tendencia inercial a la construcción de un espacio cultural requiere voluntad política y una instancia, como lo fue la CEPAL en los años cuarenta para las políticas económicas, que coordine, promueva, movilice recursos e institucionalice políticas culturales comunes a todo el espacio latinoamericano. Si América Latina no quiere quedarse afuera de los procesos de mundialización, es hora de pensar en una institucionalidad para su espacio cultural.

Examinaremos ahora la problemática del espacio cultural latinoamericano desde la perspectiva de la evolución reciente de dos ámbitos.

Las perspectivas de las políticas culturales y la nueva problemática socio-histórica.

I. EL NUEVO PARADIGMA DE LAS POLÍTICAS CULTURALES.

Si recordamos el momento cultural cuando surge la idea del espacio cultural latinoamericano, podemos hablar de un paradigma de los noventa en cuanto a políticas culturales. El contexto, con variaciones según los países, se caracterizaría por la irrupción de la globalización y su rechazo radical o aceptación triunfalista o eufórica, la visión libre comercial de la integración, a través de tratados, la pérdida de centralidad de la política post-transiciones democráticas y la dogmatización neo-liberal de los mecanismos de mercado, la explosión identitaria, el primer impacto de las nuevas tecnologías de la información, la masificación del consumo cultural y la expansión de grandes aparatos culturales.

En los términos planteados al inicio de esta trabajo, las políticas culturales eran más de aparatos e instituciones que de sustrato y se caracterizarían por la búsqueda de legitimación de políticas estatales, generación de institucionalidades para desarrollar cultura, protección frente a la globalización, incorporación o acceso a la cultura autonomizada de la educación pero con claro prioridad de ésta, predominio de los enfoques multiculturalistas para dar cuenta de las identidades.

En la primera mitad de la década del 2000 y entremezclado con elementos del paradigma de los noventa, aparece un nuevo contexto caracterizado por la aceptación del fenómeno de la globalización y la búsqueda de alternativas (el paso de la anti globalización al alter mundialismo), un nuevo sentido de la diversidad cultural y la unidad nacional bajo el concepto de hibridación de identidades o interculturalidad, revalorización de la política y pregunta por la calidad de la democracia, el llamado “giro a la izquierda” de muchos gobiernos, decepción o reconoci-

miento de los límites de las reformas educacionales, búsqueda de nuevos sentidos para las TIC vinculadas a las cuestiones de identidad, decisiones duras en materia de integración que enfatizan su carácter político y cultural por sobre el económico comercial.

En este contexto aparecen sobre todo las cuestiones de política cultural de sustrato, cómo hacerse cargo desde las políticas culturales de la nueva problemática socio-histórica latinoamericana y de la reconstrucción de sus sociedades y del nivel supranacional, y ello pone en la escena las políticas de identidades, científica, y frente a los medios de comunicación, entre otras, las que no pueden sino definirse a nivel del espacio cultural de la región. Ello significa insistir, entonces, en que ésta adquiere una nueva relevancia tanto en lo que se refiere a su papel como fuerza productiva, lo que obliga a pensar en políticas científico-tecnológicas a nivel regional, como en lo referido a las identidades que han dejado de ser exclusivamente estatal-nacionales, memoria histórica y colectiva que redefinen la noción de patrimonio cultural y apuntan a una redefinición del pasado en función de nuevos proyectos históricos, industrias culturales o poderes e influencias mediáticos, que de no abordarse a nivel latinoamericano dejarán a estos países dependientes de los poderes fácticos transnacionales en la definición de sus imaginarios y proyectos.

2. LA PROBLEMÁTICA SOCIO-POLÍTICA E HISTÓRICA

En las últimas décadas, y es ya un tópico decirlo, América Latina, independientemente de cómo la definamos ha sufrido transformaciones estructurales y culturales de enorme significación. Por un lado, el impacto de la globalización o mundialización, ya mencionadas, y de las reformas neo-liberales que apuntaban a un nuevo modelo de desarrollo con el ambivalente resultado de debilitar a los Estados nacionales, dificultades de entrar en la sociedad de la información, desarticulación de los actores

sociales clásicos, y, al mismo tiempo, generación de nuevas formas de movilización y presencia de nuevos actores sociales y búsqueda de relegitimación, y, por lo tanto de fortalecimiento de los mismos Estados. Por otro lado, un relativo crecimiento económico que después de la “década perdida” ha significado una disminución relativa de la pobreza, aunque aumento en números absolutos, pero que no ha resuelto ni el problema de las desigualdades ni de definir un papel protector y dirigente del Estado ni tampoco la transformación de los sistemas productivos. Finalmente, la generalización de regímenes democráticos por primera vez en la historia, acompañada de debilidades institucionales, de los sistemas de representación y de las formas efectivas de participación ciudadana.

Los estudios latinoamericanos centrados en la región como una unidad socio-histórica abordaron en otras décadas, como problemática central sucesivamente, el desarrollo, la revolución, la democracia. La derrota de muchos de los proyectos de cambio, la recuperación democrática, y los fenómenos de globalización y reformas estructurales que afectan diferencialmente a los países, ¿han significado que desaparece una problemática propiamente latinoamericana, quedando reducida a éstas a dinámicas y estrategias de países aislados pero que tampoco, por efectos de la globalización, tienen fuerza y autonomía? ¿Es posible redefinir una unidad de la problemática latinoamericana? Hay quienes afirman que América Latina como unidad de análisis y proyecto ya no existe y que, a lo más, hay ciertos polos que se desprenden y alejan de la región.

En diversos trabajos, en algunos casos en colaboración con otros intelectuales, hemos desarrollado algunos posibles ejes de reconstitución de una problemática latinoamericana, desde una perspectiva que no puede sino ser interdisciplinaria, como lo hicieron los estudios de los períodos anteriores centrados en el desarrollo, la dependencia, la revolución o la democracia.

El primero es el concepto de matriz socio-política, que estudia la descomposición e intentos de recomposición de las relaciones entre Estado, sistema de representación, base socio-económica y orientaciones culturales, mediadas por el régimen político³. Aquí la pregunta básica es hasta qué punto los procesos de globalización permiten hablar de modelos de sociedad que tienen su base en los Estados nacionales y si hay, como hubo en la época estatal-nacional-popular, una matriz propia de América Latina con sus variaciones, o si, fuera de la vigencia de democracias formales, cada país ha desarrollado su propia matriz, con lo que deja de haber una problemática común.

En este sentido la respuesta es doble. Por un lado, no pareciera existir una nueva matriz socio-política estable que pueda considerarse común a todos los países o a un grupo significativo de ellos. Por otro, es posible discernir un nueva problemática, post transiciones democráticas y post "Consenso de Washington", que afecta al conjunto de estas sociedades, pero que se expresa de diversa manera y que da origen a modelos de respuesta que tienen una asombrosa semejanza al modo cómo cada una de estas sociedades resolvió sus problemas en el pasado, pero que, en todos los casos esta vez se da bajo regímenes democráticos.

Esta nueva problemática común puede definirse como la recomposición de las relaciones entre Estado y sociedad, lo que en casos extremos donde colapsó o se derrumbó el sistema político anterior, adquiere la forma o la apelación al menos a la reconstrucción o refundación de la nación. Ello es apreciable tanto en lo que se llama "giro a la izquierda" o "nuevos populismos" o tras las movilizaciones que a veces terminan con cambios de mando, o en los procesos que llevan a nuevas Constituciones.

A veces en forma más pura, otras veces en forma ambivalente o híbrida, están en curso modelos de recomposición que oscilan entre un polo "politicista", es decir desde la política ya sea a través de liderazgos personalizados y movilizadores, donde se ha

producido una quiebra en el sistema de representación (caso de Venezuela principalmente) o desde el sistema de partidos (caso chileno o uruguayo), un polo “societalista”, es decir desde la sociedad y los actores sociales, ya sea a través de la apelación a la identidad étnica (caso boliviano) o a la “sociedad civil” (distintas versiones de los Foros Sociales o de regionalismos radicales), o desde un aparato tecnocrático del Estado que intentan saltarse la política (propuestas de organismos internacionales, especialmente Banco Mundial).

El proceso de recomposición de las relaciones entre Estado y sociedad o de reconstrucción de la comunidad política tiene al menos tres dimensiones: ética, que apunta al núcleo de orientaciones culturales que definen la identidad de la nación; socio-económica, que apunta a la disminución de las desigualdades; y política, que apunta al nuevo ordenamiento constitucional en algunos países y, en todos ellos, a la reforma del Estado y asegurar las formas de participación ciudadana. En la medida que esta reconstrucción se da a niveles local, nacional y supra nacional, y constituye una problemática común, ello refuerza y da nuevos contenidos a la formación del espacio cultural.

En conclusión, se trata de un mutuo reforzamiento, en torno al espacio cultural, entre elementos socio-políticos y la dimensión cultural.

Lo que se quiere afirmar, y a la luz de las transformaciones recientes, es que no parece viable el destino de nuestras sociedades en el mundo globalizado si no es a través de procesos en los cuales, junto a la recomposición de los Estado y sus relaciones con la sociedad, se produzca la lenta y gradual pero consistente conformación de un bloque de países, y donde el eje puede ser precisamente la dimensión cultural, como en otros contextos lo fue la dimensión económica.

La Cultura como Capital

*Octavio Getino**

Cultura y economía son dos términos que a lo largo de la historia marcharon por separado, como líneas paralelas que, aunque podían mirarse la una a la otra, parecieran estar condenadas a no reunirse nunca. Primero como concepto holístico, referido a las relaciones del hombre con la naturaleza, los dioses y los otros hombres, luego como idea de “Alta Cultura” o “Artes Elevadas”, la cultura, o mejor dicho, las fuerzas sociales que asumieron en cada momento histórico su representación hegemónica, se resistió habitualmente a ser medida o cuantificada, como si la racionalidad no pudiera o debiera inmiscuirse en los laberintos de lo intangible o de las cosas que tendrían que ver más con el sentimiento y las emociones. Esta fue una visión predominante a lo largo de muchos siglos, pese a que pensadores como Pitágoras afirmasen en su momento que todo lo existente sobre la tierra, incluida la música, es decir, el medio más emparentado a las emociones, podía ser estudiado y construido a partir de fórmulas matemáticas.

*

Professor de diversas Universidades na Argentina e em outros países da América Latina.

Una prueba más de las líneas que nunca se juntan a las que hacíamos referencia. Porque convengamos, que el tema es relativamente nuevo. Recién en las dos o tres últimas décadas, las nuevas constituciones nacionales aparecidas en los países de América Latina, han osado introducir por primera vez, el término “cultura”. A su vez, recién en 1982 la UNESCO en el Mundiacult celebrado en México para tratar las políticas culturales, incorporó por primera vez una noción antropológica de la cultura, frente a la vieja tradición de encapsular los límites de ésta en la preservación del patrimonio histórico y artístico y en la exaltación de las llamadas Bellas Artes. Un avance sin duda, como lo fueron los primeros estudios que se llevaron a cabo en Estados Unidos y en Europa — a partir de los años 60 y 70 del siglo pasado — sobre la incidencia de algunas actividades artísticas y culturales -artes escénicas, subvenciones a los museos, bibliotecas públicas, orquestas filarmónicas o teatros de ópera- en la economía y el empleo de determinadas ciudades.

Estamos hablando, entonces, de un asunto que aunque se arrastra desde el origen mismo de nuestra historia, recién comenzó a estudiarse pocas décadas atrás, obligando a un esfuerzo teórico y analítico, y sobre todo político, para visualizar y comprender los entrecruzamientos sinérgicos que existen entre cultura y economía, dos vías, en suma, que crecen y dialogan, aunque a veces no se escuchan entre sí, sobre una misma pista.

Cuando nos referimos a este tema, estamos obligados a establecer campos de estudios con características particulares, a la vez que complementarios, porque ya no se trata de entender a la cultura en su sentido más amplio y holístico, sino en sus dimensiones más perceptibles y concretas, aquellas que pueda ser diseccionadas para un análisis científico, sea este sociológico, antropológico o económico. Análisis que a su vez puede referirse a cualquiera de los distintos campos en los que convencionalmente podemos estudiar lo que sucede en ese amplio

y complejo universo de la producción de bienes y servicios culturales, sean ellos actividades nacidas de la iniciativa social y popular (fiestas, juegos, folklore, etc.), servicios de los sectores públicos, privados o sociales (museos, bibliotecas, conciertos, artes escénicas, etc.), o industrias culturales (editorial, audiovisual, medios, etc.). De lo contrario, la cultura, y en particular las industrias culturales si a todo tipo de industria se la califica como tal, se erigiría en una especie de panacea inalcanzable para la razón y el conocimiento. Algo así como una nueva forma de teología apta solo para creyentes y gentes de fe. . .

Lo cierto es que el crecimiento casi explosivo, verificado a lo largo del último tramo del siglo xx en materia de producción y mercados de las actividades, los servicios y las industrias culturales, hizo que, primeramente, los grandes conglomerados y las mayores compañías del sector, realizaran significativas inversiones en el estudio de estos temas —incorporando no sólo a los economistas, sino a los antropólogos, sociólogos, sicólogos y artistas— con el fin de utilizar sus resultados, manejados siempre a nivel privado, en función de una mayor rentabilidad económica y de una más refinada explotación de los mercados. Con esto, el capitalismo más inteligente en cuanto a lo que es el afianzamiento de sus intereses, amplió la rentabilidad tradicional obtenida del tiempo de trabajo de las personas y lo extendió sobre el llamado tiempo de ocio o tiempo libre, que es donde operan principalmente las actividades, servicios e industrias culturales. Lo cual podría permitirle aceptar una reducción de las horas de trabajo, siempre y cuando pudiera, simultáneamente, aprovecharse de las horas libres, que, en realidad, ya no serían tales.

La dimensión económica de estos campos de la cultura salta a la vista cada vez más a través de estudios e investigaciones realizadas por organismos intergubernamentales o por expertos de distintas procedencias. Por ejemplo, según el estudio realizado por el investigador español Lluís Bonet, el sector de la cultura

y de la comunicación ha comenzado vivir una transformación casi tan radical como la experimentada con la invención de la imprenta. La aparición de equipamientos multimedia, la digitalización de los formatos así como los grandes logros en las tecnologías de telecomunicaciones, comportan un cambio radical en las formas de producción y consumo. El sector cultura pasa a ser visto como una actividad clave en las estrategias internacionales de dominio de los nuevos mercados de las telecomunicaciones y el ocio; este hecho provoca un proceso acelerado de integraciones empresariales verticales y horizontales, y de globalización de las estrategias de los grandes grupos empresariales del sector. (BONET, 2001)

A su vez, la Oficina para Europa del Banco Interamericano de Desarrollo, organismo que apenas una década atrás no tenía demasiado acercamiento a los temas de la cultura, sostenía hace sólo tres años que *“Las industrias culturales tienen una función fundamental en la creación de los imaginarios individuales y de las identidades colectivas y constituyen uno de los vectores principales de expresión y diálogo entre las culturas. Sin embargo, hoy en día, estas empresas culturales de Europa y Latinoamérica ven amenazadas su independencia y la capacidad de reforzar su posición, debido al proceso de concentración y a la imposición de un modelo vehiculado por la mundialización de intercambios. Estas regiones corren el riesgo de ver la cultura sometida a las leyes del mercado, y sus productos convertidos en simples mercancías. Tanto aquí como allí, intelectuales, artistas, cineastas, escritores, músicos y editores, entre otros, se niegan a considerar esta realidad como una fatalidad.”*

Sea cual fuere el sistema político y económico en el cual se desarrollen las actividades, los servicios y las industrias culturales, ellas ocupan en nuestros días un lugar privilegiado en la economía, el empleo y en las políticas de desarrollo. Para la UNESCO, las cifras del año 2000 en el sector de las industrias culturales,

indicaban que éste era uno de los de mayor crecimiento a escala mundial, estimándose que su facturación habría alcanzado en dicho período la suma de 831.000 millones de dólares, previéndose, además, que la misma se elevaría en 2005, a 1,3 billones de dólares, lo que supone un crecimiento de 7,2% anual.

Si a ello se suma la facturación de las “nuevas tecnologías de la información y la comunicación” (NTIC) — recursos cada vez más interrelacionados con la cultura y el entretenimiento — la cifra ascendió en el año 2000 a 2,1 billones de dólares, con un crecimiento sostenido que se espera alcance el 50% para el año 2004. Facturación a su vez concentrada en las naciones de mayor desarrollo si se tiene en cuenta que un 65% de la población del mundo no ha hecho nunca una sola llamada de teléfono y que existen más líneas telefónicas en Manhattan que en toda el África subsahariana.

A estas cifras deben sumarse las que devienen de la función reproductora de capital que algunas industrias ejercen en el sistema económico global, particularmente las relacionadas con la promoción y publicitación de mercancías y servicios en general, impulsoras de pautas y comportamientos culturales, cuya incidencia económica, política y social ha incentivado fuertemente las demandas y el consumo de todo tipo de bienes y servicios. En este punto, las industrias audiovisuales, por sus propias características y formas de expresión y comunicación, se han convertido en el más poderoso recurso de promoción y publicitación directa o indirecta de la mayor parte de las otras industrias, así como de la economía en general. Un tema que los Estados Unidos tienen muy claro cuando disputan privilegios en materia de “libertad de comercio” cuando el tema del audiovisual se discute en la OMC.

En cuanto a la participación de las distintas regiones en la facturación mundial del sector, apenas entre un 10 y un 20% del total corresponde a los territorios que no están comprendidos

en la Unión Europea y en los Estados Unidos. Es decir, al resto del mundo, dentro del cual se encuentra los países de América Latina y el Caribe. A su vez, tratándose de intercambios internacionales, se constata para nuestra región una creciente pérdida de participación en las exportaciones mundiales. Mientras que en 1948 la presencia de latinoamericana en las mismas era del 11%, ella cayó al 6,7% en 1960 y al 4,8% en 1970 al 4,8 por ciento, para representar en 1986, apenas el 4,2 por ciento. En la actualidad, América Latina y el Caribe ocupan menos del 40% del espacio que tenían en las exportaciones mundiales de 1950, pese a que en los últimos años se ha producido una indiscriminada apertura de mercados a la participación de inversores privados y se dio comienzo a la desregulación de sectores básicos de la industria y los servicios (GUZMAN, 2001).

Pero atención con estas cifras, ya que su utilización pública pueden ser también objeto de fines sectorizados. Por ejemplo, en nuestros días muchos funcionarios gubernamentales del sector Cultura, locales o internacionales, parecen de pronto altamente interesados en preguntarse por el impacto de la cultura en la economía y el desarrollo. Aunque no siempre, el motivo de esta inquietud parece ser, al menos en muchos casos, no tanto analítico como utilitario y pragmático: mostrar a los gobiernos que la cultura desempeña un papel importante en la vida económica, que genera empleos, que paga impuestos, que contribuye al equilibrio de la balanza de pagos, quizás con la esperanza secreta de que las autoridades económicas aumenten los presupuestos de cada organismo público involucrado. El arte y la cultura aparecen subordinados a la meta que importa a los políticos: la buena salud de la economía y, un poco a contrapelo de los que denuncian la subordinación de la cultura a los imperativos económicos, este argumento justifica la idea de que, sobre todo, hay que medir el valor de la cultura en términos de su función económica (MELO, 2001).

Hecha esta aclaración, valga una anécdota significativa para mostrar la carencia de información confiable que existe en nuestros países con relación a estos temas. Tiempo atrás, me tocó dar una charla ante un centenar de funcionarios y agentes de la cultura de mi país, a los cuales, les informé de los resultados que había tenido un estudio sobre el Valor Agregado Bruto de las industrias culturales y su incidencia en el Producto Interno Bruto nacional. Dije, en un primer gesto, que dicho valor había sido de 8 mil millones de dólares en un año determinado. Observé la reacción de quienes participaban del encuentro y sus rostros permanecieron impasibles. En un segundo gesto premeditado, pedí perdón y rectifiqué la cifra, diciendo que ella ascendía en realidad a 18 mil millones de dólares. Los rostros tampoco se alteraron. Podía haber dicho 800 millones o 30 mil millones y nada cambiaría alterarlos. Lo cual demuestra la falta de información, a la vez que de interés suficiente para tener una idea clara de la dimensión de este campo. De haber estado ante empresarios, funcionarios o profesionales de cualquier otra actividad económica, la reacción del público hubiese sido totalmente distinta.

Pero la cultura es también economía, es decir, inversiones, producción, ventas, balanza comercial, gasto público y gasto privado, empleo y pagos por derechos de autor, entre otras variables de análisis. Y convengamos, en este punto que, si bien los agentes de la cultura no han trabajado de manera suficiente con los organismos de Economía, Hacienda, Trabajo, Banco Central, o quienes estén claramente relacionados con el tema, algo parecido sucede también con quienes tienen a su cargo dichos organismos, de igual modo que ocurre con quienes están abocados al estudio y al desarrollo de la economía.

Convengamos que la teoría económica no incluyó en el pasado ningún interés especial por la cultura. Los prohombres de la economía no hicieron sino proseguir la visión de los padres

fundadores — Adam Smith y David Ricardo, sin ir más lejos, si bien advirtieron los efectos externos de la inversión en las artes, no consideraban que éstas tuvieran capacidad de contribuir a la riqueza de la nación, ya que, pensaban, pertenecían al ámbito del ocio. Para ellos la cultura no era un sector productivo (PRIETO, 2002).

Sin embargo, algunos países, como los de habla germánica, tenían ya por entonces una antigua tradición de estudios de economía aplicada al campo de las artes, como lo prueba el trabajo sobre *El arte y la economía*, aparecido en la revista alemana *Volkswirtschaftliche Blätter*, en 1910. Pasó más de medio siglo para que algunos economistas norteamericanos comenzaran a aproximarse al estudio de la Economía de la Cultura, indagando en los procesos de la creación, producción, distribución y consumo de bienes y servicios culturales.

Tal vez, el punto de inicio de un creciente número de documentos y trabajos sobre el tema, fue el aparecido en los Estados Unidos en 1966, un estudio de los investigadores Willian Baurmol y Willian Bowen, difundido como *El dilema económico de las artes escénicas* (*Performing Arts: The Economic Dilemma*) y que estuvo encarado desde una visión restrictiva de la cultura, limitada entonces a lo que en la tradición anglosajona abarca el concepto de “Artes”, hermano de nuestro concepto de “Alta Cultura”.

La obra estimuló trabajos semejantes en distintos ámbitos académicos, llevó a la creación de la Asociación Internacional de Economistas de la Cultura (Association for Cultural Economics International, ACEI) y a la aparición, en la Universidad de Akorn, del *Journal of Cultural Economics*, que se convirtió en la publicación de referencia para la nueva subdisciplina de la Economía. Antecedentes con los que pudo llevarse a cabo, en Edimburgo, la primera Conferencia Internacional en Economía de la Cultura.

El primer estudio oficial que se realizó en Europa sobre este tema, recién se llevó a cabo en 1984, para establecer la relevancia

económica de las instituciones culturales de Zurich, y fue encomendado por el Parlamento de dicha ciudad con el propósito de “*justificar las subvenciones de la Opera, el Teatro Municipal, la Filarmónica y el Museo, desde un punto de vista económico*”. El análisis se centró en dos temas principales: el porcentaje de la subvención que volvía a las arcas del Estado, de manera directa o indirecta, y las influencias que tenían estas subvenciones sobre la economía y el sector privado. La primera conclusión de dicho estudio fue que la investigación había demostrado que las cuatro instituciones tienen, más allá de su relevancia cultural, una considerable importancia económica. Si bien dependen de la subvención estatal para llevar a cabo sus funciones, también es cierto que parte del dinero invertido en ellas vuelve al Estado y significa un notable impulso para la economía en general.

Más adelante, otros estudios realizados en otras partes del mundo, fueron aún más allá, probando que la cultura no sólo era rentable para el sector privado, sino que el conjunto de sus actividades, producciones y servicios, representaba una importante fuente de recursos para las propias finanzas del Estado.

En términos generales, los trabajos de investigación realizados en esa época, pretendían, como lo siguen pretendiendo de alguna manera, cumplir con una finalidad instrumentalista, como es la de legitimar la existencia o el incremento de los presupuestos públicos y privados para sostener las actividades culturales. O bien, como observa Lluís Bonet, medir el efecto económico que se desprende del gasto interior en consumo e inversión, así como el gasto exterior en bienes y servicios del sector cultural, y su impacto directo, indirecto e inducido sobre la producción, el valor agregado, el empleo, la demanda de importaciones o cualquier otra magnitud económica relevante para el propio sector y el resto de ramas de actividad de una economía” (BONET, 2000).

Dicen los especialistas en este tema que las investigaciones realizadas en las naciones más industrializadas sobre las relacio-

nes entre economía y cultura, han trabajado desde dos principales y diferentes perspectivas: Economía Cultural y Economía de la Cultura. La primera de ellas, según lo describe un Informe de Investigación sobre el Impacto de la Cultura en la Economía Chilena, podría ser definida como el estudio de la influencia de las diferencias culturales en el pensamiento y comportamiento económico, de tal manera que, se supone, que el comportamiento económico varía de acuerdo al contexto cultural. *“Con esto se intenta conocer las influencias que la cultura genera en la economía en una sociedad determinada, para revisar el pensamiento económico con vistas a mejorar su capacidad de aprehender la realidad que estudia. Por su parte, los análisis desde la Economía de la Cultura se han abocado a entregar información sobre la esfera cultural a partir del saber económico. En este sentido se comporta con un nivel más práctico para el conocimiento de la incidencia de la cultura en la economía, que el que es propio de la Economía Cultural. En definitiva, mientras que en ésta son los significados culturales los que tratan de ampliar el lenguaje económico, en la otra perspectiva, la de la Economía de la Cultura es el lenguaje económico el que se aplica a los productos culturales”* (REY, 2001).

Pero no se trata de reducir el estudio de la economía de la cultura encarando solamente la incidencia de esta en crecimiento económico y del empleo, valiéndose además de las teorías y los lenguajes que son propios en la economía tradicional. Se haría necesario también comprender la incidencia que tienen los procesos culturales de identidad y autoreconocimiento colectivo en el economía y en las políticas concretas de integración nacional y regional, sin cuya existencia, sería muy sospechoso hablar de un posible desarrollo. Lo cual recomendaría que las dos perspectivas referidas se encaminasen hacia una labor conjunta y hacia una acción recíproca. Son desafíos que, suponemos, habrán de ser asumidos a través de estudios interdisciplinarios, no

tanto para una sumatoria de disciplinas con lógicas específicas y diferenciadas, como para construir marcos teóricos y metodológicos integrales y nuevos, a la altura del objeto de estudio. El que, además, comporta dimensiones tangibles — relativamente fáciles de analizar gracias a la lógica de la economía y la estadística — e intangibles que requieren de instrumentos de análisis más complejos, por cuanto demandan de enfoques sociales, psicosociales, antropológicos y culturales. Una dualidad de campos de estudio que obliga a construir nuevas herramientas de conocimiento.

En este sentido, cabe destacar el enfoque de la cultura como *producción mercantil simbólica*. Tal como describe el economista uruguayo Claudio Rama, esta definición de la cultura remite a que la creación cultural no es sólo resultado de la acción humana en cuanto producción de valores de uso, sino que aquella comienza a definirse como tal cuando dicha producción se ocupa de valores de cambio, objetos o servicios que los demás desean tener u utilizar y que se negocian en un determinado mercado. La creación es tanto un acto individual como colectivo, pero asume su significado cultural cuando ella es encarada por determinados segmentos sociales, cuando tiene un reconocimiento colectivo. Es en ese momento que alcanza la categoría y la calidad de producto cultural y no meramente de acto creativo. Es el colectivo el que le da significación y dimensión a la creación individual, que a través de un mercado se enajena del creador y asume su rol como producto cultural (RAMA, 1999).

Con lo cual, cualquier aproximación sería desde la economía al estudio de la cultura, deberá replantearse muchos de los esquemas que pueden ser válidos para otras actividades económicas, pero que posiblemente no lo sean para un campo en el que la función principal es producir bienes inmateriales e intangibles, los que requieren de una estructura económica, industrial y tecnológica parecida a otras estructuras, pero a la

vez, distinta y poseedora de características específicas que no es fácil desentrañar.

Pese a la probada incidencia que las IC han tenido en esos y en otros campos del desarrollo regional, recién comenzaron a ser consideradas con alguna seriedad por parte de algunas políticas públicas y del campo académico, en la última década del siglo pasado. Hasta ese entonces, ellas fueron objeto de abordajes sectorizados y parciales (en algunas industrias más que en otras), de los cuales dieron cuenta numerosas investigaciones críticas en algunos campos académicos, y algunas legislaciones de regulación dispuestas para determinados sectores, las que, en los casos más representativos, se ocuparon también de la protección o el fomento industrial.

Una de las primeras tentativas de abordaje, no ya industria por industria, sino de verdaderos complejos industriales, fue el estudio que, con apoyo de UNESCO, organizó la Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano (FNCL) de La Habana, en 1987, en el que se estudiaron por primera vez las relaciones existentes en la industria audiovisual (cine, televisión y video) en siete países de América Latina, con el fin de contribuir a las políticas de integración sectorial y regional. Entre las conclusiones de dicho estudio, se destacaba la creciente interinfluencia de los diversos medios audiovisuales, que el desarrollo tecnológico tenderá a acentuar en los próximos años. Esto influye sobre la producción de hardware y de software, las formas de uso de las tecnologías y la circulación social y tipología de los mensajes. También se observaba que la carencia de políticas nacionales de comunicación y cultura, capaces de integrar las diversas áreas del espacio audiovisual, y éste, a su vez, integrar los procesos de desarrollo educativo, científico y tecnológico, constituye un factor que acentúa el impacto negativo de los fenómenos referidos.

Dicho estudio incentivó el empleo en la región del concepto “espacio audiovisual” -adelantado poco tiempo atrás en

la Comunidad Europea — abarcador de las referidas industrias, y cuya primera manifestación institucional tuvo lugar en 1989, en Caracas, donde suscribieron varios acuerdos de coproducción, mercado común e integración cinematográfica iberoamericana, que sirvieron de base a sendas leyes nacionales, sancionadas en más de diez países de la región. Este concepto de espacio audiovisual — que en Caracas nos resultó altamente difícil de precisar— se incorporó también a la Constitución Nacional de Argentina de 1994, y a la nueva Ley de Cine de ese país, donde también, por primera vez, comenzaron a articularse las primeras, e insuficientes, relaciones del cine con la tv y el video nacional. Con lo cual se verifica que un concepto que pueda ir más allá de lo estrictamente teórico o académico, puede servir para materializarse en políticas concretas de cambio.

También en dicho país, a principios de los años 90, el Instituto Nacional de la Administración Pública (INAP), dependiente de la Presidencia de la Nación, financió, entre 1991 y 1992, con la cooperación de UNESCO, el primer estudio sobre la dimensión económica y social de estas industrias, con el fin de mejorar las políticas y la legislación entonces existente (GETINO, 1995).

Asimismo, con el financiamiento de la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) se realizaron en Argentina y Brasil estudios sobre la importancia económica de las industrias y actividades protegidas por los Derechos de Autor y Conexos en los países del MERCOSUR, encarados ambos con una metodología semejante y aportando datos y reflexiones para el conocimiento de la situación de las IC en la economía y el empleo regional.

En esa misma época, los países del Convenio Andrés Bello (CAB) diseñaron un proyecto de estudio sobre “Economía y Cultura”, dedicado en su primera fase a la investigación de las IC, según la definición que había hecho la UNESCO de las mismas

(radio, televisión, revistas, música, libro, prensa, cine y video). Este Proyecto inició sus trabajos a partir de agosto de 1999 y contó con la participación de los ministerios y organismos responsables de Cultura de algunos países andinos, como Colombia, Perú, Chile y Venezuela. En su primer informe se sostenía que la ausencia de información confiable, adecuadamente recogida y sistematizada, es uno de los problemas para la definición de políticas públicas, planes de desarrollo y mecanismos de integración de las industrias culturales en América Latina. Tal como sostiene Germán Rey, asesor de dicho Proyecto: *“El estudio sobre economía y cultura ha demostrado la importancia que tiene para la gestión cultural la recolección, sistematización, análisis y divulgación del estado y evolución de las industrias culturales en la región, así como su participación en sus economías. Se requiere que este primer esfuerzo sea profundizado, generándose las condiciones para mantenerlo y perfeccionarlo; lo que significa apoyar la infraestructura necesaria para el manejo de la información, articularla a los sistemas informativos nacionales, criticar y validar los indicadores utilizados, garantizar el seguimiento riguroso de la información vinculándola a las decisiones públicas, evaluar las instituciones que deberían proveer la información. Además de reunir estadísticas confiables y accesibles sobre los procesos de producción cultural, es conveniente fortalecer la información sobre los procesos de distribución y consumo, encontrando las relaciones que todos estos procesos tienen entre sí”* (REY, 2001).

Precisamente los estudios realizados en Colombia para evaluar la incidencia de la industria cinematográfica en la economía nacional, sirvieron para sustentar y legitimar lo que poco tiempo después daría vida a una nueva ley de cine en ese país, con resultados hasta el momento muy positivos para la actividad de dicha industria.

Por su parte, la Reunión del Parlamento Cultural del MERCOSUR (PARCUM) aprobó en Montevideo, a finales de 1999, el

auspicio y la promoción de un estudio sobre la incidencia económica y social de las industrias culturales para la integración regional, cuyos rasgos principales fueron asumidos meses después, en junio de 2000, durante la X Reunión de Ministros de Cultura de la región que tuvo lugar en Buenos Aires. Un año después se inició la etapa preparatoria del estudio, de tres meses de duración, durante la que se llevó a cabo la recopilación y el procesamiento de datos estadísticos, procedentes de Argentina, Brasil y Uruguay, sobre la incidencia económica y sociocultural, los intercambios y las políticas de integración regional.

También en algunas ciudades, como La Paz, Bolivia se hicieron trabajos semejantes, en este caso a cargo del Programa de Investigación Estratégica de dicho país, coincidiendo todos ellos en que las industrias culturales aparecen como un instrumento idóneo para fortalecer los procesos de integración económica, política y social, así como los de carácter cultural, basamento estratégico de aquellos.

Brasil no escapa a esas tentativas de avanzar en el conocimiento de lo que las IC — aunque en este caso se confundan los términos de “industrias culturales” con los de “economías creativas” — inciden en determinados sectores de la economía y del empleo, como lo prueban los estudios relativamente recientes sobre la situación laboral en las industrias de la música grabada, los espectáculos musicales y el audiovisual, que contaron con el apoyo de la OIT y del Ministerio de Cultura, e investigaciones sobre la cadena de valor y los desafíos que vive la industria del libro, realizados en unidades académicas de la Universidad Federal de Río de Janeiro.

Todo esto se orienta a desarrollar estudios y políticas públicas y privadas capaces de abordar el campo de estas industrias, concibiéndolas como un “universo de producción y servicios culturales”, dentro del cual coexisten y se complementan distintas “constelaciones”, cada una de ellas con sus características

y lógicas particulares, pero integrantes de un poderoso entramado donde la existencia de una está condicionada por sus interrelaciones con las otras. Universo al fin, donde ha sido posible la convergencia de distintos campos de las artes, la información y otras manifestaciones culturales, junto con otros de la ciencia y la tecnología, recursos auxiliares e imprescindibles para que los contenidos simbólicos pudieran insertarse en soportes materiales o transformarse en energía o señales digitales para llegar a millones de usuarios en cada nación o en el planeta.

Son antecedentes y experiencias que quienes estén en el campo de la economía deberían tener en cuenta, con el fin de evaluar la posibilidad de aportar, desde lo específico del mismo, a la comprensión de un universo tan complejo y apasionante, como es el de la cultura de nuestros pueblos y de los distintos campos y sectores que forman parte de la misma.

Se trata de volver a integrar las capacidades de la sociedad haciendo un esfuerzo desde cada disciplina, para comprender a las restantes y aportar en lo que le sea posible, al desarrollo y progreso de las mismas. Aunque para ello deba previamente reconocerlas en sus particularidades y en sus lógicas específicas, pero sabiendo que del éxito que se obtenga en esta relación, se desprenderá un beneficio para todos quienes participen de la misma. Los que, a su vez, saldrán distintos de la experiencia hecha, como suele suceder con los auténticos diálogos entre los individuos y los pueblos.

Todo esto lleva a suponer que el estudio económico de la cultura constituye, como sostenía el economista uruguayo Luis Stolovich, dedicado precisamente a estos temas, *“un gran desafío para la Ciencia Económica y para los diferentes marcos teóricos de la Economía. La Cultura, con sus innovaciones y con sus especificidades, no sólo exige elaborar un instrumental teórico y metodológico específico, lo cual ya de por sí es un desafío. Exige crecientemente un replanteamiento del pensamiento*

económico. Si estamos transitando hacia una “economía de la información” o hacia una “economía de la creatividad”, desplazando al viejo mundo industrial de bienes tangibles por la producción de intangibles ¿no habrá que replantearse muchas de las teorías y enfoques del pensamiento económico? En tal sentido, la Cultura es un desafío para la Economía. Más aún, cabe plantearse si la Economía, como ciencia, es capaz, por sí misma, de responder a estos desafíos” (STOLOVICH, 2002).

Entre los avances experimentados en este terreno cabría destacar el de la creación y puesta en servicio de sistemas de información, bancos de datos u observatorios temáticos, locales, nacionales o regionales — ejemplo de ellos son el Observatorio de Industrias Culturales de la Ciudad de Buenos Aires o el recientemente creado Observatorio Itaú Cultural de Brasil-, destinados a reunir y procesar toda aquella información que pueda contribuir a revisar o mejorar las políticas públicas y las prácticas del sector privado. No cabe duda que sin información básica confiable, toda pretensión de legislar o de proponer políticas para el sector cultura — como para cualquiera otro- puede adolecer de simple ideologismo voluntarista y de conducir a experiencias frustrantes como lo prueba la historia de nuestros países. Datos e información cuantitativa, nutren los análisis de carácter cualitativo y permiten diseñar políticas y estrategias sustentables, capaces de intentar por lo menos competir exitosamente con los grandes conglomerados que dominan a escala global el sector de las IC y de las NTIC de nuestro tiempo y que son promotores mundiales de esa tentativa de “macdonalización” de la cultura.

Por otra parte, la información es el recurso que más escasea entre las PYMES de la cultura, protagonistas de los proyectos identitarios locales y de diversidad cultural. Por esto, tal como ya hemos dicho en otras oportunidades, si la información es poder, socializar y democratizar la información es hacerlo también con el poder.

Son temas que deberán responder tanto los economistas como los agentes más representativos del sector cultura. De la respuesta que aquellos tengan dependerá buena parte de la labor que se lleva a cabo en cada uno de estos campos de la cultura y el desarrollo.

Bibliografía:

Bonet Agustí, Lluís: *Economía y cultura: Una reflexión en clave latinoamericana*, Investigación realizada para la Oficina para Europa del Banco Interamericano de Desarrollo, Enero 2001.

CAB, Convenio Andrés Bello: *Informe de investigación: Impacto de la Cultura en la Economía Chilena. Participación de algunas actividades en el PIB*, Unidad de Estudios/División de Cultura/Ministerio de Educación, Santiago de Chile, Enero 2001.

Getino, Octavio: *El capital de la cultura: Las industrias culturales en Argentina y en la integración Mercosur*, PARCUM-Senado de la Nación, Buenos Aires, 2007.

Guzmán Cárdenas, Carlos E.: *Innovación y competitividad de las industrias culturales y de la comunicación en Venezuela*, OEI, Caracas, 2001.

Mac Dowell, Maria Cristina: *As dimensoes economicas e sociais das pessoas ocupadas em atividades relacionadas com a Industria Creativa no Brasil*, Ministerio de Cultura-OIT, 2005

Melo, Jorge Orlando: *Economía, cultura y mecenazgo*, en “Economía y cultura: La tercera cara de la moneda”, Convenio Andrés Bello, Bogotá, 2001.

Prieto de Pedro, Jesús: *Cultura, economía y derecho: Tres conceptos implicados*, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2002.

Rama, Claudio: *El capital cultural en la era de la globalización digital*, Arca, Montevideo, 1999.

Rey, Germán: *La importancia en ascenso de las relaciones entre Economía y Cultura*, en “El aporte a la economía de las industrias culturales en los países andinos y Chile”, Informe Ejecutivo CAB, Bogotá, Julio 2002.

Sá Earp, Fábio y Kornis, George: *A economia do livro: A crise atual e uma proposta de política*, Instituto de Economía – UFRJ, 2005.

Stolovich, Luis: *Diversidad creativa y restricciones económicas. La perspectiva desde un pequeño país*, Universidad de la República-Asociación Culturec, Montevideo, 2002.

* Octavio GETINO. Argentino. Investigador de medios de comunicación y de cultura. Realizador de cine y televisión.

Coordinador del Observatorio de Industrias Culturales del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.

Profesor en diversas universidades de Argentina y América Latina.

Consultor de organismos internacionales en temas de comunicación y cultura (UNESCO, OEI, PNUD)

Fue Director del Instituto Nacional de Cine y del Ente de Calificación Cinematográfica, en Argentina.

Dirigió en 1992 la primera investigación que se llevó a cabo en Argentina sobre la “Dimensión económica y social de las industrias culturales”. En 2001 coordinó en los países del MERCOSUR un estudio sobre la “Dimensión económica y social e integración regional de las industrias culturales”, que fue resuelto por los Ministros de Cultura de la región.

Publicó, entre otros trabajos: *El capital de la cultura: Las industrias culturales en Argentina y en la integración MERCOSUR*, PARCUM-Senado de la Nación, 2006; *Cine iberoamericano: Los desafíos del nuevo siglo* (San José de Costa Rica-La Habana, 2006); *Industrias culturales – MERCOSUR Cultural* (Coord., Buenos Aires, 2002); *El turismo, entre el ocio y el neg-ocio* (Buenos Aires, 2002)

E-mail: octacine@hotmail.com

Narrativas de Cultura e Movimento dos Atores: Rumos e riscos das políticas para a diversidade cultural

*Bruno César Cavalcanti**

Recentemente, um especialista escreveu que “a diversidade cultural é invocada por qualquer motivo, em qualquer instância (...) e com uma inflação verbal que cresce incessantemente”. O que se segue é, portanto, mais um contributo inflacionário a esse debate¹.

Se há incômodos com a retórica acerca do tema da diversidade cultural, não é diferente, e muito menos problemático, o que ocorre com a noção de cultura. Sobre esta última, Kuper afirmou, com ironia, que os antropólogos costumam ficar “extremamente nervosos” quando se trata de dizer o que entendem por cultura². Em parte, isto se deve aos abusos do culturalismo que ajudou a vulgarizar a idéia de um conceito acabado, auto-referente e capaz de sugerir uma compreensão da experiência cultural em termos de valores e padrões de conduta específicos, e muitas vezes exclusivos, fixados numa presumível “tradição”.

*
Antropólogo, membro fundador do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo e professor no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (LACC/ICS/UFAL). Este artigo é uma versão da comunicação ao III ENECULT, realizado em Salvador entre 23 e 25 de maio de 2007.

¹
Bernard (2005:73), *Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural*.

²
Cf. Kuper (2002:287), *Cultura, diferença, identidade*.

3

A este respeito, a obra de Armand Mattelart é composta de vários estudos sobre o tema da comunicação e da informação no contexto do mundo globalizado. Para o autor de *Diversidade Cultural e Mundialização* (2005:37), isso diz respeito à própria “geopolítica das relações culturais”.

4

Mattelart (2003:5-7), *Entrevista a Anália Reale y Carlos Mangnole*: “el problema hoy, cuando hablamos de la globalización, reside en que tratamos con un campo en el que los conceptos que se utilizan son ‘conceptos trampas’, empezando por el propio concepto de globalización; muchos conceptos a los que recurrimos para nombrar el mundo son conceptos que provienen de la lógica económica (...) si bien la globalización es un hecho (...) constituye también lo que llamo un ‘prêt-à-porter ideológico’”. A propósito, também Franco (1993:21), *Angst global en la ciudad letrada*, escreveu que “la pura escala de lo global produce un vocabulário que da vértigo y cierto sentido de lo sublime, porque lo global está mas allá de la capacidad de un solo estudioso o de una sola disciplina”.

Por outro lado, também isso se deve à perda de hegemonia dos antropólogos no trato da matéria com a penetração nesse campo dos chamados “*cultural studies*” e, ainda, por obra da movimentação em torno do multiculturalismo, que arregimentou a participação de grupos sociais de pressão, politizando a discussão sobre a cultura e a diversidade cultural, e as medidas de organismos multilaterais, como o sistema ONU, através da UNESCO. No caso brasileiro, eventos como os Fóruns Culturais — Nacional (RJ, 2004) e Mundial (SP, 2004) — ou o Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares (DF, 2005), mas também as várias ações do Ministério da Cultura, no âmbito das políticas culturais voltadas à promoção dos grupos sociais minoritários ou marginalizados, e espelhados por todo o país, deram grande impulso aos debates sobre cultura e diversidade cultural em escala ampliada.

O fato é que ambas, cultura e diversidade cultural, hoje se impõem como parte de um vocabulário incontornável quando se trata de abordar a questão da formulação de políticas culturais no contexto contemporâneo de globalização, e de suas inúmeras conseqüências.

Neste artigo, no entanto, não se pretende abordar um dos aspectos mais problemáticos envolvidos na “questão cultural” sob a era global, que é aquele acerca do controle dos meios de comunicação e da informação em escala planetária, de grande importância para o destino das culturas subalternas, inclusive no Brasil³. Valeria, contudo, afirmar que mesmo a popularização do termo “diversidade cultural” é um aspecto dessa espécie de consenso “mudo” que se tem formado em torno desta expressão. De modo que, parafraseando o que Armand Mattelart afirmou sobre o termo globalização, pode-se dizer que diversidade cultural está se tornando também uma espécie de noção “prêt-à-porter”⁴.

A idéia de diversidade cultural remete ao problema filosófico da diferença, da democracia e dos direitos, e ao problema antropológico do relativismo. Diversidade também chama a atenção para outros aspectos correlatos, a começar por sua etimologia, uma vez que aponta para o múltiplo e o variável, e ainda para o “diversus”, ou seja, para o que se reclama em divergência ou em oposição radical ao estabelecido⁵. Para o que interessa aqui abordar, a diversidade cultural sugere que se pergunte a quem interessa a sua promoção, e em que escala esta discussão pode ser estabelecida. Diversidade cultural, assim, é uma narrativa em ascensão, mas, também, algo em nome do qual se mobilizam e agem inúmeros atores sociais, institucionais ou não.

5
Cf. François Bernard,
op. cit.

De fato, não se trata de um tema inocente. No nível macrosociológico, vincula-se a embates provocados pelo jogo internacional de interesses comerciais e monopolistas no mercado global de bens e serviços culturais, e à reação política representada pelas discussões no sistema ONU em torno da *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (e, depois, da proposta de transformá-la em *Convenção*) visando à promoção das expressões culturais dos povos e nações sob a ameaça de descaracterização de seus símbolos de identidade. Em nível nacional, trata-se da formulação de políticas de reconhecimento e promoção de manifestações culturais das populações até então mantidas na periferia do sistema oficial da cultura. Neste segundo caso, tem-se um contexto extremamente importante do debate sobre o que e a quem interessa atingir com a discussão acerca das políticas públicas para a diversidade cultural brasileira.

Globalização e diferença

Em termos bastante genéricos é preciso insistir sobre a necessidade de suplantar maniqueísmos fáceis. Em primeiro lugar, a própria idéia de se tomar a diversidade como condição “na-

tural” do devir das culturas; pois, em nome da constatação de que jamais existiram culturas “puras”, e de que a troca e a fusão culturais operaram desde sempre, e constituíram o motor principal da criatividade humana coletiva, alguns estudiosos têm caído na tentação de promover o discurso da mistura indistinta e aberta das referências culturais, quaisquer que sejam. Eagleton, referindo-se ao que chamou de “preconceito pós-moderno contra normas, unidades e consensos”, denuncia o que considera, de sua parte, um “preconceito politicamente catastrófico (...) e notavelmente simplório”⁶. O fato é que esse posicionamento acaba por ser ótimo para o liberalismo econômico e para a assimetria das relações de troca na economia cultural global. Evidentemente, essa postura não avança em nada acerca dos problemas práticos que se colocam para a discussão sobre políticas para a cultura. Liberta de ortodoxias nacionalistas e de certo conservadorismo teórico, a perspectiva da “eterna mistura”, no entanto, solapa o dado elementar de que as formas arcaicas de troca ou “empréstimo” cultural ocorriam em contexto histórico e político absolutamente diferenciado do quadro global de hoje, onde o próprio capitalismo tem sido adjetivado de “cultural”. Isto torna improvável a base comparativa que se pretende estabelecer entre as condições atuais e a imaginada disposição trans-histórica para a mistura de horizontes atuando entre povos e culturas.

Em segundo lugar, há o problema da injunção indesejada de modelos culturais sobre a periferia do mundo, por obra e força do mercado de bens e serviços e dos monopólios comunicacionais que lhe acompanham, mas também de fórmulas tecnocráticas impostas para alavancar a modernização das sociedades. Na verdade, a ambivalência caracteriza os diagnósticos sobre as conseqüências da globalização, dependendo de como se interprete aquilo que se pode definir em termos de “ideologia teórica da globalização financeira do mundo”⁷. Chame-se a isso

⁶ Eagleton (2005:31), *A política da amnésia*.

⁷ Cf. Muniz Sodré, *O mesmo e o outro*, 1999, p. 19.

mundialização, ou até mesmo pela velha e desgastada expressão da modernização (ou, mais institucionalmente, pela vulgata do desenvolvimento), pouco importa. Neste caso, as culturas marginalizadas ou subalternas, emergentes ou ‘tradicionais’, restam à margem da elogiada transculturalidade global que impõe e orienta a planificação e a execução de ações concretas que impactam sociedades e Estado-nações com uma aceção de governança de mãos dadas com a aposta ideológica que se ampara em noções como “progresso”, ou naquilo que a escola de Harvard chama de “os valores que definem o progresso humano”⁸. Nesta perspectiva, a entrada na modernização é reconhecida pela capacidade de participar no mercado ampliado, mesmo que isso possa significar dar as costas às referências culturais locais ou fechar os olhos à autodeterminação e ao direito à diferença.

8
Cf. Harrison e
Huntington, 2002.

É sobre o estar dentro ou fora desse esquema conceitual e pragmático que depende o nosso posicionamento enquanto entusiastas ou críticos antagônicos dessa modernidade-mundo. Por outro lado, dessa polaridade perversa se poderá extrair um sentido renovado para se pensar a validade de políticas para a promoção da diversidade cultural.

Ainda neste caso é possível objetar que os fluxos globais são tributários de certo “Ocidente” e que, como escreveu Hall, “a globalização cultural tem causado extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas”, onde “entre seus efeitos inesperados estão as formações subalternas e as tendências emergentes que escapam a seu controle, mas que ela tenta ‘homogeneizar’ ou atrelar a seus propósitos mais amplos”; sendo “um sistema de conformação da diferença, em vez de um sinônimo conveniente de obliteração da diferença”⁹.

9
Stuart Hall, *A questão multicultural*, 2003, p. 59.

Caberia ainda remeter o problema entre a aceleração dos fluxos econômicos e a questão cultural lembrando, no caso, que “a prática intensiva da identidade é a marca registrada do atual período em que vivemos”, como escreveu Friedman¹⁰, e que,

10
Friedman (1994:330),
Ser no mundo: globalização e localização.

mais que rechaçar os vínculos entre economia de mercado e culturas específicas, trata-se de tirar melhor proveito deste dado de realidade. No capitalismo “cultural” há um aumento acentuado na substancialização das categorias culturais em bens de consumo, como afirma McCracken, e estes, enquanto instâncias da cultura material das sociedades, são, por seu turno, elementos sob os quais os seus produtores diretos poderão obter um melhor desempenho de acordo com os interesses e pretensões de inclusão social pelo trabalho amparado em suas referências de cultura¹¹. Yúdice chega mesmo a destacar a idéia de observar-se a cultura como um recurso e, como tal, como algo passível de maior gerenciamento¹². E o que hoje, com certa freqüência, se tem chamado de economia cultural é, na verdade, também uma economia política. Neste particular, o papel das políticas culturais é estratégico e eminentemente político¹³.

11
Sobre a substancialização das categorias culturais em bens ver McCracken (2003).

12
Cf. Yúdice (2004), notadamente o primeiro capítulo que dá título à obra, *A conveniência da cultura*.

13
Canclini (1983:141), ao discorrer sobre o caráter político das práticas de valorização do mercado de bens artesanais, afirma que “uma política cultural que pretenda servir às classes populares deve partir de uma resposta insuspeita a esta pergunta: o que é que se deve defender: o artesanato ou os artesãos?”.

Diversidade cultural e mobilização social

Uma outra ordem de problemas parece brotar da constatação de que a escala do debate em torno da questão cultural, com suas reivindicações por mudanças sociais oriundas das populações mobilizadas, suplantou o *modus operandi* com que se costumava discutir cultura à moda clássica dos antropólogos, ou seja, por comparação e mediante exaustivas pesquisas empíricas conduzidas solitariamente por especialistas. O mesmo se poderia dizer, com maior ou menor ênfase, sobre o modo como os folcloristas abordam a cultura, mais restritamente sobre o universo do que denominam por “tradições populares”, e que já não remetem apenas às formas fossilizadas ou inertes de produtores quase sempre passivos e desmobilizados.

Em conseqüência, o tema da cultura vem implicando num debate aberto e de largo comprometimento social nesse contexto político reflexivo da globalização. A preocupação com a salva-

guarda da diversidade cultural é um exemplo disso, pois, se por um lado, resulta das discussões e dos acordos multilaterais dos países, por outro, responde às expectativas que, a cada dia, mobilizam novos atores no seio das nações e dos fóruns internacionais de organizações não-governamentais. É um efeito positivo do fantasma da homogeneização cultural, que continua a operar como um axioma impulsionador de nossa capacidade de vigília.

A diversidade cultural, portanto, envolve vários níveis de interesse e de participação. Tanto pode ser moeda de apropriação demagógica da diferença quanto um espelho das reivindicações por direitos que se produzem em espaços de discussões e nas manifestações das ruas. Enfim, pode representar uma infinita gama de possibilidades para o advento de micropolíticas cotidianas onde, à sua maneira, cada grupo ou sujeito concebe seu estar no mundo como uma singularidade que se mostra, e se monta, neste mesmo processo, levando à construção e reconstrução de identidades e identificações culturais muitas vezes reivindicadoras de novas ortodoxias culturais. Por seu turno, estas poderão operar, no futuro, como refratárias à própria dinâmica interna de renovação cultural. Mas este é um risco que escapa ao presente, e não pode ser aventado apenas para favorecer a acomodação. Cabe aos planejadores e executores das políticas públicas desenvolverem as vacinas para esse mal.

No quadro mais específico de cada país, e em especial no caso brasileiro, onde é notória a gradual conquista de espaço político por parte de minorias étnicas e sociais, decorrente de maior mobilização proporcionada, entre outras, por políticas de promoção da diversidade cultural, cabe avançar naquilo que Canclini chamou de “a democratização dentro do horizonte nacional”¹⁴, guardando vínculos com o que Appadurai e Stenou sugeriram como sendo uma economia política da dignidade¹⁵. A valorização de culturas subalternas, juntamente com o reconhecimento

14
Nestor G. Canclini,
*Opciones de políticas
culturales en el marco de
la globalización*, 1999,
p.157.

15
Arjun Appadurai e
Katerina Stenou, *A
pluralidade sustentável e
o futuro da pertinência*,
2004, p.124.

16

Cf. Akhil Gupta e James Ferguson, *Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença*, 2000.

de seus espaços de visibilidade possibilita tornar o espaço um lugar¹⁶. No Brasil, um aspecto nada negligenciável é o papel dos órgãos públicos (notadamente o Ministério da Cultura e Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura), como promotores e mediadores importantes desse processo.

Às culturas populares — e não é o caso de aqui discutir a pertinência heurística deste termo — cabe boa parte dos investimentos que têm sido realizados no país quando se trata de discutir e atuar sobre o tema da diversidade cultural. Uma questão importante diz respeito à reflexão sobre as condições em que essa diversidade pode ultrapassar o mero reconhecimento pelo Estado, e atingir certa normatização que pode se desenvolver através de posturas e atitudes, “oficiais” ou não, de salvaguarda e promoção.

O problema é justamente saber como viabilizar políticas orientadas para a efetiva inclusão social pela cultura¹⁷. Como favorecer seus produtores diretos e, na seqüência, servir de instrumento quer de reconhecimento social quer, em última instância, de fonte de autonomia cultural e criatividade, possibilitando chances de mudanças sociais em termos, inclusive, econômicos?

A cultura popular brasileira, em sua pluralidade, se esconde neste rótulo genérico, mas inevitável. São culturas tradicionais e culturas de tradição. Neste segundo tipo de pertencimento identitário, ou seja, no manuseio da identidade para fins de autoconstrução de si e para fins, digamos práticos, de navegação social, há infinitas particularidades capazes de dotar essas culturas de um potencial inimaginável de mobilização social, não de todo explorado por seus detentores. E por razões múltiplas. A identidade cultural, diz Kuper, “anda de mãos dadas com a política cultural”¹⁸. Nesta direção, e seguindo de perto, mais uma vez, a Muniz Sodré, pode-se afirmar que as culturas particulares podem se tornar bastante singulares¹⁹.

17

Segundo o ministro Gilberto Gil (2003): “Incluir *na* cultura, franqueando a todos o acesso à produção e ao consumo dos bens e serviços simbólicos. E incluir *pela* cultura, como setor dinâmico da economia, como atividade econômica geradora de emprego e renda”.

18

Cf. Kuper, *op.cit.*, p.299.

19

Sobre isso é útil a leitura da comunicação do autor ao XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, *Política de minoria e religião*, Salvador, setembro de 2002.

Um aspecto que pode dificultar tamanha potencialidade de mobilização social através da cultura é representado, muitas vezes, pela baixa compreensão que têm seus produtores diretos acerca de possibilidades conceituais, ou estéticas, para a exploração inteligente e estratégica do auto-reconhecimento e autoprodução simbólica num mundo em que a cultura se tornou, inclusive, mercadoria bem cotada. O problema não é tanto a mercantilização e sim a manipulação exploradora desses recursos sem retorno à fonte de onde se originam. Como já dito, um outro problema não menos relevante nessa discussão é aquele de saber de que forma uma política de reconhecimento e valorização da diversidade cultural pode escapar da armadilha de formar ortodoxias reativas à renovação cultural, alimentando verdadeiros profissionais da diversidade que se locupletam daquilo que não produzem, ao tempo em que galgam espaços sociais de reconhecimento como autoridades nem sempre legítimas.

Por fim, nenhum desses riscos deve diminuir a formulação de projetos e práticas de valorização da diversidade em diferentes níveis de governança e/ou de articulação social dos grupos diretamente envolvidos com a produção cultural. Afinal, a demanda pelo “cultural” é uma marca do nosso tempo, e assim se estabelece para o bem e para o mal. Todos nós nos recordamos como na última década do século passado a onda do “resgate cultural” se espalhou pelo país. É verdade que esta espécie de “nostalgia do passado”, ou obsessão pela memória, é um capítulo da “questão global”, e de suas correspondentes políticas de localismo cultural. Mas é instigante refletir sobre a quem, e por que motivos, isso favoreceu. A diversidade já, então, aparecia como a face de uma localização caricata para uso externo, ou seja, para o lucro da espetacularização das culturas no circuito do turismo e do comércio de bens e serviços da chamada “economia da experiência”.

O problema, antes de se colocar como um questionamento *tout court* desse dispositivo da contemporaneidade, deve ser posto em termos de quem lucra com isso e o que pode ser feito para a repartição mais justa desse bolo assim confeccionado.

O risco se estende, assim, também, ao problema da autenticidade/inautenticidade das manifestações que expressam a idéia de diversidade cultural. Toda vez que se registra uma manifestação cultural tradicional, como vem fazendo, a propósito, o IPHAN, há sempre a possibilidade de que uma onda renovada de popularidade e prestígio incida sobre os sujeitos produtores de tal expressão cultural, o que, aliás, é desejável e esperado que ocorra²⁰. Mas, por outro lado, também é possível que esse mesmo processo enseje o advento de grupos de indivíduos externos catalisando para si os dividendos desse reconhecimento oficial sobre um bem cultural de tradição. Isso não é prerrogativa exclusiva deste setor da atividade cultural. Lembre-se que a relatividade é uma característica que acompanha tanto o substantivo “cultura” quanto suas adjetivações contidas na expressão da diversidade “cultural”²¹. E a melhor resposta, sempre provisória, para essa tendência, pode estar na capacidade de participação social e irradiação de seus produtores diretos e “autênticos” no cenário mais vasto de visibilidade e disputa sociais pela audiência.

Neste sentido, estamos no caminho certo quanto às políticas oficiais de valorização do patrimônio cultural representado por essas inúmeras manifestações das populações periféricas àquilo que Pierre Bourdieu sugeriu através das noções de espaço e de “campo” cultural. Um campo de disputas políticas, em todo caso, e que é melhor enfrentado quando se reconhecem o espaço e as condições em que se movem os atores que dele tomam parte²².

Portanto, desenvolver maior interlocução entre os diferentes mediadores envolvidos na promoção da diversidade cultural parece ser uma tarefa que se coloca na ordem do dia. O advento

20
Veja-se o artigo de Simão (2003) sobre o que chamou de agentes “mediadores do patrimônio imaterial”. A autora cita a experiência de antropólogas que trabalharam com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN e que endossam o protagonismo dos atores sociais diretamente beneficiários dessas ações.

21
Para uma discussão sobre o substantivo cultura e sua forma adjetivada, “cultural”, veja-se a introdução de Appadurai ao seu livro *Modernity at Large – cultural dimensions of globalization* (1996).

22
As noções de espaço e de campo aparecem em várias obras de Pierre Bourdieu. Também é proveitoso, no caso, o debate estabelecido em Grupta e Ferguson, *op. cit.*

de inúmeras redes comunicantes, fomentadas nesses últimos anos por todo o país, aponta na direção do crescimento das possibilidades reais de uma cidadania culturalmente informada e esclarecida. Isto poderá conduzir a que se perceba o potencial de crítica cultural presente nas reivindicações da diversidade para o quadro de formulação de políticas públicas do setor.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun **Modernity at Large — cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

———. & STENOÛ, Katerina. *A pluralidade sustentável e o futuro da pertinência*. In: **Informe Mundial sobre a Cultura — diversidade cultural, conflito e pluralismo**. São Paulo: Moderna; Paris: UNESCO, 2004, p. 117-129.

BERNARD, François. *Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural*. In: BRANT, Leonard (org.) **Diversidade Cultural — globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras, 2005, p.73-87.

CANCLINI, Nestor Garcia **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

———. *Opciones de políticas culturales en el marco de la globalización*. In: **Informe Mundial sobre la Cultura — cultura, creatividad y mercados**. Madrid: UNESCO; Acento Editorial; Fundación Santa Maria, 1999, p. 157-182.

EAGLETON, Terry. *A política da amnésia*. In: **Depois da Teoria — um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCO, Jean. *Angst global en la ciudad letrada*. In: **Alteridades**. Cidade do México: 1993, p. 21-33.

FRIEDMAN, Jonathan. *Ser no Mundo: globalização e localização*. In: FEATHERSTONE, Mike. (org.) **Cultura Global — nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.329-348.

GIL, Gilberto. *Discurso na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. Audiência Pública sobre a Política Cultural do Governo Lula*. Brasília, 14 de maio de 2003.

GRUPTA, Akhil e FERGUSON, James. *Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença*. In: ARANTES, Antonio Augusto. (org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 31-49

HALL, Stuart. *A questão multicultural*. In: SOVICK, Liv. (org.) **Da Diáspora — identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: UNESCO, 2003, p. 51-100.

HARRISON, LAWRENCE. & HUTINGTON, Samuel. (orgs.) **A Cultura Importa — os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUPER, Adam. *Cultura, diferença, identidade*. In **Cultura — a visão dos antropólogos**. Bauru: EDUSC, 2002, p.287-311.

MACCRACKEN, Grant. **Cultura e Consumo – novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MATTELART, Armand. **Diversidade Cultural e Mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.

———. *Entrevista a Anália Reale y Carlos Mangnole*. In: **Eptic - Revista de Economia y Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Vol. V, nº 1, ene/abr., de 2003, 25p. Disponível em www.eptic.com.br

SIMÃO, Lucieni de Menezes. *Os mediadores do patrimônio imaterial*. In **Sociedade e Cultura**, Vol. 6, Nº 1, jan./jun., 2003, p.50-70.

SODRÉ, Muniz. *O mesmo e o outro*. In: **Claros e Escuros – identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 13-69.

———. *Política de minoria e religião*. In: **INTERCOM — XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador, 1 a 5 de setembro de 2002, 10p.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura — usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

La Nouvelle Topographie des Débats Internationaux sur la Culture, l'information et la Communication

*Armand Mattelart**

Une des mutations majeures dans le champ de la culture, de l'information et de la communication est celle qui touche au changement de la topographie des lieux où se négocie leur statut par rapport à leur propriété ou patrimonialisation privée croissante. Uesco, Organisation mondiale du commerce (OMC), Union internationale des télécommunications (UIT), Organisation mondiale de la propriété intellectuelle (OMPI), toutes ces instances ont à voir avec cet agenda. Au-delà de la division des tâches qui leur ont été assignées court une ligne directrice qui entrelace les thèmes dont chacune traite. Diversité culturelle, libéralisation des flux, société de l'information, propriété intellectuelle.

*
Université Paris VIII.

La topographie des agents a elle aussi changé. Une nouvelle configuration de sujets sociopolitiques et professionnels a émergé qui fait entendre sa voix dans tous ces lieux institutionnels. Que ce soient les associations corporatives ou groupements patronaux qui exercent des pressions pour briser les réglementations publiques au nom de ladite liberté d'expression commerciale. Que ce soient les différentes composantes de ladite société civile. Que l'on pense par exemple au rôle de la coalition internationale des organisations professionnelles de la culture pour la diversité culturelle, relayée par un réseau de collectifs nationaux, ou le collectif des réseaux de l'altermondialisme CRIS — Droit à la communication dans la société de l'information — dans les débats sur l'architecture des réseaux d'information et de communication. Ou encore le réseau mondial des villes et autorités locales qui s'est engagé à participer à la lutte contre l'exclusion numérique. De plus cette nouvelle configuration bigarrée d'acteurs de la société civile organisée s'est dotée de nouvelles agoras. Exemple : les forums sociaux au niveau mondial et régional. Mais aussi la création d'observatoires pérennes que ce soient sur les politiques culturelles ou de la communication.

La projection de la culture, de l'information et de la communication dans le débat sur la nouvelle architecture de l'ordre mondial a donné à voir les contrastes entre projets de société. Les interférences du champ sémantique de ces notions phares se sont multipliées qui montrent l'importance de la bataille sur le sens des mots. Ce phénomène n'est certes pas inédit. "Tout exposé concernant les problèmes culturels — observait déjà Michel de Certeau en 1974 dans *La Culture au pluriel* — avance sur un sol de mots instables, il est impossible d'imposer une définition conceptuelle à ces termes: leurs significations tiennent à des fonctionnements dans des idéologies et des systèmes disparates"¹. Mais ce phénomène d'appauvrissement du langage s'est accentué à mesure que le marché des mots tendait à se ré-

¹ Certeau (de) M., *La Culture au pluriel*, Paris, Christian Bourgois, 1974, p. 189.

duire aux mots du marché. La notion d'information issue de l'ingénierie de la communication a joué ici le rôle de cheval de Troie. L'esprit de commerce — pas celui de Immanuel Kant qui pensait que ce dernier était facteur de paix entre les peuples et à la racine d'une communauté mondiale mais celui des disciples lointains de l'économie classique - a fait, semble-t-il, le reste. En se coupant de la culture, comme production du sens et mémoire, la notion d'information a court-circuité tous les autres termes de la trilogie. Rien d'étonnant donc qu'un organisme technique comme l'Union internationale des télécommunications (UIT) ait pu être promue amphitryon d'un sommet sur le devenir de la "société" par information interposée. Quoi de plus naturel que l'Organisation mondiale du commerce ait pu classer la "culture" sous la nomenclature des "services" et revendiquer des prérogatives à son égard.

On ne dira jamais assez que le "sol instable des mots" charrie des outillages mentaux et institutionnels qui organisent la mise en forme de normes, de classifications, de nomenclatures, de schémas de perception et d'interprétation qui orientent des modèles d'action, des stratégies, des politiques. Cette friabilité du sol fait aussi le lit des néologismes amnésiques destinés à se convertir en notions-logotypes. Des notions fermées qui produisent des "effets de réalité" justement à travers les modèles d'action qu'elles encadrent et qu'elles légitiment comme les seules possibles². Il n'est besoin que de voir le rôle qu'a joué, au plus fort du processus de déréglementation, la boîte noire "globalisation" dans la construction d'une vision du réordonnement mondial placée sous le signe de la fatalité, de l'acceptation du monde tel qu'il est.

Pour appréhender quelques-uns des changements survenus quant à la place de la problématique de la trilogie culture, information et communication dans le débat des institutions internationales, j'ai choisi le processus qui a abouti en octobre 2005

2
Mattelart A., *Histoire de la société de l'information*, Paris, La Découverte, 2006 (3^{ème} éd.) et *Diversité culturelle et mondialisation*, Paris, La Découverte, 2007 (2^{ème} éd.). Publiés au Brésil : *Historia da sociedade da informacao*, Sao Paulo, Loyola, 2002 ; *Diversidade cultural e mundializacao*, Sao Paulo, Parabola, 2005).

à l'adoption de la convention de l'Unesco sur la protection et la promotion de la diversité culturelle. Non pas pour en faire l'exégèse. Mais pour rappeler quelques éléments de sa généalogie lointaine, en dégager des lignes de forces et des zones d'ombre révélatrices. Plus que d'autres, ce cas offre la possibilité d'une mise en perspective. Pourquoi ? Parce que cette convention est la première grande bataille politique livrée à l'Unesco depuis les années 1980. Elle intervient après plus de vingt ans de mise en veilleuse des acquis des débats particulièrement féconds qui se sont déroulés sur les politiques culturelles et de communication dans cette institution. Vingt ans qui coïncident avec le déferlement du processus international de démantèlement des régulations publiques et l'abandon en 1984-85 de l'institution par les Etats-Unis sous la présidence de Ronald Reagan et de la Grande-Bretagne sous le gouvernement de Margaret Thatcher.

“Droit à la communication » et « industries culturelles », l'héritage des années 1970

Dès le début des années 70 se mettent en place à l'Unesco, deux notions qui vont se révéler pivotales, car elles vont orienter des débats, des propositions, des mesures et des stratégies qui participent à la légitimation de l'idée de politique publique en matière de communication et de culture: le “droit à la communication” et les “industries culturelles”.

L'idée de “droit à la communication” est avancée publiquement en 1969 par Jean d'Arcy, pionnier de la télévision française, alors directeur de la division de la radio et des services visuels au Service de l'information de l'ONU à New York, à un moment où prend forme à l'Unesco le débat sur les libertés dans le domaine de l'information. “La Déclaration universelle des droits de l'homme qui il y a 21 ans pour la première fois établissait en son Article 19 le droit de l'homme de l'information aura

un jour à reconnaître un droit plus large: le droit de l'homme à la communication", postule-t-il dans un article publié dans la revue de l'Union européenne de la radiodiffusion (UER)³. Tout au long de la décennie suivante, scandée par de nombreuses réunions d'experts et de nombreuses controverses aussi, l'idée de la caducité du modèle vertical du flux à sens unique d'information se contentant de livrer des contenus se fissure et se dessine une représentation de la communication comme processus dialogique et réciproque où l'accès et la participation deviennent des facteurs essentiels. Refus d'une communication depuis l'élite vers les masses, du centre vers la périphérie, des riches en matière de communication vers les pauvres, affirment, par exemple, les participants à une des premières réunions d'experts organisées en 1972 par l'Unesco sur les politiques et la planification de la communication. De ces réunions d'experts juridiques émerge le principe de la différence: sans distinction aucune d'origine nationale, ethnique, de langue, de religion.

Quant à la notion d' "industries culturelles", introduite dans la seconde moitié de la décennie 1970, elle vise à changer le regard prévalent sur la "culture". Elle inspire un programme de recherches. Quelques extraits sur son fondement: "La place croissante des industries culturelles dans le programme de l'Unesco est liée à l'actualisation depuis de nombreuses années de la réflexion sur la culture... La réflexion de la décennie a le mérite d'avoir cherché à enraciner le débat culturel dans la matérialité de son fonctionnement et tout particulièrement lorsqu'elle a choisi de s'interroger sur les problèmes de la production culturelle (comment les produits culturels sont-ils conçus, choisis, mis en forme, fabriqués, distribués, promus, consommés?), même si certains responsables refusent encore d'accorder aux 'industries de l'imaginaire' toute l'importance qui leur revient". Dès l'abord, cette nouvelle perspective situe au rang de questions fondamentales les phénomènes de concentration économique

3
D'Arcy J. (1969), "Direct Broadcast Satellites and the Right to Communicate", in *Right to Communicate. Collected Papers*, L. S. Harms (ed), Honolulu, University of Hawaii Press, 1977. Voir aussi : Unesco, *Rapport de la réunion d'experts sur la politique et la planification de la communication*, Paris, 1972.

et financière accentués par l'internationalisation. "Les analyses économiques devront — insiste le programme de recherches — rester au centre d'un programme de réflexion qui se voudrait exhaustif. Elles devraient notamment approfondir les problèmes d'ensemble et les aspects sectoriels des industries culturelles. C'est aussi bien évidemment sur de telles analyses que les pouvoirs publics et secteurs privés s'appuieront en vue de créer ou de développer des industries culturelles nationales"⁴. En résulte une philosophie générale du développement: "En tout état de cause, l'enjeu c'est l'instauration ou la restauration d'un dialogue des cultures qui ne serait plus seulement celui des producteurs et des consommateurs, mais qui réaliserait les conditions d'une création collective et véritablement diversifiée, et qui mettrait le récepteur en mesure de devenir émetteur tout en s'assurant que l'émetteur institutionnalisé réapprenne à devenir récepteur. L'enjeu final, c'est le développement harmonieux dans la diversité et le respect réciproque".

Les thèmes du "dialogue des cultures" et du "développement harmonieux dans la diversité et le respect réciproque" inspirent dans la même période les travaux de la Commission internationale pour l'étude des problèmes de communication, nommée par le directeur général de l'Unesco de l'époque, le Sénégalais Mohtar M'Bow et présidée par l'Irlandais Sean Mc Bride, Prix Nobel de la paix. Premier document émanant d'une institution internationale sur l'inégalité des échanges culturels et informationnels, le rapport MacBride, entériné par la Conférence générale de l'Unesco de 1980, et publié sous le titre symbolique *Voix multiples, un seul monde*, montrait pourquoi il devenait urgent de penser le droit à la communication comme expression de nouveaux droits sociaux. Dans ses recommandations, on lit: "Les besoins d'une société démocratique dans le domaine de la communication devraient être satisfaits par l'élaboration de droits spécifiques tel que le droit à être informé, le droit d'in-

4
Comité d'experts sur la place et le rôle des industries culturelles dans le développement culturel des sociétés, Montréal (Canada), 9-13 juin 1980, Document du Secrétariat de l'Unesco, *Les Industries culturelles*, Paris, Division de développement culturelle, p. 14. Voir également *Les industries culturelles. Un enjeu pour le futur de la culture*, Paris, Unesco, 1982. (Il existe une version en espagnol et en anglais).

former, le droit au respect de la vie privée, le droit de participer à la communication publique — qui entrent tous dans le cadre de ce nouveau concept qu’est le droit à communiquer”. Le rapport souligne la richesse et la complexité du concept, mais prévient: “à l’orée de ce que l’on pourrait appeler une ère nouvelle en matière de droits sociaux, toutes les implications du droit à communiquer devraient faire l’objet d’études approfondies”. Droit de savoir, droit de transmettre, droit de discuter, droit à la vie privée. Mais de toute façon, du droit à la communication, il induit la nécessité d’un nouvel ordre mondial et l’impératif des politiques publiques dans le domaine de la culture et de la communication.

L’entrée dans l’ère post-coloniale a inversé dans l’ensemble du système des Nations Unies le rapport de forces Nord/ Sud. La mise en cause de l’ordre culturel et communicationnel mondial est alors en phase avec la crise du paradigme du développement/modernisation, rejeton de l’idéologie du progrès linéaire et infini. C’est l’effritement d’une manière de voir qui a dominé les stratégies de l’Unesco depuis les années cinquante et a consacré l’idéologie de la communication salvatrice cautionnée par la sociologie fonctionnaliste. Le contrepoint de cette rupture est la reconnaissance de la singularité des cultures, comme source de l’identité, du sens, de la dignité et de l’innovation sociale. La faillite de la vision linéaire de la transmission des valeurs intro- nise la diversité comme condition nécessaire de la quête d’une voie de sortie dudit sous-développement autre que les thérapies guidées par l’idéologie du calcul (le PNB) et le déterminisme technique. La réhabilitation de la créativité des cultures se combine avec la mise en avant de la solidarité à la fois au niveau local, à l’échelle nationale et mondiale, la valorisation du “ génie du lieu ”, l’impératif catégorique de la participation citoyenne et le souci pour la biodiversité. Cette nouvelle philosophie de la croissance permet de redécouvrir une mémoire historique

enfouie , nourrie par les penseurs du couple unité/diversité issus du tiers monde, de Gandhi au pédagogue brésilien Paulo Freire. Elle est aussi une mise en garde à l'encontre des usages pervers de la quête de la diversité culturelle: retrait par rapport à la responsabilité globale partagée ; fragmentation chaotique sans égard aux nombreuses iniquités basées sur les systèmes de privilège enracinés dans la caste, la race, la classe, le genre et la nation. Le plaidoyer du Mouvement des pays non-alignés pour un "nouvel ordre mondial" dans le domaine de la culture et de la communication est parallèle aux efforts déployés par le groupe des 77 pour changer les termes de l'échange commercial à travers un "nouvel ordre économique mondial".

Le questionnement de l'ordre culturel et communicationnel existant est aussi en phase avec le changement de paradigme qu'enregistre un secteur de la recherche académique. C'est l'époque où se met en place, plus spécialement en Europe et en Amérique latine, chaque fois à partir de contextes spécifiques, le projet d'une économie politique de la communication et de la culture ou, plus largement, pour reprendre l'expression de Raymond Williams, une démarche inspirée par le « matérialisme culturel ». Son pari intellectuel consistait à éviter le double piège du réductionnisme économique et de l'autonomisation idéaliste de la culture. Tenter d'articuler les divers niveaux. Exprimé dans le langage métaphorique qui avait cours à l'époque : tenter de faire coexister le hanneton et la taupe, le niveau de l'imaginaire et le niveau des infrastructures.

La Conférence mondiale sur les politiques culturelles (Mondiacult) qui a lieu en 1982 dans la ville de Mexico couronne un processus amorcé douze ans plus tôt à la Conférence de Venise sur le même sujet et scandé entretemps par des conférences régionales aussi bien sur les politiques culturelles que sur les politiques de la communication⁵. Le Mondiacult souligne le lien entre économie et culture, entre le développement économi-

⁵ Voir Mattelart A. et M. et Delcourt X., *La culture contre la démocratie ? L'audiovisuel à l'ère transnationale*, Paris, La Découverte, 1984. (Publié au Brésil sous le titre : *Cultura contra Democracia. O Audiovisual na época transnacional*, Sao Paulo, Editora brasiliense, 1987) ;

que et culturel, et esquisse le principe d'une politique culturelle fondée sur la reconnaissance de la diversité. Une politique qui, se donnant pour objet d'accroître les facultés créatrices, tant individuelles que collectives, ne se borne plus au seul domaine des arts et s'étend aux autres formes d'invention. L'apport de cette conférence est surtout d'installer dans les références institutionnelles la définition anthropologique de culture: "l'ensemble des traits distinctifs spirituels et matériels, intellectuels et affectifs qui caractérisent une société ou un groupe social et englobe, outre les arts et les lettres, les modes de vie, les façons de vivre ensemble, les systèmes de valeurs, les traditions et les croyances". En concevant le rôle de la culture de façon large et globale, elle fait le lien entre l'idée universelle des droits fondamentaux et les traits particuliers des modes de vie qui permettent aux membres d'un groupe de ressentir le lien qui les unit à d'autres. Le second apport est qu'elle tend des passerelles entre le concept de politique culturelle et celui de politique de la communication, deux thématiques qui ont cheminé dans la décennie 70, tantôt de manière parallèle, tantôt en synergie à travers les nombreuses conférences régionales, par continent. La réhabilitation de la définition anthropologique de la culture, malmenée depuis la fondation de l'Unesco, est de plus un affranchissement par rapport à l'emprise d'une conception instrumentale de la communication et de l'information — coupée de l'histoire et de la mémoire des peuples — qui a régi l'élaboration des stratégies de développement par les planificateurs sociaux des années 60. C'est cette définition de la culture qui donne un sens aux notions de diversité culturelle, d'identité culturelle et de rapports interculturels.

Nombre de facteurs ont fait dériver le débat sur les questions de communication et de culture, et plus particulièrement le thème du nouvel ordre, au sein de l'Unesco vers un dialogue de sourds. L'intolérance des Etats-Unis de Reagan, accrochés à

leur doctrine du libre flux, qui réussissent à focaliser les enjeux sur le seul domaine de la liberté du journalisme et des journalistes, notamment autour des questions des collèges de journalistes et du code d'éthique internationale ; l'opportunisme de l'Union soviétique profitant des demandes du tiers monde pour mieux justifier la fermeture de son propre système de communication à l' "ingérence étrangère" ; les contradictions dans le Mouvement des pays non alignés, certains gouvernements se saisissant de cette tribune internationale pour désigner des boucs émissaires exogènes et passer sous silence leurs propres violations de la liberté d'expression de leurs journalistes et de leurs créateurs (sans oublier l'extrême hétérogénéité d'équipement technologique des pays non alignés) ; l'incapacité à établir un trait d'union entre les inquiétudes des pays non alignés et celles des pays de la communauté européenne qui commencent à se poser des questions sur les risques que l'internationalisation des industries culturelles fait encourir à leurs services publics et aux politiques de démocratisation culturelle. Au niveau des protagonistes qui ont pris part au débat sur le nouvel ordre, disons que si les organisations du secteur entrepreneurial ont pris conscience rapidement de la nécessité de se regrouper pour s'opposer aux demandes du tiers monde, on observe au contraire l'absence d'une action structurée de la part de la société civile organisée. La vision alors régnante sur la communication parmi les organisations non gouvernementales, le mouvement syndical et les partis est encore fortement dépendante d'une vision instrumentale des dispositifs de la communication. Ceci est d'autant plus paradoxal qu'en de nombreux domaines, les ONGS inventent dès les années 70 la devise " Penser globalement, agir localement " et l'appliquent en se mobilisant à travers de nouvelles formes d'action réticulaire autour de question comme l'environnement, les droits de l'homme et les excès des sociétés transnationales, pharmaceutiques ou agro-alimentaires, par

exemple. Ce n'est que en 1983 que un des tout premiers réseaux se structurera : l'AMARC (Association mondiale des artisans des radios communautaires) à partir de Montréal. Ce n'est pas un hasard si, en 1988, la troisième édition de l'assemblée générale de ce réseau se tient à Managua, dans un Nicaragua révolutionnaire où fleurissent les expériences de communication et d'éducation populaire où la radio occupe une place prépondérante.

A partir de la seconde moitié des années 1980, en s'installant comme principe directeur de ladite globalisation à l'échelle mondiale, la doxa de la déréglementation et de la privatisation contribue à la glaciation des débats sur la question des politiques publiques en matière de culture et de communication au sein du système des Nations unies. Seuls les débats sur la place de l'espace communicationnel dans la construction des grandes zones commerciales continueront dans les années 1990 à poser la question du principe selon lequel les "produits de l'esprit" ne sont pas des marchandises comme les autres. C'est le cas de l'Union européenne, première expérience d'une intégration macro-régionale. Le bras de fer entre l'Union et les Etats-Unis en 1994 au sein du GATT, dans le cadre du cycle dit d'Uruguay — juste avant que le GATT ne se convertisse en OMC — se termine sur la reconnaissance de la clause d' "exception culturelle" qui légitime les politiques publiques en matière de politique audiovisuelle, au niveau national et régional. L'expérience des débats sur l'exception culturelle dans l'Union européenne a valeur de test. A cette occasion apparaissent les premières mobilisations des professionnels de la culture. Notamment à travers la création, dès 1987, en France, des "Etats généraux de la culture" qui mobilisent les gens de la culture non seulement en France mais dans l'Union. La légitimation de la règle de l'exception représente pour les Etats-Unis le troisième échec de leur stratégie pour libéraliser le secteur. En 1989, ils ont déjà essayé un premier revers lorsqu'ils ont cherché à suspendre l'application de

la directive européenne “Télévision sans frontières” sur la politique de quotas de programmes européens sur les chaînes de l’Union. En 1989, le Canada lors des négociations sur l’Accord de libre échange Etats-Unis-Canada (ALE) arrache une clause d’ “exemption culturelle” qu’il reconduira cinq ans plus tard lors de la signature de l’Accord de libre-échange nord-américain (ALENA). Ce qui lui a permis de poursuivre ou de mettre en place une politique en faveur des télévisions publiques, des crédits d’impôt pour le développement de la télévision, un fonds national pour le câble et le satellite, des mesures concernant l’édition et le cinéma. On sait que, en revanche, en 1994, le gouvernement mexicain a refusé d’inclure dans le traité de libre échange nord-américain une clause semblable à celle obtenue par le Canada.

Le Canada et la France (appuyé par les pays francophones), les deux pays qui se sont distingués dans la construction de cette philosophie réservant un statut particulier à la culture, se retrouveront dès 2001 au premier rang de la promotion du projet de la Convention internationale sur la protection et promotion de la diversité des expressions culturelles. Ce qui montre que dans les nouvelles configurations d’acteurs institutionnels et citoyens, l’idée de la nécessité de politiques culturelles comme de communication pensées au niveau global est aussi la décanatation de processus historiques ancrés dans des cultures singulières. Dans ces deux pays, un fil rouge court en effet entre la clause de l’exception culturelle contemporaine, la philosophie qui a présidé à l’instauration de leurs services publics audiovisuels et les politiques cinématographiques de contingentement des films d’Hollywood depuis les années 1920-1930.

Qu’on le veuille ou non, tous ces antécédents sur les politiques de la culture et de la communication ont hanté les débats, entre 2001 et 2005, en vue de l’adoption de la convention sur la diversité.

Vers la convention sur la diversité culturelle

La convention votée à la quasi-unanimité — sauf les Etats-Unis et Israël — en octobre 2005 signifie à n'en pas douter un pas symbolique. L'opposition acharnée des Etats-Unis est à la mesure de l'importance de ce document. C'est pourquoi, après le vote, Washington a d'ailleurs mis à profit la période pendant laquelle la convention n'était pas encore ratifiée (il faut au moins trente pays qui la ratifie pour qu'elle entre en vigueur, une condition qui n'a été remplie qu'en mars 2007) pour continuer à exiger de leurs partenaires dans des accords bilatéraux l'ouverture de leurs marchés cinématographiques et audiovisuels, en échange de compensations commerciales dans d'autres secteurs. Le cas de la Corée du Sud est emblématique. A l'occasion des négociations commerciales bilatérales, ce pays qui se distinguait depuis 1985 par l'indépendance de sa politique cinématographique qui avait permis l'éclosion d'un cinéma de qualité, reconnu internationalement, a cédé aux pressions en acceptant de diminuer de moitié les quotas de diffusion de films produits nationalement. De 146 par an, le nombre est passé à 73.

En reconnaissant la nature spécifique des activités, biens et services culturels, la convention pose les prémisses d'un droit supranational qui va à l'encontre du projet de libéralisation à outrance. D'autant plus que son champ d'application déborde le pré carré de l'audiovisuel et des industries culturelles, puisqu'il s'étend à la "multiplicité des formes par lesquelles les cultures des groupes et des sociétés trouvent leur expression". Des formes qui concernent aussi bien les politiques de la langue que la valorisation des systèmes de connaissance des peuples autochtones. Le résultat est là : un ensemble de règles générales concernant les droits et les obligations des Etats. Pivot de l'édifice juridique, le principe de souveraineté : un Etat peut récupérer son droit à édicter des politiques culturelles qu'il aurait aliéné antérieurement. Pour que la convention acquière un caractère

normatif en cas de litige, cruciale est la définition du rapport de celle-ci avec les autres instruments internationaux qui déterminent les droits et les obligations des Etats. C'est là tout l'enjeu de l'article 20. Il confirme que les relations de la convention avec les autres traités devront être guidées par l'idée de "soutien mutuel, de complémentarité et de non-subordination". Lorsque les parties, lit-on, "interprètent et appliquent les autres traités auxquels elles sont parties ou lorsqu'elles souscrivent à d'autres obligations internationales, (elles) prennent en compte les dispositions pertinentes de la présente Convention". L'article 21, lui, fait de la concertation et de la coordination avec d' "autres enceintes internationales" (non nommées) une des prémisses de l'application du précédent. Ces "autres enceintes", ce sont celles où se joue également le sort de la diversité culturelle. C'est le cas de l'Organisation mondiale du commerce (OMC) et, en particulier, l'Accord général (AGCS) sur le commerce des services, où les services audiovisuels et culturels sont à l'ordre du jour des libéralisations. C'est aussi le cas de l'Organisation mondiale de la propriété intellectuelle (OMPI), l'agence intergouvernementale qui n'a été rattachée au système des Nations Unies qu'en 1974 et dont la fonction est de définir à travers ses traités les normes qui réglementent la production, la distribution et l'usage des savoirs et connaissances. Toutes ces instances participent à la définition des normes comme socle des échanges internationaux et moteur du système technique dit postindustriel. Et, dans tous les domaines, autour de cette normalisation s'affrontent les tenants d'une élaboration partagée des normes internationales appuyée sur la compétence universelle de la loi, édictée par l'Etat ou les organisations inter-étatiques, à ceux d'une globalisation des normes, sectorielles et minimales, définies principalement par les seuls opérateurs du marché.

Trois sessions de réunions intergouvernementales ont été nécessaires pour peaufiner le texte soumis en octobre 2005 à

la 33^{ème} Conférence générale de l'Unesco. L'amphitryon au sein de l'organisation internationale étant la "Division des politiques culturelles et le dialogue interculturel". Les rédacteurs ont tenté la médiation entre deux positions. L'une, majoritaire, et incluant l'Union européenne, qui défend le principe d'un droit international entérinant le traitement spécial des biens et services culturels, parce que "porteurs d'identité, de valeurs et de sens". L'autre soutenue par des gouvernements comme ceux des Etats-Unis, de l'Australie et du Japon encline à voir seulement dans ce texte une expression de plus du "protectionnisme" dans un secteur censé, comme les autres services, relever de la seule règle du libre-échange. Entre les deux, un ensemble disparate d'argumentaires, parmi lesquels ceux formulés par les Etats exprimant leur crainte de voir s'effriter la cohésion nationale par contamination du principe de diversité. De ce point de vue, le texte résulte aussi d'une production interculturelle.

La rédaction du projet de convention a suivi un parcours sinueux scandé par la bataille sur les concepts, les mots et le temps des verbes, voire des mises en doute de notions pourtant entérinées de longue date par l'Unesco. C'est le cas par exemple de la notion évoquée furtivement d' "industries culturelles". Le titre de la convention est, lui même, passé de la "diversité culturelle" à la "diversité des contenus culturels et des expressions artistiques", puis à la "diversité des expressions culturelles". Le mot "protection" s'est vu objecté pour ses connotations "protectionnistes". Et il a fallu, pour le légitimer, invoquer son emploi récurrent dans nombre de conventions internationales, promues par les Nations unies, sur la protection de catégories discriminées ou vulnérables. En matière de droits de l'enfant, par exemple. La définition anthropologique de culture, pourtant inscrite noir sur blanc dans la "Déclaration universelle sur la diversité culturelle" adoptée à l'unanimité au lendemain des attentats du 11 septembre 2001, et qui figurait lors de la première

session des négociations intergouvernementales, a fait les frais des nombreux compromis. Ces compromis ont répercuté sur la formulation d'articles stratégiques, laissant le champ libre à des interprétations diamétralement opposées. Ainsi en va-t-il de l'article 20. Célébré par la diplomatie française comme une victoire contre la vision mercantile de la culture, pour le gouvernement de Londres, en revanche, il semble ne signifier aucunement que la convention puisse permettre de soustraire les biens et services culturels à la compétence de l'OMC.

Le flou des concepts est toutefois loin d'être conjoncturel. Il n'est pas non plus seulement le fruit de compromis entre positions très différentes. Ce n'est pas pour rien qu'en 1998, des participants à la Conférence intergouvernementale sur les politiques culturelles pour le développement, organisée à Stockholm, déploraient l'"absence relative de clarté conceptuelle dans le domaine des politiques culturelles". Ils imputaient cet état des choses à une combinaison de facteurs parmi lesquels: l'immaturation relative des politiques culturelles en tant que domaine interdisciplinaire d'étude et de recherche; la faible priorité accordée au financement de la recherche par les institutions chargées de définir et de mettre en œuvre ces politiques; le caractère privé ou privatisé de nombreux travaux; le peu de liens entre les universités et les secteurs culturels; le manque de ressources pour financer des recherches systématiques de la part des institutions et des organisations de la société civile; la trop grande focalisation sur le national et l'inégalité de la répartition internationale des capacités de recherche. Enfin, ils signalaient le fait que "certains aspects des politiques culturelles touchent des points sensibles, ce qui conduit à prendre des décisions trop politiques". Pour l'illustrer, ces spécialistes des politiques culturelles et médiatiques citaient le cas des "groupes de pression influents qui pèsent lourdement sur l'examen des enjeux cruciaux des politiques culturelles- la façon dont se

répartit la propriété des médias, par exemple”⁶. Près de vingt ans après l’introduction de la notion d’ “industries culturelles” dans les références de l’institution, ils incitaient l’Unesco à s’engager dans la “connaissance des industries culturelles!”

La construction de politiques culturelles est difficilement concevable sans le détour par la question des politiques de communication. Or la convention et, plus fondamentalement, la philosophie même d’action de l’Unesco à l’égard de la diversité culturelle, tendent non seulement à dissocier les deux problématiques, mais aussi à ignorer la seconde. Dans la convention figurent deux allusions à la “diversité des médias”. L’une au point 12 du préambule qui rappelle que “la liberté de pensée, d’expression et d’information, ainsi que la diversité des médias, permettent l’épanouissement des expressions culturelles au sein des sociétés”. La seconde, à l’article 6, parmi les mesures à prendre, énumère au bas de la liste (point h): “celles qui visent à promouvoir la diversité des médias, y compris au moyen du service public de radiodiffusion”. Ce que serait cette “diversité des médias”, on ne le saura point. Pas la peine de chercher le mot “concentration”, par exemple: le concept dérange. Les propositions émanant de la société civile organisée en vue d’inclure une référence à ce sujet ont toutes buté sur une fin de non-recevoir⁷. Les deux Sommets de la société de l’information organisés par l’Union internationale de télécommunications, à Genève (2003) et à Tunis (2005) ont pratiqué la même impasse sur le phénomène général de concentration qui entrave l’appropriation de l’espace communicationnel par les citoyens et creuse le fossé entre ceux qui émettent et ceux qui reçoivent, ceux qui savent et ceux qui sont censés ne pas savoir.

Crainte d’effrayer les Etats-Unis, qui contribuent à hauteur de 20% au budget de l’Unesco et sont revenus y siéger en 2003, après l’avoir quittée, comme nous l’avons vu, en 1984 pour marquer leur désaccord avec les demandes du Mouvement des pays

6
Bennett T. et Mercer C.,
“ Amélioration de la
recherche et de la
coopération
internationale en
matière de politiques
culturelles”,
Conférence
intergouvernementale
sur les politiques
culturelles pour le
développement,
Stockholm, 30 mars-2
avril 1998, Paris,
décembre 1997. Original
anglais.

7
Voir par exemple les
propositions du réseau
mondial
CRIS (Derechos a la
comunicacion en la
Sociedad de la
informacion),
*Comentarios al “
Ante-proyecto de
Convencion sobre la
Proteccion de la
Diversidad de los
Contenidos culturales y
las expresiones
artísticas”*, www.
crisinfo.org, 11
novembre 2004.

non alignés en faveur d'un rééquilibrage des flux à travers un Nouvel ordre mondial de l'information et de la communication (NOMIC)? Certes. Compartimentation des tâches entre divisions d'une grande machine bureaucratique ? Certes encore. Mais, il y a plus. L'institution internationale a créé sa propre légende noire sur la période des années 1970, où le débat sur les politiques culturelles ne se concevait qu'en relation avec celui sur les politiques de communication, et réciproquement. Ce tabou a paralysé dans l'institution la possibilité d'un retour critique sur le passé et ses contradictions. Le regard culturel s'est autonomisé à mesure que se refoulait la réflexion stratégique sur les politiques de communication en tant qu'ensemble de principes, de dispositions constitutionnelles, de lois, règlements et institutions étatiques, publiques et privées qui composent le cadre normatif de la télévision, du cinéma, de la radio, d'Internet, de la publicité, de la production éditoriale, de l'industrie phonographique, des arts et spectacles. Une définition des politiques de communication vers laquelle convergent aujourd'hui aussi bien les sciences politiques, l'économie politique de la communication et de la culture que les études culturelles, dans leur version restée critique.

Au cours de la période de glaciation du débat, entre 1985 et le début du nouveau siècle, la continuité des questions soulevées au sein de l'Unesco par la diversité culturelle a été prise en charge, et pour ainsi dire exclusivement avec le temps, d'une part, par le regard anthropologique et, de l'autre, par le discours sur l'alliance entre biodiversité et diversité culturelle. Or même si on ne peut que se réjouir de ces retrouvailles avec l'approche anthropologique, on sait, depuis les polémiques de l'anthropologue Marcel Mauss avec certains de ses collègues, au tout début du 20^{ème} siècle, que le risque de l'autonomisation du champ culturel est de faire dire aux observations ethnographiques sur les usages sociaux des produits et biens culturels ce qu'elles ne peuvent exprimer au point de vue

de l'analyse macro-sociologique. Quant à la promiscuité discursive entre biodiversité et diversité culturelle, pour séduisante qu'elle soit au niveau de l'expression de la globalité de l'enjeu de civilisation, on sait combien, dans l'histoire de la pensée communicationnelle, la métaphorisation biomorphique s'est révélée source de nombreux malentendus et occultations. Le recours à l'analogie se fait de toute façon au détriment du regard sociopolitique sur les dispositifs de production, de circulation et de consommation de la communication et de la culture. L'effet de réalité de ces deux tropismes fait que aujourd'hui la problématique de la concentration dans le contexte de l'internationalisation qui trônait lors de l'adoption de la problématique des "industries culturelles" est devenue un point aveugle dans les discours sur les politiques culturelles émanant de l'Unesco. En réalité, le regard communicationnel s'est trouvé relégué par une perspective que Michel de Certeau aurait très vraisemblablement taxée de "culturaliste".

On cherchera en vain trace de la mémoire de l'accumulation intellectuelle réalisée par la propre Unesco sur les dispositifs et les politiques de communication dans le choix de documents officiels que l'institution propose pour illustrer le cheminement de la question de la diversité culturelle dans ses stratégies depuis sa fondation en 1946⁸. Le même mutisme se vérifie à l'égard du rapport MacBride en l'année du 25^{ème} anniversaire de son approbation par la Conférence générale de Belgrade. Ce silence institutionnel s'inscrit en contraste avec les nombreuses initiatives prises, à cette occasion, en 2005, un peu partout monde, par des chercheurs qui revisitent ce document fondateur, le réévaluent et le confrontent aux nouvelles questions suscitées par les défis de la construction d'une société de la connaissance pour tous⁹. Ces absences récurrentes contrastent avec la présence tout aussi récurrente dans les documents qui ont balisé le débat sur la culture depuis la fin des années 90 des références aux figures d'un courant de pensée, hégémonique dans les pays

8
Division des politiques culturelles et du dialogue interculturel, *L'Unesco et la question de la diversité culturelle. Bilan et stratégies, 1946-2003*, Paris, Unesco, version révisée, 2005.

9
Lire le dossier de la *Revista Eptic on line* (Economia política de tecnologies de informaçao e da comunicaçao), vol. VIII, n°VI, octobre 2005 ; également, : Institut de la comunicacio (Incom/UAB) et Consell de l'Audiovisual de Catalunya, "XXV aniversario del Informe MacBride. Comunicacion internacional y polticas de comunicacion", *Quaderns del Consell de l'Audiovisual de Catalunya*, Barcelone, n°21, janvier-avril 2005.

anglo-saxons, issu de l'anthropologie et des *Cultural studies*. Comme l'attestent la contribution d'Anthony Giddens sur la globalisation et celle, rédigée par l'anthropologue indien Arjun Appadurai, en collaboration avec la responsable de la "Division des politiques culturelles et du dialogue interculturel" sur le "pluralisme durable et l'avenir du sentiment d'appartenance" dans le *Rapport mondial sur la culture, An 2000*, sous-titré *Diversité culturelle, conflit et pluralisme*.¹⁰ Etrange paradoxe: l'Unesco qui engage une réflexion sur le rôle des Etats dans la promotion et la protection de la diversité culturelle s'appuie sur des théoriciens du "post-national", une notion floue qui évacue de l'analyse toute réflexion sur les mutations des formes que prennent l'Etat et l'Etat-nation. Puisqu'ils en annoncent même la disparition, laissant face à face la communauté des consommateurs et les flux transnationaux. Au terme d'une archéologie des théories mises en circulation par ces théories de ladite globalisation culturelle, j'écrivais en 1996 avec mon collègue, le politologue Erik Neveu: "Face à un monde dont la complexité n'est pas qu'un slogan commode, elles ont relevé le défi en jouant, abusant d'une inflation de méta-discours, au détriment de la quête d'une théorie de cette complexité. On rappellera après Norbert Elias que ne méritent le label de théories que les constructions conceptuelles qui permettent de résoudre des problèmes, de renouveler l'intelligibilité des objets. La sophistication conceptuelle cache désormais une pensée imprégnée par les conformismes, mal à l'aise face à la complexité des nouveaux rapports de force interculturels dans le contexte de généralisation des systèmes technique et productif".¹¹

Peut-on demander autre chose aujourd'hui aux grandes organisations internationales pour faire avancer le débat? Probablement pas. Le problème n'est d'ailleurs pas là. Il est dans la façon dont les différents agents privés et publics s'approprient les principes régulateurs qui résultent de longues et contradic-

¹⁰ Unesco, *Rapport mondial sur la culture 2000*, Paris.

¹¹ Mattelart A. et Neveu E., « Cultural Studies' Stories. La domestication d'une pensée sauvage ? », *Réseaux*, n°80, novembre-décembre 1996. Voir également des mêmes auteurs: *Introduction aux Cultural Studies*, Paris, La Découverte, 2003, Collection « Repères ». (Publié au Brésil sous le titre *Introdução aos estudos culturais*, Sao Paulo, Parabola, 2004).

toires négociations intergouvernementales: non seulement pour les mettre en œuvre mais également pour en repousser les limites. L'article 11 de la convention les y invite : "Les parties (*les gouvernements membres*) reconnaissent le rôle fondamental de la société civile dans la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles. Les Parties encouragent la participation active de la société civile à leurs efforts en vue d'atteindre les objectifs de la présente Convention". En réalité, au cours du processus de rédaction du texte de la convention, et auparavant, du processus d'approbation de l'idée même d'un instrument juridique, ces acteurs ont bien souvent, en de nombreux lieux de la planète, précédé la prise de conscience des responsables publics, qu'ils ont incité à prendre position. C'est une leçon majeure de l'intense mobilisation, au niveau national et international, des réseaux liés au mouvement social comme du réseau des collectifs nationaux des organisations professionnelles de la culture.

Les premiers ont tissé un fil rouge entre les débats sur la convention et ceux qui se déroulaient notamment aux Sommets mondiaux de la société de l'information, faisant converger vers le plaidoyer pour le "droit à la communication" les problématiques de la diversité culturelle et médiatique. Diversité des sources d'information, de la propriété des médias et des modes d'accès à ceux-ci, soutien au service public et aux médias libres et indépendants. Les seconds, forts de quelque trente collectifs nationaux bâtis en moins de quatre ans, ont montré que l'on pouvait conjuguer métiers de la culture et citoyenneté, sans s'enfermer dans la défense d'intérêts corporatistes.

Ce que la pluralité des protagonistes qui ont surgi dans la sphère civique mondiale depuis la fin du siècle dernier cherchent à nous dire, c'est que les combats pour la diversité culturelle ne prennent sens qu'à la lumière d'une interrogation plus vaste sur le modèle de société: quel statut pour l'ensemble des biens publics communs? Ces biens qui ont nom non seulement

culture, information, communication et éducation, mais la santé, le vivant, l'environnement, l'eau, le spectre des fréquences de radiodiffusion, etc., tous ces domaines qui devraient constituer des "exceptions" par rapport à l'appropriation ou patrimonialisation privée. Mais la définition de ce patrimoine commun est toujours et, plus que jamais, l'objet de disputes dans les institutions internationales, de la Banque mondiale au Programme des Nations unies pour le développement. C'est pourtant là que se joue la crédibilité de la nouvelle utopie du partage des connaissances dans une société qui serait pensée non seulement en termes d'identités multiples mais à la lumière de l'égalité sociale.

Armand Mattelart

Ministério da Cultura: um olhar sobre o presente

*Isaura Botelho**

É difícil pensar o momento atual que vive o Ministério da Cultura sem fazer um pequeno retrospecto sobre como foi criado e os percalços que enfrentou até agora. Isto implica fazer um pequeno preâmbulo sobre a construção do cenário herdado e assumido pela atual gestão. Ao mesmo tempo, gostaria de ressaltar que é bastante difícil se pensar em “avaliação” no calor da hora. Por isso, detenho meu olhar sobre algumas ações estruturantes, mais no plano das idéias do que no de sua realização, pois esta é sempre difícil e sofre acidentes de percurso motivados por diversos fatores, o que não cabe aqui analisar.

*
Fundação Getúlio Vargas

Em 1985, com os ventos da redemocratização, é criado o Ministério da Cultura, a partir da reiterada demanda dos Secretários de Cultura dos Estados, solução que lhes parecia a mais adequada para a resolução de suas carências orçamentárias e políticas. O arranjo e a gestão institucional do Ministério têm sido alterados constantemente desde então, ao sabor de arranjos que, se não foram aleatórios, demonstraram a falta de trato com o setor cultural por parte dos dirigentes que se sucederam, fragilizando-o ainda mais. Nesse sentido, o momento mais doloroso foi 1990, quando o governo de Fernando Collor de Melo se iniciou pondo um fim nas instituições federais de apoio à produção cultural e ao patrimônio, que foram aglutinadas em duas novas instituições: o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura — IBAC — e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural — IBPC —, ambos sem nenhum prestígio político ou apoio orçamentário. O Ministério foi rebaixado ao *status* de secretaria da presidência da república. Esta situação foi de tal gravidade que, mesmo com os esforços de reconstituição — a secretaria volta a ser ministério pela promulgação da lei nº 8.490 de 19/11/1992 —, realizados a partir de 1993, no governo Itamar Franco, sente-se ainda hoje o golpe deflagrado então. Uma das conseqüências negativas de maior peso foi o enorme esvaziamento do quadro funcional — computado como de grande competência — que ainda hoje não teve possibilidade de se recompor, em que pese a realização do primeiro concurso para a admissão de técnicos, realizado em 2006. Isto continua comprometendo as políticas e programas do Ministério, principalmente agora, quando foi deflagrada uma greve pela implementação de um prometido Plano de Carreira, promessa sempre postergada.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), o Ministério foi pouco a pouco recuperando sua presença no debate público e se esses anos foram marcados por um pesado investimento político nas leis de incentivo fiscal, eles também

se caracterizaram pelo esvaziamento do papel nacional e político das instituições do Ministério da Cultura e pela repetição mecânica de pressupostos de uma política cultural democrática. Mais grave ainda é sabermos que, geralmente, o que acontece no plano federal tem rebatimentos, quase imediatos, na esfera estadual e, por conseqüência, também em nível municipal.

Somente em 2003, depois de tantas idas e vindas ao longo desses anos, o Ministério da Cultura deu início a um intenso processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural. Neste sentido, houve um grande investimento na recuperação de seu orçamento (que continua insuficiente) e na discussão de mecanismos que possibilitem uma melhor distribuição de seus poucos recursos do ponto de vista do equilíbrio regional, o que voltou a ser uma preocupação. Mais importante ainda é o fato de o Ministério, sob a liderança do ministro Gilberto Gil, vir investindo na recuperação de um conceito abrangente de cultura, abandonado, na prática, desde meados dos anos 80. Retorna a baliza de considerar como fundamental a articulação entre cultura e cidadania, bem como chamar a atenção para o peso da cultura em termos da economia global do país, o que vem influenciando positivamente as políticas culturais regionais e municipais.

O Ministério da Cultura hoje defende uma conceituação ampla da cultura considerando-a em sua dimensão antropológica, vista como a dimensão simbólica da existência social brasileira, como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como “usina de símbolos” de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de identidades, espaço de realização da cidadania.

Estas são formulações retiradas de discursos do Ministro Gilberto Gil e que se vêem refletidas em diversos programas e ações do ministério e de suas instituições. A recusa em assu-

mir a dicotomia cultura popular *versus* cultura erudita — como se fossem pólos excludentes e representassem, em si mesmos, opções ideológicas — é demonstrada na variedade de programas e projetos, que transitam por todos os registros culturais: questões de democracia e de identidade nacional não se reduzem à defesa do popular, entendido como apanágio do valor e da autenticidade, diferentemente do que ocorreu em momento anterior. Todas as formas de cultura que permitam avançar em termos artísticos e de qualidade de vida merecem atenção, pela ação efetiva das várias esferas do Estado na formulação e na implementação de políticas públicas para a área.

Temos, portanto, uma ação determinante para a contribuição da cultura ao desenvolvimento, notadamente quando este é entendido como combate às barreiras de ordem social, econômica e simbólica, esta última nem sempre suficientemente ressaltada. Sem a dimensão cultural é difícil imaginar o próprio desenvolvimento nacional.

A retomada conceitual se refletiu num redesenho institucional importante que, se ainda não é o ideal, pelo menos devolveu às instituições vinculadas ao MinC, em princípio, o poder de conduzir as políticas específicas de suas áreas. Desta forma, estas instituições vêm recuperando uma presença nacional, papel que deixaram de exercer desde o final dos anos 80. Exemplo de um dos instrumentos utilizados para isso é a criação de Câmaras Setoriais correspondentes às diversas expressões artísticas, promovendo uma mobilização de cada um desses setores de forma até agora única. Estas Câmaras têm como meta promover um amplo processo de discussão sobre as diretrizes políticas e planos de ação de cada setor, levando em conta um diagnóstico formal (estudos específicos) ou informal (pela experiência e vinculações de seus componentes) que permita o estabelecimento de prioridades com relação aos diversos elos que compõem a cadeia de produção de cada uma das linguagens artísticas: o teatro,

a dança, o circo, a ópera, a música, as artes visuais, a literatura, o livro e a leitura. Compostas por entidades governamentais e integrantes das cadeias produtiva e criativa dos segmentos das artes, elas potencialmente propiciam, pela primeira vez na história da gestão federal de cultura, a participação da sociedade civil no processo de definição do conjunto de metas e ações a serem priorizadas por essas políticas setoriais, incentivando com isso um processo de diálogo contínuo para a construção e a avaliação de políticas públicas a serem conduzidas pela instituição responsável pelas artes no âmbito do ministério, que é a Fundação Nacional de Artes — FUNARTE.

Ao lado disso, o Ministério da Cultura incentivou intensa mobilização nacional em torno de conferências municipais, estaduais, de cultura, culminando com a I^a Conferência Nacional realizada em Brasília, em novembro de 2005, para dar substância ao Sistema Nacional de Cultura, que, se for estabelecido e não sofrer solução de continuidade em próximas gestões, organizará a articulação entre os entes da federação e a sociedade civil. Neste Sistema, o diálogo e a negociação permanente entre as instâncias municipal, estadual e federal deverão constituir não só a novidade desse mecanismo, bem como permitirão a otimização de recursos humanos e materiais no desenvolvimento da vida cultural brasileira. Ou seja, dentre outras ações e programas importantes que foram iniciados (e que não cabe aqui arrolar), o Ministério da Cultura vem investindo em ações estruturantes que nos permitem esperar uma melhoria significativa de espaços de gestão intergovernamental e de co-gestão com os movimentos culturais.

Vale ainda mencionar a prioridade dada ao estabelecimento de um sistema permanente de estatísticas culturais, em conjunto com o IBGE (geração de dados), bem como com o IPEA (análise dos dados), de modo a superar a insuficiência e a dispersão de informações que impedem a análise sócio-econômica apro-

fundada dos diversos setores que compõem os elos da produção cultural em seus diversos níveis e registros, além de impedir a comparação do perfil econômico das atividades culturais desenvolvidas no Brasil com outros países.

Mais uma vez, registro a dificuldade que o MinC enfrenta no plano da gestão pela carência de recursos e de técnicos, o que é um duro obstáculo na tarefa de dar conta da amplitude do universo que sua política se propôs abarcar. Embora seja cedo para vislumbrarmos o que ficará desta gestão, registro, pelo menos, a consistência do que vem sendo proposto e que se busca implementar.

A aposta é consolidar a cultura como a base de expressão do próprio indivíduo — e de conjuntos de indivíduos —, como ferramenta mais decisiva para a construção e o exercício da cidadania. A par da inclusão que se pode promover por meio da melhoria na qualidade da formação de cada um, o investimento em cultura resulta, no longo prazo, em aumento da criatividade e da capacidade de inovação, da eficiência e da produtividade dos indivíduos nos processos de interação social. Sem dúvida, a cultura é o setor em que o investimento reverte mais diretamente para o conjunto da sociedade. No entanto, sendo um setor ainda marginal no campo das políticas públicas, vimos dependendo até agora da lucidez e integridade de grandes figuras como foram: Mário de Andrade, que, na década de 1930, cumpriu um papel fundador ao estabelecer os parâmetros para um conceito ampliado de cultura (para ele “arte”). Embora não tenha sido um gestor de política do governo federal e sim importante colaborador, ele estabeleceu as bases de uma matriz que foi sendo reapropriada, relida e adaptada ao longo do tempo pela sensibilidade de gestores que estiveram à frente do setor cultural em nível nacional. Este foi o caso de Aloísio Magalhães, que nos anos 80 retomou a armadura conceitual proposta por Mário de Andrade, que se viu refletida no próprio redesenho institucional que ele

promoveu na área federal, estabelecendo novos parâmetros de atuação. O ministro Gilberto Gil se insere nessa tradição que nos forneceu as propostas e os desafios mais interessantes em termos de gestão cultural. A tarefa não é simples e os percalços são maiores do que se poderia prever. Tudo aponta para a urgente necessidade de que se viabilize a implantação de um verdadeiro sistema nacional de cultura que permita a criação de canais de diálogo e de parceria entre os entes da federação, incluindo aí os poderes públicos, a iniciativa privada e a sociedade civil.

Caminhos alternativos à espetacularização urbana

*Paola Berenstein Jacques**

Minha fala se divide em duas partes distintas, porém complementares: uma crítica à atual espetacularização das cidades e uma apologia da experiência participativa nas cidades, que pode ser considerada como um antídoto à espetacularização. O que chamo de espetacularização das cidades contemporâneas, que também pode ser chamado de cidade-espetáculo, está diretamente relacionado a uma diminuição da participação, mas também da própria experiência física das cidades, enquanto prática cotidiana, estética ou artística, exemplificada aqui, pelo que chamo de errâncias urbanas. O fio condutor entre essas duas partes seria a questão do corpo, ou como diria Milton Santos, da corporeidade dos homens lentos, ou seja, a própria experiência física da cidade, a experiência urbana sensorial, que acredito que possa nos mostrar alguns caminhos alternativos à espetacularização urbana.

*

Paola Berenstein Jacques é professora da FAUFBA, vice-coordenadora do PPG-AU/FAUFBA, pesquisadora PQ CNPq e associada ao LAA/EAPLV (França). É autora dos livros: *Les favelas de Rio* (Paris, l'Harmattan, 2001); *Estética da Ginga* (Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2001); *Esthétique des favelas* (Paris, l'Harmattan, 2003); co-autora de *Maré, vida na favela* (Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002); organizadora de *Apologia da Deriva* (Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003), *Corps et Décors urbains* (Paris, l'Harmattan, 2006), e *Corpos e cenários urbanos* (Salvador, Edufba, 2006).

Espetacularização urbana

A crítica hoje ao que chamo de espetacularização urbana já se tornou recorrente no meio acadêmico e este processo está cada vez mais explícito. Escutamos muito falar de cidade-museu, cidade genérica, cidade-parque-temático, cidade-shopping, em resumo: cidade-espetáculo. A fórmula passa a ser conhecida de todos os discursos contemporâneos esquizofrênicos, de propostas preservacionistas para os centros históricos, que se tornam receptáculos de turistas, e da construção de novos bairros fechados em áreas de expansão periféricas, que se tornam produtos para a especulação imobiliária. Muitas vezes os atores e patrocinadores destas propostas também são os mesmos, assim como é semelhante a não-participação da população em suas formulações, e a gentrificação (ou seja, enobrecimento com expulsão da população mais pobre) das áreas, como resultado, demonstrando que as duas correntes antagônicas são faces de uma mesma moeda: a mercantilização espetacular das cidades.

Podemos falar de processos urbanos distintos, como patrimonialização, museificação, musealização ou estetização, mas que fazem parte de um mesmo processo contemporâneo e mais vasto que seria a espetacularização das cidades contemporâneas. Este processo, por sua vez, é indissociável das novas estratégias de *marketing*, ou mesmo do que podemos chamar hoje de *branding* urbano (construção de marcas) dos projetos ditos de revitalização que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas que lhes garanta um lugar na nova geopolítica das redes internacionais. Na lógica contemporânea de consumo cultural, a cultura passou a ser concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente. Com relação às cidades, o que ocorre é semelhante: a competição, principalmente por turistas e investimentos estrangeiros, é acirrada e os políticos se empenham para melhor construir e vender a imagem de marca, ou logotipo, de suas cidades.

Nas políticas e nos projetos urbanos contemporâneos, principalmente dentro da lógica do chamado planejamento estratégico, existe uma clara intenção de se produzir uma imagem singular de cidade. Essa imagem, de marca, seria fruto de uma cultura própria, da dita “identidade” da cidade. Paradoxalmente, essas imagens de marca de cidades distintas, com culturas distintas, se parecem cada vez mais. Essa contradição pode ser explicada: cada vez mais as cidades precisam seguir um modelo internacional, extremamente homogeneizador, imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos urbanos. Este modelo visa basicamente ao turista internacional — e não ao habitante local — e exige um certo padrão mundial, um espaço urbano tipo, padronizado. Como já ocorre com os espaços padronizados das cadeias dos grandes hotéis internacionais, ou ainda dos aeroportos, das redes de *fast food*, dos *shopping centers*, dos parques temáticos etc. O turista, ao contrário do habitante, não se apropria efetivamente do espaço urbano. O modelo de gestão patrimonial mundial, por exemplo, segue a mesma lógica de homogeneização: ao preservar áreas históricas, de forte importância cultural local, utiliza normas de intervenção internacionais que não são pensadas nem adaptadas de acordo com as singularidades locais. Assim, esse modelo acaba tornando todas essas áreas — em diferentes países, de culturas das mais diversas — cada vez mais semelhantes entre si. Seria um processo de museificação urbana em escala global: e assim os turistas acabam visitando as cidades ditas históricas do mundo todo como se visitassem um único museu.

A memória da cultura local — que a princípio deveria ser preservada pelos projetos ditos de revitalização — se perde, e em seu lugar são criados grandes cenários, simulacros culturais para turistas. Na maior parte das vezes, a própria população local é expulsa do local da intervenção, pelo já citado processo de gentrificação. Nas periferias ricas, nas novas *alphavilles*, isso

não chega a ocorrer, uma vez que estas áreas já são projetadas dentro de uma idéia de segregação espaço-social, e ainda oferecem um nível de vigilância total, também dentro de um padrão internacional de segurança, que serve também como justificativa para um amplo processo de privatização de espaços públicos, o que vem ocorrendo de forma sistemática na maioria das áreas de expansão das cidades contemporâneas.

¹
Ver *Apologia da deriva, escritos situacionistas sobre a cidade*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

As idéias situacionistas sobre a cidade¹, por exemplo, principalmente aquelas contra a transformação dos espaços urbanos em cenários para espetáculos turísticos, levam a uma hipótese clara: a existência de uma relação inversamente proporcional entre espetáculo e participação popular. Ou seja, quanto mais espetaculares forem as intervenções urbanísticas nos processos de revitalização urbana, menor será a participação da população nesses processos e vice-versa. Mas essa equação não é absoluta, variações na proporção de espetacularização também podem ocorrer: quanto mais passivo (menos participativo) for o espetáculo, mais a cidade se torna um cenário desencarnado; e no sentido inverso, quanto mais ativo for o espetáculo — que no limite deixa de ser um espetáculo no sentido debordiano —, mais a cidade ganha corpo e vida. A relação entre espetacularização e gentrificação, no sentido inverso, também seria diretamente proporcional, uma vez que o processo de espetacularização urbana traz sempre consigo um tipo de gentrificação espacial, com a expulsão dos mais pobres das áreas de intervenção.

Quais seriam então algumas alternativas ao espetáculo urbano? Tenho algumas pistas: a participação, a experiência ou prática dos espaços urbanos. Estas alternativas passariam necessariamente pela própria experiência física da cidade. E mais do que isso, passariam pela experiência corporal, sensorial da cidade. A redução da ação urbana pelo espetáculo leva a uma perda da corporeidade, os espaços urbanos se tornam simples cenários, sem corpo, espaços desencarnados. Os espaços públi-

cos contemporâneos, cada vez mais privatizados ou não apropriados, nos levam a repensar as relações entre urbanismo e corpo, entre o corpo urbano e o corpo do cidadão. A cidade não só deixaria de ser cenário, mas, mais do que isso, ela passaria a ser um corpo, um outro corpo.

Acredito que seja dessa relação entre o corpo físico do cidadão e esse “outro corpo urbano” que possa surgir uma outra forma de apreensão urbana e, conseqüentemente, de intervenção na cidade. Cito para exemplificar algumas palavras de Mário de Andrade sobre sua experiência física de andar pela cidade de Salvador da Bahia, no dia 7 de dezembro de 1928:

“Gosto de banzar ao até pelas ruas das cidades ignoradas (...) S. Salvador me atordoa vivida assim a pé num isolamento de inadaptação que dá vontade de chorar, é uma gostosura. (...) é o mesmo do saber físico que dá a passeada à pé. (...) Passear a pé em S. Salvador é fazer parte dum quitute magnificente e ser devorado por um gigantesco deus Ogum, volúpia quase sádica, até”.

*Errâncias urbanas*²

Assim como de forma simultânea à história das cidades podemos falar de uma história do nomadismo, ou melhor, de uma nomadologia, também podemos traçar, de forma quase simultânea à própria história do urbanismo, um breve histórico das errâncias urbanas. Esse histórico seria construído por seus atores, errantes ou nômades urbanos. Os errantes não perambulam mais pelos campos como os nômades, mas pela própria cidade grande, a metrópole moderna, e recusam o controle total dos planos modernos. Eles denunciam direta ou indiretamente os métodos de intervenção dos urbanistas, e defendem que as ações na cidade não podem se tornar um monopólio de especialistas.

² Idéias desenvolvidas anteriormente e de forma menos sintética no texto: *Elogio aos Errantes*. In: *Corpos e Cenários Urbanos*, Salvador, Edufba, 2006.

Dentre os errantes urbanos encontramos vários artistas, escritores ou pensadores que praticaram errâncias urbanas. Através das obras ou escritos desses artistas é possível se apreender o espaço urbano, de outra forma, partindo do princípio de que os errantes questionam a construção dos espaços de forma crítica. O simples ato de andar pela cidade pode assim se tornar uma crítica ao urbanismo enquanto disciplina prática de intervenção nas cidades. Esta crítica pode ser vista, tanto nos textos quanto nas imagens produzidas por artistas errantes, a partir de suas experiências do errar, ou seja, de praticar a cidade de forma ordinária.

Ao ler Baudelaire, por exemplo, podemos ver uma reação crítica à reforma urbana do Barão Haussmann, que estava transformando completamente a velha cidade de Paris naquele exato momento³. Para fotografar essas transformações urbanas radicais, da cidade antiga sendo destruída para dar lugar à nova, Haussmann contratou um fotógrafo, Marville, que retratou o desaparecimento de uma certa Paris, por onde perambulava Baudelaire. No Rio de Janeiro se passou algo bem parecido, já no início do século xx. João do Rio, cronista e errante urbano, descreve nos jornais suas errâncias pela antiga cidade que também estava sendo destruída pelo nosso Haussmann tropical⁴, Pereira Passos, que como Haussmann também contratou um fotógrafo oficial para retratar a transformação em curso na cidade, Malta.

Um texto muito conhecido de João do Rio, chamado *A Rua*, foi publicado na mesma época na *Gazeta de Notícias*, mais precisamente em 1905. Esse texto de João do Rio (1881-1921, pseudônimo de Paulo Barreto) faz uma apologia da rua, do andar pelas ruas: “Eu amo a rua (...) Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhes as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo

³ As obras de Haussmann vão de 1853 a 1870, enquanto o livro *Le Spleen de Paris* de Baudelaire, por exemplo, é de 1855.

⁴ Cf. Jaime Larry Benchimol, Pereira Passos: um Haussmann tropical, Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1990. Pereira Passos realizou um “bota-abaixo” no centro do Rio de Janeiro entre 1902 e 1904. Sobre a idéia de Haussmanização tanto no Rio com Pereira Passos, quanto em Salvador em seguida com J.J. Seabra (1912-1916), ver Eloísa Petti Pinheiro, Europa, França e Bahia, difusão e adaptação de modelos urbanos, Salvador, Edufba, 2002.

incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes — a arte de flânar.” A título de comparação, entre os principais objetivos do plano de melhoramentos de Pereira Passos, citados por Alfredo Rangel em 1904, era: “Dar mais franqueza ao tráfego crescente das ruas da cidade, iniciar a substituição das nossas mais ignóbeis vielas por ruas largas arborizadas”.

Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos, e o próprio urbanismo, através da prática dos espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano.

Enquanto o urbanismo busca a orientação através de mapas e planos, a preocupação do errante estaria mais na desorientação, sobretudo em deixar seus condicionamentos urbanos, uma vez que toda a educação do urbanismo está voltada para a questão do se orientar, ou seja, o contrário mesmo do “se perder”⁵. Em seguida, pode-se notar a lentidão dos errantes, o tipo de movimento qualificado dos homens lentos, que negam, ou lhes é negado, o ritmo veloz imposto pela contemporaneidade. E por fim, a própria corporeidade destes, e, sobretudo, a relação, ou contaminação, entre seu próprio corpo físico e o corpo da cidade que se dá através da ação de errar pela cidade. A contaminação corporal leva a uma incorporação, ou seja, uma ação imanente ligada à materialidade física, corporal, que contrasta com uma pretensa busca contemporânea do virtual, imaterial, incorporeal. Esta incorporação acontece na maior parte das vezes quando se está perdido e em movimento lento. As três propriedades podem se dar em ordens e intensidades variadas, mas estas se relacionam mesmo que de formas variadas e, assim, caracterizam a errância.

5
Em *Estética da Ginga* (Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2001), eu já havia tratado implicitamente dessa questão, sobretudo no capítulo sobre o labirinto, uma vez que: “A sensação de se perder está implícita na experiência labiríntica”.

As três propriedades mais recorrentes das errâncias — se perder, lentidão, corporeidade — estão intimamente relacionadas, e remetem à própria ação, ou seja, à prática ou experiência do espaço urbano. O errante urbano se relaciona com a cidade, a experimenta, e este ato de se relacionar com a cidade implica nesta corporeidade própria, advinda da relação entre seu próprio corpo físico e o corpo urbano que se dá no momento da desterritorialização lenta da errância. Para resumir, pode-se dizer que o errante faz seu elogio à experiência principalmente através da desterritorialização do ato de se perder, da qualidade lenta de seu movimento e da determinação de sua corporeidade. As três propriedades poderiam ser consideradas como resistências ou críticas ao pensamento hegemônico contemporâneo do urbanismo que ainda busca uma certa orientação (principalmente através do excesso de informação), rapidez (ou aceleração) e, sobretudo, uma redução da experiência e presença física (através das novas tecnologias de comunicação e transporte).

Para o errante são sobretudo as vivências e ações que contam, as apropriações com seus desvios e atalhos, e estas não precisam necessariamente ser vistas, mas sim experimentadas, com os outros sentidos corporais. A cidade é lida pelo corpo e o corpo escreve o que poderíamos chamar de uma “corpografia”. A corpografia seria a memória urbana do corpo, o registro de sua experiência da cidade. A imagem espetacular, ou o cenário, só necessita do olhar. Esta experiência da cidade, da própria vida urbana, revela ou denuncia o que o projeto urbano exclui, pois mostra tudo o que escapa ao projeto, as micro-práticas cotidianas do espaço vivido, ou seja, as apropriações diversas do espaço urbano que escapam das disciplinas urbanísticas hegemônicas, mas que não estão, ou melhor, não deveriam estar, fora do seu campo de ação.

Apesar da íntima relação entre as principais propriedades da errância — desorientação, lentidão, corporeidade —, talvez seja

a relação corporal com a cidade, na experiência da incorporação, que mostre de forma mais clara, e crítica, o cotidiano contemporâneo cada vez mais desencarnado e espetacular. Esse encontro de determinações de corporeidades, do errante com a cidade — ou incorporação (relação do corpo com a ação, experiência corporal “outra”) — explicita a redução da cota de experiência urbana direta na contemporaneidade.

As relações sensoriais com a cidade que passam pelas experiências corporais dos espaços urbanos, em suas diferentes temporalidades, formariam um contraponto à visualidade rasa da imagem da cidade-logotipo. Os cenários ou espaços espetacularizados, desencarnados, seriam propícios somente para espectadores não participativos. Os praticantes ordinários da cidade, como os errantes, realmente experimentam os espaços quando os percorrem, e assim lhe dão corpo, e vida, pela simples ação de percorrê-los. Uma experiência corporal, sensorial, não pode ser reduzida a um simples espetáculo, a uma simples imagem ou logotipo. A cidade deixa de ser um simples cenário no momento em que ela é vivida, experimentada. Ela ganha corpo a partir do momento em que ela é praticada, se torna “outro” corpo. Esse tipo de ação urbana leva a um ganho de corporeidade, os espaços urbanos deixam de ser simples cenários, passam a ser espaços encarnados. Através desta volúpia quase sádica de que escreveu Mário de Andrade com relação à Salvador, o errante urbano faz uma reinvenção corporal, sensorial e poética das cidades.

As experiências de investigação do espaço urbano pelos errantes apontam para a possibilidade de um “urbanismo poético”, que se insinua através da possibilidade de uma outra forma de apreensão urbana, o que levaria a essa reinvenção poética, sensorial das cidades. Talvez a maior crítica dos errantes aos urbanistas, seja exatamente o que Hélio Oiticica — o artista que realizou o *Delirium ambulatorium* (1978) — resumiu de

forma tão clara no que ele chamou de “o poetizar do urbano”. No urbanismo contemporâneo, a distância, ou descolamento, entre sujeito e objeto, entre prática profissional e vivência-experiência da cidade, se mostra desastrosa ao esquecer o que o espaço urbano possui de mais poético, que seria precisamente o seu caráter humano, corporal e sensorial. As errâncias, através da própria experiência ou prática da cidade, dos espaços urbanos, questionam criticamente os atuais projetos urbanos contemporâneos, ditos de revitalização urbana, que vêm sendo realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia — genérica, homogeneizadora e espetacular — de *marketing* ou ainda de *branding*, o mais recente substituto contemporâneo do planejamento urbano.

A Diversidade Cultural Na Cidade: Problemas e Desafios

*Natália Ramos**

Introdução

No mundo contemporâneo, as questões da diversidade cultural, da mobilidade das populações e das relações interculturais estão no centro da preocupação da maioria dos Estados, são da maior importância no contexto do mundo globalizado, vindo colocar novas questões à sociedade, às diferentes instituições e serviços e às políticas do século XXI, em particular às políticas urbanas. As políticas e as cidades terão de fazer face às necessidades criadas pelas novas realidades sociais, familiares, culturais, sanitárias, educativas, pelo número crescente de populações migrantes, refugiadas e de minorias étnicas que afluem às cidades e que partilham espaços, atividades e o quotidiano.

*

Professora da Universidade Aberta, Lisboa. Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI). Diretora do Mestrado em Comunicação em Saúde. E-mails: natália@univ-ab.pt natpramos@hotmail.com

Na atualidade, segundo dados das Nações Unidas, uma, em cada trinta e cinco pessoas, é migrante internacional, constatando-se que perto de 200 milhões de pessoas vivem hoje fora dos seus países de origem, migrando essencialmente para as cidades.

Com efeito, tanto a globalização e a mobilidade das populações, como a urbanização, aumentaram sem precedentes os contactos entre as culturas e a coabitação entre diferentes grupos étnico-culturais e modos de vida, contribuindo, assim, para a multi/interculturalidade das sociedades, particularmente das cidades, e colocando sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e ao planeamento e gestão da cidade.

Nas sociedades modernas, a crescente complexidade, dinâmica e diversidade têm repercussões sobre as políticas e estratégias dos diferentes setores e agentes para dar resposta aos problemas do planeamento e da governabilidade das cidades e às necessidades e aspirações dos seus cidadãos. A cidade, onde reside atualmente mais de metade da população mundial (65%), é e será cada vez mais um espaço de pluralismo intercultural e “*tem de promover e respeitar as esperanças e os medos dos seus cidadãos*” (RYKWERT, 1988).

A cidade congrega unidade e diversidade; é lugar de convergência e divergência; é espaço de refúgio, de proteção, de libertação, de bem-estar, de união, de diálogo, mas é, igualmente, espaço de conflito, de ameaça, de violência, de opressão, de discriminação e de doença.

Como salienta Lévi-Strauss (1973), “*A cidade é ao mesmo tempo natureza e cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada: o facto humano por excelência*”.

Estas novas realidades sociais, culturais e urbanas, exigem novos modelos conceituais e novas políticas e estratégias de intervenção, baseados numa perspectiva global e multi/interdisciplinar centrada nos indivíduos, nas relações sociais e nos

processos ambientais, culturais e políticos, capazes de gerir a diversidade cultural e de promover e harmonizar os direitos humanos e culturais, com as necessidades, qualidade de vida e bem-estar psicológico e social dos indivíduos, das famílias e dos grupos, majoritários ou minoritários, nacionais ou migrantes. Torna-se necessário, como estipula a Conferência das Nações Unidas no Cairo sobre População e Desenvolvimento (ONU, 1994), no seu artigo 12: “*Os países deverão garantir a todos os migrantes os direitos humanos fundamentais integrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos*”.

O pluralismo cultural e as relações interculturais fazem atualmente parte e integrarão cada vez mais, o contexto social, económico, político, religioso, educativo, mediático e sanitário. A diversidade cultural integra e integrará cada vez mais, todos os contextos da esfera pública, muito em particular a cidade, e esta diversidade cultural deverá ser considerada como destaca a UNESCO (2001), na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, artigo 3: “*(...) uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória*”.

A gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas, constitui uma das grandes preocupações do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, os quais projetaram para 2008 um programa designado “*Cidades Interculturais*”, de modo a fazerem da cidade um espaço aberto e plural e um lugar privilegiado de diálogo intercultural.

A crescente diversidade cultural e a interculturalidade nas sociedades atuais faz com que as mulheres e os homens do século XXI mantenham múltiplas pertenças e redes transnacionais, desenvolvam novas formas de relações sociais e interculturais e novas práticas de cidadania, tenham conquistado novos direitos, mas conheçam, igualmente, novos conflitos, novos proble-

mas de comunicação e de saúde e novas formas de discriminação e de exclusão, muito em particular em meio urbano.

O processo migratório, envolvendo rupturas espaciais e temporais, transformações diversas, nomeadamente mudanças psicológicas, ambientais, biológicas, sociais, culturais, familiares, políticas, implicando a adaptação psicológica e social dos indivíduos e das famílias e diferentes modalidades de aculturação, constitui um processo complexo, com conseqüências ao nível do desenvolvimento individual e profissional e da saúde física e psíquica.

Se é importante ter em conta o nível de integração e as reações de adaptação dos migrantes às novas condições espaciais e sócio-culturais, torna-se igualmente importante analisar as características da sociedade de acolhimento, nomeadamente, as condições sociais, económicas e políticas dominantes e fatores como a xenofobia, a discriminação e o preconceito, os quais contribuem para o desencadear e a manutenção da exclusão e do estresse psicológico e social (BURKE, 1984).

O crescente multiculturalismo que se verifica nos diferentes setores da vida pública tem, assim, conduzido a reformulações nas estratégias e políticas sociais, de saúde e urbanas com o objectivo de melhorar a qualidade de vida, o acesso aos serviços públicos e a integração dos grupos minoritários.

Migração e Diversidade Cultural no Mundo e em Portugal

O crescente desfasamento entre níveis de desenvolvimento e entre estruturas demográficas de países ricos e países pobres, os conflitos armados e políticos, têm originado um número cada vez maior de migrantes e de refugiados que afluem essencialmente às cidades. Atualmente, aproximadamente 200 milhões de homens e mulheres vivem fora dos seus países de

origem, sendo imigrantes legais ou ilegais e refugiados, crescendo estes fluxos a um ritmo mais rápido do que o crescimento da população mundial. Destes migrantes, 95 milhões são mulheres, e um terço das migrações internacionais são migrações familiares. Importa salientar que a reunificação familiar é a principal via de entrada da imigração para a União Européia, verificando-se que 75% dos fluxos migratórios anuais são constituídos por cônjuges, filhos e outros familiares (E.OSSDF, 2002). Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2007), as migrações familiares atingem 70% nos EUA e constituem um terço das migrações permanentes no Japão e no Reino Unido. As migrações familiares predominam, assim, nos fluxos migratórios de caráter permanente.

Com efeito, os fluxos migratórios têm vindo a aumentar, tocando todos os continentes e os diferentes setores da vida pública, prevendo-se que em 2050 as migrações internacionais atinjam os 230 milhões. O número de migrantes internacionais quase triplicou desde 1970. Em relação à União Européia (UE), o número de migrantes provenientes de países extra-europeus aumentou 75% desde 1980. Só a Europa contava, em 2000, 62 milhões de migrantes e a América do Norte 41 milhões. De assinalar que perto de 9% de migrantes do mundo são refugiados (16 milhões de pessoas). Em 2000, a Europa acolheu mais de 2 milhões de candidatos a asilo político, quatro vezes mais do que a América do Norte (PNUD, 2004).

Em 2005, os fluxos migratórios nos países da OCDE, aumentaram de 11% relativamente a 2004. Também nestes países, os fluxos de estudantes estrangeiros aumentaram mais de 40% desde 2000, devendo-se este crescimento às possibilidades que lhes são dadas de trabalharem e de se instalarem após terem terminado os seus estudos. Do mesmo modo, os fluxos de

trabalhadores qualificados também aumentaram. A título de exemplo, em 2000, 11% dos enfermeiros e 18% dos médicos que trabalhavam nos países da OCDE eram de origem estrangeira (OCDE, 2007).

Também no mundo, perto de 300 milhões de pessoas, distribuídas por mais de 70 países, pertencem a grupos indígenas, representando cerca de 4.000 línguas, tendo a ONU proclamado o dia 9 de Agosto como o *Dia Internacional dos Povos Indígenas*. Na América Latina, por exemplo, os 50 milhões de indígenas constituem 11% da população da região. Igualmente, 152 países do mundo têm minorias étnicas ou grupos religiosos significativos (PNUD, 2004).

O atual aumento da diversidade cultural e populacional das cidades deve-se também ao número crescente de populações migrantes que afluem às cidades. As nossas cidades ao nível planetário acolhem cada vez mais indivíduos migrantes, oriundos de diversos universos culturais. Por exemplo, na cidade de Miami, 59% da população nasceu no estrangeiro; quase metade da população das cidades de Toronto (44%), de Los Angeles (41%), de Vancouver (37%) e de Nova Iorque (36%) é também de origem estrangeira; um quarto da população das cidades de Singapura (33%), Sydney (31%) e Londres (28%) é imigrante (PNUD, 2004).

No que diz respeito a Portugal, país tradicional de emigração, este tem vindo igualmente a reforçar o seu caráter de país de imigração. O nosso país é, com efeito, um país tradicional de emigração, constituindo este fenómeno uma característica histórico-estrutural da sociedade portuguesa (SERRÃO, 1974). Muito embora o fluxo de emigração portuguesa tenha diminuído consideravelmente nos anos 80 e 90 do século XX (a título de exemplo, em 1970, este fluxo era de 173.000 e em 2003 de cerca de 27.000, segundo o Instituto Nacional de Estatística – INE), nos últimos anos, saíram de Portugal para trabalhar no

estrangeiro, 200.000 portugueses, constituindo, em geral, uma emigração mais qualificada do que as anteriores.

Portugal continua, assim, a ser um “*país de emigração*”, estimando-se atualmente que o número de portugueses e de descendentes no estrangeiro é de perto de 5 milhões, cerca de 5% da população residente em Portugal, tendo-se transformado este país num dos grandes berços mundiais de diásporas (RAMOS, 1996, 2004).

Portugal viu-se confrontado, a partir dos anos 70, com o fenómeno da imigração, tornando-se rapidamente “*país de imigração*”. Assistiu-se após 25 de Abril/1974, à chegada de uma grande vaga de pessoas, os chamados “*retornados*” e imigrantes africanos, devido à descolonização. Esta corrente migratória intensificou-se com a adesão de Portugal à CEE em 1986, tendo Portugal e outras economias da Europa do Sul entrado num processo de crescimento e de reestruturação que lhes permitiu oferecer melhores condições de vida aos potenciais imigrantes de países extra-europeus, nomeadamente, da África, da América Latina ou de países da União Européia (RAMOS, 2000).

Nas décadas de 80 e 90, a evolução da imigração em Portugal caracterizou-se por um aumento da população de origem estrangeira, por uma consolidação da imigração africana, por um aumento da imigração de origem européia, brasileira e venezuelana, e com a emergência da imigração indiana, chinesa e da Europa de Leste.

Portugal tem vindo a reforçar o seu carácter de país de imigração e de acolhimento de população estrangeira, esta representando atualmente 6,7% do total da população residente no nosso país, proveniente de 179 países de diferentes continentes, mas, sobretudo, da América Latina (Brasil), da África (PALOP), e da Europa de Leste (Ucrânia). De destacar, que entre 1999 e 2001, a reunificação familiar foi invocada por 23,9% dos estrangeiros que pediram autorização de residência em Portugal (FONSECA *et al.* 2005).

O Instituto Nacional de Estatística – INE, assinala que a população portuguesa registrou em 2006 uma taxa de crescimento efetivo de 0,28%, devido ao aumento do número de imigrantes que passaram a residir em Portugal.

Em 2005, segundo dados do INE (2006), nasceram em Portugal mais de nove mil crianças em que um, ou ambos os pais, eram estrangeiros, perfazendo 8,3% da totalidade dos nascimentos neste ano. São os brasileiros que contribuem com o maior número de crianças (perto de duas mil), seguidos por Angola (1.382) e Cabo-Verde (1.101).

Os dados do INE registram, igualmente um aumento de casamentos mistos em Portugal, ou seja, entre portugueses e estrangeiros. Entre 2005 e 2006, os casamentos com estrangeiros aumentaram de 1.364 para 5.696. São os brasileiros o grupo de estrangeiros que se mantém em primeiro lugar na união com portugueses. Os casamentos entre brasileiros e portugueses aumentaram perto de 50%, entre 2005 e 2006, tendo-se registado, em 2005, 1.996 uniões e 2.917, em 2006. Os cabo-verdianos surgem em segundo lugar na lista dos estrangeiros que mais casamentos contraíram com portugueses (249), seguindo-se os angolanos (180), os ucranianos (117), os romenos (131) e os russos (92).

Dados do Ministério da Educação salientam que em Portugal no ano letivo de 2003/2004, estavam inscritas, nas escolas portuguesas, 81.470 crianças de origem estrangeira, a grande maioria destes alunos imigrantes concentrando-se essencialmente ao nível do ensino básico.

Também em Portugal, os dados do Observatório Português da Ciência e do Ensino Superior (OCES) revelam que 17.594 estrangeiros estavam inscritos no ensino superior público e privado português, no ano lectivo 2004/2005, sendo a maioria de Angola (4.258), Cabo Verde (3.835) e Brasil (1.796). De acordo com o OCES, o número de estudantes estrangeiros inscritos

no ensino superior tem vindo a aumentar nos últimos anos, registrando um crescimento de 65,7%, entre os anos letivos de 1999/2000 e 2004/2005.

Lisboa é a região do país que regista uma maior incidência de população imigrante. Em 2003, 54% da população estrangeira residia no distrito de Lisboa, seguindo-se por ordem decrescente Faro, Setúbal, Porto e Aveiro, o que mostra que esta população tende a fixar-se nas grandes áreas metropolitanas e no litoral (SEF).

A Cidade, a Diversidade Cultural e suas Dinâmicas

As cidades estão no topo das preocupações nacionais e internacionais. Mais de metade da população habita hoje em zonas urbanas e suburbanas. Sete (7) cidades do mundo alojam mais de 20 milhões de indivíduos; vinte e cinco (25) cidades constituem espaço de habitação para mais de 10 milhões de cidadãos; perto de quatrocentos e setenta (470) cidades abrigam mais de 1 milhão de habitantes.

Tóquio no Japão com 33,4 milhões de habitantes constitui a aglomeração mais populosa, seguindo-se Seul na Coreia do Sul com 23,2 milhões e a Cidade do México com 22,1 milhões de habitantes. A maior cidade lusófona é São Paulo no Brasil com 20,4 milhões de habitantes. Prevê-se que, em 2030, as cidades do mundo em desenvolvimento acolham 80% do total da população urbana.

A preocupação pelo que se passa nas cidades está presente em vários organismos internacionais, tais como a UNESCO, o Conselho da Europa, A Comissão Europeia e a Organização Mundial de Saúde (OMS). A título de exemplo, ao nível dos problemas de saúde, fez aparecer em 1985 a expressão “*Cidades Saudáveis*”, tendo pouco tempo depois a OMS (1988) lançado o

movimento das cidades saudáveis, a que já aderiram na Europa perto de 1300 cidades (LAFOND et al., 2003).

O Conselho da Europa e a Comissão Europeia insistem em que é necessário promover a “*Cidade Aberta*”. É importante saber gerir e explorar as possibilidades oferecidas pela diversidade cultural ao nível urbano, promover o desenvolvimento social, econômico e habitacional, e melhorar a qualidade de vida, através de projetos de cooperação e de troca de boas práticas relativamente à gestão e ao planeamento, aos media, às atividades de mediação e às políticas culturais. Para estes organismos as autoridades públicas e os atores sociais deverão promover o diálogo intercultural nos espaços físicos, na organização da vida cívica e dos espaços urbanos, de forma a impedir o desenvolvimento de guetos religiosos e étnico-culturais e a criar espaços onde os indivíduos possam se encontrar e partilhar costumes culturais e religiosos.

A diversidade cultural constitui um recurso simbólico, social e econômico, importante, uma mais valia na autodefinição identitária e na definição identitária do grupo a que pertencemos, podendo sustentar o reconhecimento positivo da diferença, do outro, mas podendo também servir de suporte para acentuar as diferenças entre as maiorias e minorias e desencadear atitudes de discriminação e de racismo.

A cidade, enquanto espaço social e simbólico, espaço de diversidade cultural e de diferença, é cenário onde se formam, afirmam e reestruturam identidades, onde se reinventam no quotidiano determinadas práticas sociais e relações interculturais e diferentes modalidades de integração. A cidade é, também, espaço onde se exprimem tensões, conflitos, violência e exclusão.

Em relação ao espaço social, nós somos, também, o espaço que habitamos, já que o contexto espacial influencia atitudes, comportamentos, expectativas, realizações, dinâmicas sociais e identitárias. As necessidades individuais, as realizações e pro-

jetos de vida, o desempenho pessoal e profissional, a saúde estão estreitamente relacionados aos ambientes e redes sociais de vivência urbana, aos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos em que os indivíduos vivem e trabalham (KLEIT, 2001).

Pensar a cidade implica também falar da integração da diversidade cultural, dos migrantes e minorias étnicas e repensar globalmente a forma como olhamos a cidade, perspectivando-a como um todo e não enquanto espaço fragmentado, devendo proporcionar-se o maior número de contactos e redes entre os diferentes espaços urbanos, nomeadamente com os territórios onde se integram os diferentes grupos étnico-culturais.

As cidades são hoje e serão, cada vez mais, espaços multiculturais, por excelência, em que diferentes grupos populacionais desenvolvem as suas atividades, exprimem os seus traços culturais e modos de vida e reinventam as suas identidades, e esta multiculturalidade alarga e diversifica o âmbito de ação do pluralismo na esfera do planeamento e gestão urbana.

Os migrantes e minorias étnicas requerem frequentemente um conjunto específico de serviços comunitários, facilidades de emprego e de alojamento e determinadas características de vizinhança e, neste sentido, as políticas e a intervenção de planeamento urbano têm de ser analisadas no que se refere ao seu contributo para a integração social, cultural, económica e religiosa, destes grupos, favorecendo a interculturalidade e o desenvolvimento de comunidades multi/interculturais.

O espaço urbano proporciona uma rede complexa de inter-relações e de vivências, uma diversidade e complexidade de relações entre os indivíduos, os bairros, os locais de residência, de trabalho, de lazer e distração. Estas redes poderão favorecer uma progressiva integração das diferentes comunidades étnicas, promover a sua inserção num todo urbano, social e cultural mais vasto, influenciando os seus valores, escolhas, realizações e desenvolvendo atitudes de autocon-

fiança e emancipação, que conduzem ao aproveitamento de oportunidades emergentes.

Com efeito, quanto maior for a diversidade de redes de relações sociais de um indivíduo, maior é o acesso às oportunidades de integração, de educação, de saúde e bem-estar, e de mobilidade individual, social e familiar. Quando a oportunidade de residir em espaços possuindo recursos, infra-estruturas e equipamentos de qualidade igualmente distribuídos entre os diferentes grupos populacionais, incluindo os migrantes e minorias étnicas, a capacidade de desenvolvimento pessoal, social, profissional e econômico poderá ser promovida e orientada no sentido da igualdade de oportunidades, da inclusão e das perspectivas de sucesso de todos os cidadãos.

Importa acentuar que o acolhimento e a integração dos migrantes nas sociedades receptoras, em particular na cidade, onde se concentram ao nível residencial e laboral, estão relacionados a um conjunto complexo e variado de fatores, onde se destacam fatores psicológicos, socioeconômicos, culturais e políticos, que reenviam ao próprio estatuto social, econômico e jurídico, do indivíduo migrante, na sociedade de acolhimento, às suas redes sociais e de suporte e às práticas e políticas da sociedade de acolhimento.

A população imigrante é uma população heterogênea. Contudo, a predominância de baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional, a inserção tendencial em setores onde é mais precária e instável a relação salarial — onde há um mais baixo nível de remuneração global e um grande peso de integração de migrantes em situação irregular, desprovidos de qualquer sistema de proteção social —, enfim, a precariedade da sua situação social e econômica faz do grupo de imigrantes um grupo particularmente vulnerável. Também as condições sociais e habitacionais precárias, o desenraizamento e o isolamento social, as dificuldades em compreender e adotar as normas socioculturais

da sociedade receptora e da vida urbana, assim como as atitudes de discriminação, vêm reforçar a exclusão social e cultural, reduzir as possibilidades de contactos sociais e de participação na vida coletiva, aumentar as dificuldades de recurso às estruturas de apoio e acentuar os fatores de risco, de estresse e de vulnerabilidade.

Os migrantes tendem, em geral, a concentrarem-se por origem étnica, muitas vezes em bairros ilegais ou zonas degradadas, sem condições de habitabilidade e higiene, em alojamentos sobrelotados, partilhando idênticas condições de vida e fatores de precariedade e exclusão social. A homogeneidade das populações que residem em bairros e/ou habitações degradadas, e sobrelotadas, em termos de escolarização, de rendimento e muitas vezes de origem étnica, a concentração de populações que vivem em condições socioeconômicas precárias, com fracas redes sociais, instabilidade familiar e profissional, elevadas taxas de violência e delinquência, constituem elementos que agravam as dificuldades de integração na sociedade, que dificultam a formação de sociabilidades, que podem conduzir a situações de isolamento e gueto, favorecendo a estigmatização e a emergência de tensões sociais e sentimentos de intolerância e discriminação da população autóctone, podendo provocar, ainda, distúrbios somáticos e psicopatológicos, tanto nas crianças, como nos jovens e adultos (BURKE, 1984; RAMOS, 1993, 2001, 2004; TAYLOR et al., 1997).

Estes bairros e zonas degradadas são, em geral, marcados por um certo estigma de isolamento geográfico, social e simbólico, face ao resto da cidade, onde frequentemente as crianças e jovens, sobretudo das segundas e terceiras gerações de migrantes, acumulam insucesso escolar e problemas de adaptação social, fecham-se, muitas vezes, em atitudes anti-sociais, de violência e rejeição e organizam-se em culturas e grupos de resistência, reproduzindo e aumentando as situações de exclusão social, de vulnerabilidade e de estresse. O desenvolvimento de culturas de isolamento e violência nestes espaços, onde a sociabilização

de rua junto do grupo de pares se apresenta aos jovens como um processo mais atrativo do que as possibilidades oferecidas pela família ou pela escola, funciona como uma resposta à violência e exclusão da sociedade, ao déficit de reconhecimento identitário e ao próprio isolamento do bairro, da cidade e da sociedade (BOURDIEU et al., 1970, 1993; WILLIS, 1997; RAMOS, 2004).

A clivagem entre a cultura de origem e a cultura de acolhimento, entre o mundo de dentro e o mundo de fora, e o rápido controle de um universo duplo, dá a estes jovens uma ilusão de independência em relação às regras comuns, colocando em certos casos, problemas de identidade, sentimentos de desvalorização e insegurança, dificuldades psicológicas e de integração social, fatores que, isolados ou conjugados, poderão refletir-se na adaptação social e nos resultados escolares.

No que diz respeito à elevada taxa de insucesso escolar das crianças e jovens migrantes, confirmada por diferentes estudos europeus e norte-americanos, se a qualidade de estrangeiro, os problemas linguísticos, culturais e psicológicos poderão contribuir para este problema, este está igualmente relacionado com a precariedade social e o isolamento sociocultural e familiar em que vivem estas crianças e as suas famílias (RAMOS, 1993, 1997, 1998, 2003, 2004).

Em situação de migração e aculturação, particularmente em meio urbano, verificamos diferentes estratégias de adaptação dos diferentes grupos étnico-culturais, de que resultam diferentes modalidades de aculturação, diversas formas destes grupos articularem as relações culturais entre a sociedade de acolhimento e a sua cultura de origem

Diversidade Cultural, Migração e Aculturação

O termo migração deriva do latim *migrare*, ou seja, passar de um local para outro. Para Birou (1982, p. 254) trata-se de um

“movimento de população de um local para outro, quer seja por um tempo determinado, quer por uma fixação permanente”. Contudo, a migração não implica apenas a deslocação espacial, mas constitui um processo complexo, contraditório, uma experiência de perda, ruptura, mudança, vivenciada pelo indivíduo de uma forma mais ou menos traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos psicológicos e sociais, as características da sociedade dominante, as condições de acolhimento e as políticas do país receptor.

O processo migratório não é simplesmente sinônimo de encontro cultural, já que implica uma adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido ou hostil. Esta adaptação vai depender de fatores múltiplos relacionados com aspectos específicos da aculturação (RAMOS, 1993).

Os migrantes são obrigados a enfrentar o isolamento, a solidão, a insegurança e a incompreensão, a abandonar a família, os amigos, os locais conhecidos e seguros para enfrentarem, não apenas uma nova cultura e língua, novos hábitos culturais e religiosos, mas, também, a hostilidade, a insegurança e a indiferença da população (EITINGER, 1960).

O processo migratório coloca em jogo uma questão bipolar, cada um dos pólos fazendo parte do funcionamento do indivíduo migrante: um país de origem e um país de acolhimento; uma cultura de origem e uma cultura de adoção; uma língua materna e uma língua de acolhimento. Situado entre dois países, duas culturas, duas línguas, o migrante torna-se um indivíduo portador e agente de cultura, mediador entre dois universos sociais e culturais diferentes (RAMOS, 1993).

Com efeito, o processo migratório envolve dois pólos, que o indivíduo migrante terá de gerir. No primeiro pólo, trata-se de *“emigrar”*, de sair, de abandonar, de perder o *“envelope”* protetor e tranqüilizante dos lugares, das sensações, dos hábitos, primeiras marcas e elementos nos quais se estruturou o fun-

cionamento psíquico e cultural. No segundo pólo, trata-se de “*imigrar*”, de elaborar, de reconstruir individualmente e num curto espaço de tempo o que diferentes gerações elaboraram e transmitiram pacientemente.

A experiência da migração envolve uma mudança psicossocial profunda, semelhante a um luto ou a uma incapacidade, estando, em geral, associada a estresse e sofrimento, mais ou menos significativos, segundo os diferentes tipos de migração. Eisenbruch (1988) utiliza a expressão “*luto cultural*”, para designar a situação dos indivíduos que sofreram a perda traumática da sua terra, da “*terra-mãe*”, e da sua cultura de origem, aplicando-se esta designação, sobretudo a emigrantes involuntários, tais como refugiados e exilados, desenraizados devido a guerras ou perseguições políticas. As profundas mudanças pelas quais passam estes grupos assemelham-se, pelo seu sofrimento coletivo, às de indivíduos enlutados e envolvem, igualmente, reações de pesar e luto que podem ser patológicas e atípicas.

Assim, a vivência migratória envolve a capacidade de fazer face à mudança que a decisão migratória origina, a capacidade de gerir as novas relações culturais e os sentimentos de abandono, angústia e perda que a ruptura desencadeia e, ainda, a capacidade de reconstrução e de incorporação de elementos do novo meio. O processo migratório acompanha-se de clivagens e mudanças diversas: temporais (antes e depois da emigração) e espaciais (lá e cá, fora e dentro, o mesmo e o outro).

As mudanças são, com efeito, múltiplas e podemos reagrupá-las do seguinte modo:

- *mudanças físicas* (novo meio, nova habitação, novos hábitos de vida);
- *mudanças biológicas* (nova alimentação, novas doenças);
- *mudanças sociais* (novas relações interindividuais e intergrupais, novos padrões de atividade e de relações sociais);

- *mudanças culturais* (a educação, a religião e a língua são, muitas vezes, modificadas pelas da sociedade de acolhimento);
- *mudanças psicológicas* (ao nível das motivações, das aptidões, da identidade individual e cultural);
- *mudanças políticas* (perda de autonomia) (BERRY, 1989, NATHAN, 1986, *apud* RAMOS, 1993).

Algumas destas mudanças poderão ter conseqüências positivas, nomeadamente no que diz respeito à melhoria das condições socioeconômicas, à educação, à saúde; outras poderão manifestar-se de uma forma negativa, sob a forma de dificuldades de adaptação, problemas psicológicos e estresse de aculturação (RAMOS, 1993).

A migração implica, assim, a adaptação do indivíduo a uma cultura, língua, regras culturais e de funcionamento diferentes, a um novo meio, muitas vezes hostil, tendo o imigrante de desenvolver estratégias de adaptação que lhe permitam resolver as dificuldades relacionadas com a condição de imigrante e de aculturação, ou seja, com as relações culturais entre a sociedade de acolhimento e a sua cultura de origem.

Em relação ao conceito de aculturação, este foi definido pela primeira vez em 1936 por três antropólogos, Redfield, Linton e Herskovitz, como o conjunto de transformações culturais resultantes dos contactos contínuos e diretos entre dois ou mais grupos culturais independentes (REDFIELD *et al.*, 1936). Nos anos 60, Graves (1967) assinala que, indivíduos pertencentes a culturas em contacto, sofrem diversas mudanças psicológicas e propõe o termo “aculturação psicológica” para designar esse processo ao nível da dimensão individual e psicológica. As investigações mais recentes sobre o processo de aculturação têm evidenciado, também, o processo de mudanças mútuas, o qual envolve todos os grupos em contacto, ou seja, os grupos não dominantes e dominantes, conduzindo a mudanças e à necessidades de adaptação nos dois sentidos (BERRY, 1997; BOURHIS *et al.*, 1997).

Berry (1989, *apud* RAMOS, 1993), ao estudar as relações entre os imigrantes e as sociedades de acolhimento, propõe um modelo bidimensional em que distingue quatro tipos de estratégias de adaptação, de que resultam quatro modos de aculturação, segundo se dê, ou não, importância à manutenção, por um lado, da identidade e da cultura de origem e, por outro lado, às relações com os outros grupos e com a sociedade de acolhimento. Estas modalidades de aculturação são caracterizadas deste modo:

- 1 *Assimilação* — processo unilateral, pelo qual os membros de um grupo social, geralmente minoritário, se apropriam dos elementos culturais de um outro grupo, geralmente majoritário, em detrimento dos seus padrões culturais e de identidade, para se adaptarem às exigências de uma situação desigual de encontro entre grupos. O imigrante adota os traços culturais da sociedade de acolhimento com prejuízo do abandono da sua identidade de origem;
- 2 *Integração* — manutenção parcial da identidade cultural do grupo étnico-cultural de origem com uma participação, mais ou menos ativa, dos indivíduos, na nova sociedade, adotando igualmente comportamentos e valores dessa sociedade. Esta estratégia permite ao imigrante adotar aspectos da cultura majoritária, mantendo, igualmente, a sua cultura de origem;
- 3 *Separação* — quando o indivíduo tenta preservar a sua identidade cultural, fechando-se na sua cultura de origem, sem procurar estabelecer relações com os membros da comunidade receptora ou rejeitando a cultura dominante;
- 4 *Marginalização* — o grupo dominante impede o indivíduo de participar no funcionamento das instituições e na vida social do grupo majoritário, devido a práticas discriminatórias. Esta situação é acompanhada geralmente de estresse e desorganização mental, já que o indivíduo ou o grupo minoritário perdeu a sua identidade cultural devido, geralmente, a políticas assimilacionistas e, ao mesmo tempo, não tem o

direito de participar no funcionamento das instituições e na vida da sociedade de acolhimento, encontrando-se excluído de ambas as culturas.

As investigações de Schmitz (1992) e de Phinney *et al.* (2001) vão ao encontro dos trabalhos de Berry (1989, 1997), realçando que a integração é o modo mais adaptativo de aculturação, provendo nos grupos mais sentimentos de satisfação e bem-estar, contrariamente à marginalização, a qual constitui o modo de aculturação que mais conduz a situações de estresse. Por exemplo, Phinney *et al.* (2001), ao estudarem adolescentes imigrantes na Finlândia, em Israel, na Holanda e nos EUA, em relação ao modo de aculturação e à adaptação social, verificaram que os adolescentes, com “*identidade integrada*” ou bicultural, mantêm uma identidade étnica forte, identificando-se, simultaneamente, com a sociedade em que estão inseridos e com a sua cultura de origem, e apresentando um nível mais elevado de adaptação social. Por sua vez, os adolescentes com “*identidades marginalizadas*”, devido à recusa de identificação, tanto com o grupo étnico, como com o grupo receptor, têm valores mais baixos de adaptação social.

Marin (1996) evidencia as vantagens do biculturalismo, ao salientar que os indivíduos biculturais possuem uma maior competência e flexibilidade para expressarem diferentes aptidões em situações e contextos variados.

Com base no modelo bidimensional de Berry (1989, 1997), Bourhis *et al.* (1997) desenvolveram um modelo interativo de aculturação (IAM) que valoriza, ao mesmo tempo, os aspectos culturais e valores do grupo migrante e da sociedade de acolhimento, destacando, particularmente, os efeitos do impacto cultural entre os dois grupos e as diferentes possibilidades de interação intercultural entre o imigrante e a sociedade de acolhimento, já que cada uma das culturas poderá ter orientações de aculturação diferentes. Este modelo destaca o papel impor-

tante das políticas adotadas pelo Estado, enquanto facilitador, ou não, do processo interativo de aculturação, promotor ou não das políticas de integração social dos imigrantes, permitindo relacionar as atitudes dos indivíduos face às estratégias de relação cultural, com as políticas tradicionalmente adotadas pelos Estados relativamente às populações migrantes. Estas atitudes podem dar origem a cinco estratégias de relação cultural que Bourhis e colaboradores (1997) vão caracterizar deste modo:

- 1 *Integração* — implica uma estratégia que associa a manutenção dos aspectos identitários da minoria com a adoção dos valores fundamentais da sociedade de acolhimento;
- 2 *Assimilação* — corresponde à negação da diferenciação identitária da minoria e à assimilação dos valores da maioria;
- 3 *Segregação* — implica a não aceitação pela minoria da identificação com os valores da maioria e a tolerância face à identidade da minoria;
- 4 *Exclusão* — esta estratégia associa, simultaneamente, a rejeição da identidade da minoria e a possibilidade de adaptação e integração desta aos valores majoritários;
- 5 *Individualização* — considera-se que cada indivíduo é uma entidade única, não sendo definido em função das suas pertenças categoriais, minoritárias ou majoritárias.

No modelo de Bourhis *et al.* (1997) estas estratégias estão relacionadas com as políticas adotadas pelo Estado em relação aos imigrantes, nomeadamente:

Pluralismo Ideológico — Relacionado com a *Integração* e a *Individualização*, em que se defende que os imigrantes devem adotar e respeitar os valores públicos nucleares, estando o Estado disponível para apoiar os valores privados das minorias e as suas manifestações (por exemplo, língua, associações culturais e religiosas);

Ideologia Cívica — Relacionada com a *Integração*, a *Assimilação* e a *Individualização*, em que os imigrantes deverão

adotar os valores públicos nucleares, devendo o Estado respeitar os valores privados dos grupos minoritários;

Ideologia Assimilacionista — Relacionada com a *Assimilação* em que, para além dos imigrantes deverem adotar os valores públicos nucleares, o Estado intervém no sentido de anular a diferenciação das minorias;

Etnismo Ideológico — Relacionado com a *Segregação* e a *Exclusão*, em que se defende que os imigrantes são incapazes de adotar os valores públicos nucleares da sociedade de acolhimento e o Estado rejeita os valores privados das minorias.

Podemos, deste modo, afirmar que a adaptação do indivíduo migrante coloca em jogo várias estratégias, diferentes modalidades de aculturação, múltiplos fatores individuais e coletivos, os quais poderão facilitar ou dificultar a sua integração na nova sociedade e no novo espaço de vida. Como refere Perotti, citado por Clanet (1990, p.64): “*O conceito de integração opõe-se à noção de assimilação e significa a capacidade de confrontar e de mudar numa posição de igualdade e de participação – valores, normas, modelos de comportamento, tanto da parte do imigrante como da sociedade de acolhimento*”.

A complexidade do processo de aculturação exige, segundo Birman (1998), um modelo baseado numa perspectiva ecológico-sistêmica, que ultrapasse os paradigmas dicotômicos de modelos anteriores. Este autor propõe os princípios do modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979) para compreender a complexidade do processo dinâmico e interativo que se estabelece entre o imigrante e a sociedade de acolhimento, ou seja, as mudanças e as relações que se estabelecem entre os dois grupos.

O processo de aculturação provoca a perda, a aquisição, a transformação, a substituição e a reinterpretação de traços culturais dos grupos em presença. Para Berry (1989), as mudanças comportamentais (nomeadamente, na linguagem, nas atitudes,

na identidade) e o estresse de aculturação constituem dois tipos de respostas psicológicas à aculturação.

Importa salientar que nas relações culturais entre os grupos, a acentuação das diferenças culturais, a atribuição ao outro de uma essência diferente e a inferiorização dessa diferença, tem implicações nas novas expressões de discriminação e de racismo, mas também para a compreensão da forma como a maioria compreende as estratégias da relação cultural com as minorias e as políticas institucionais de integração.

Estudos na União Européia e em Portugal, salientam que a par das atitudes e crenças positivas face à diversidade cultural, nomeadamente aos migrantes, existem também muitas atitudes negativas, medos e preconceitos que podem influenciar e originar comportamentos discriminatórios e afetar a integração destes grupos. A título de exemplo, dados do *European Social Survey* (ESS), de 2002, indicam que 68% dos cidadãos da UE consideram que os imigrantes devem ter os mesmos direitos que os cidadãos dos países de acolhimento. Contudo, dados deste estudo indicam, igualmente, que aproximadamente 70% dos cidadãos da UE e de Portugal consideram que a população imigrante contribui para o aumento da insegurança e da criminalidade.

Partindo dos dados do ESS, Vala *et al* (2004) realizaram um estudo em 15 países da União Européia, incluindo Portugal (antes do alargamento da UE), sobre a percepção de ameaça e oposição à imigração na União Européia. Constata-se no senso comum, um significativo sentimento de ameaça econômica e à segurança associado à imigração, com menor expressividade ao nível da ameaça no domínio da identidade cultural, os imigrantes sendo, assim, mais associados a ameaças ditas “realistas” do que “simbólicas”. Quanto à oposição à imigração, os resultados mostram que esta está ancorada na percepção de ameaça, não só no campo econômico e da segurança, mas também no domínio da identidade. Neste estudo, os resultados evidenciam, ainda, que a per-

cepção de ameaça decorre em grande parte de crenças racistas e discriminatórias e, não apenas de situações de precariedade econômica, e que o desenvolvimento e a valorização de valores igualitários constituem um obstáculo à construção do sentimento de ameaça. Este sentimento apresenta-se mais evidente em Portugal, comparativamente aos outros países europeus.

Estresse, Doença e Aculturação

Os acontecimentos significativos de vida, nomeadamente a migração, podem constituir fatores de estresse, na medida em que obrigam, em geral, a uma modificação de hábitos, de relações sociais, de padrões de atividade e de estilo de vida. A migração poderá, assim, representar uma experiência, traumática e dolorosa, capaz de originar traumatismos silenciosos e múltiplos e situações de elevado estresse.

A aculturação implica a aprendizagem de uma nova cultura, assim como escolhas por vezes difíceis entre o que o imigrante gostaria de manter e o que tem de abandonar dos hábitos e da cultura de origem. Dúvidas e ansiedade podem surgir, encontrando-se o indivíduo dividido entre o desejo de integrar os elementos da cultura do país de acolhimento e o desejo de manter tradições e hábitos de origem profundamente enraizados desde há muito tempo (RAMOS, 1993).

Este conflito devido à coexistência de dois códigos culturais, por vezes, contraditórios e incompreensíveis, e à impossibilidade de estabelecer mediações entre dois universos diferentes, assim como, à incapacidade em lidar com as exigências do ambiente, poderão ter efeitos desorganizadores no comportamento e estarem na origem de distúrbios psicopatológicos, dificuldades de adaptação e estresse de aculturação.

Para Berry (1974, 1987, 1989, *apud* RAMOS, 1993), o estresse social e psicológico devido à aculturação manifesta-

se, nomeadamente, por problemas psíquicos (depressão, angústia, ansiedade, confusão), por problemas identitários, de marginalização, sentimentos de insegurança e perda de auto-estima. Para este autor, o estresse de aculturação poderá ser mais ou menos importante, mas não é inevitável, sendo as relações entre aculturação e estresse influenciadas por todo um conjunto de fatores, tais como as características sócio-demográficas e psicológicas do indivíduo, as particularidades da sociedade dominante, os tipos de aculturação e os modos de aculturação.

As características sócio-demográficas do indivíduo, tais como a idade, o sexo, o nível socioeconômico, o estatuto social, assim como certas experiências, nomeadamente a miséria, a tortura, a exclusão, a xenofobia, podem influenciar o nível de estresse. Também as características psicológicas do indivíduo, nomeadamente as estratégias de adaptação (*coping*), o controle, as motivações, as competências, a atitude face ao processo de aculturação, o sentido de identidade cultural, podem igualmente ter influências no nível de estresse.

Entre as comunidades de imigrantes e de minorias étnicas, certos traços culturais, tais como o grau de coesão familiar e do grupo, o apoio/suporte social, as redes de solidariedade grupal, o sentimento de pertença identitária e os valores religiosos e espirituais, são elementos protetores contra a doença mental e o estresse. Outros fatores, tais como, o isolamento social, tabus e prescrições religiosas, desigualdades de gênero, conflitos intergeracionais, pressões familiares sobre os jovens para a obtenção de sucesso financeiro ou acadêmico e condições habitacionais precárias e sobrelotadas, podem aumentar a tendência para a doença mental e a psicopatologia nestes grupos e para a redução da qualidade de vida (KIRITZ E MOOS, 1974).

Em relação às características das sociedades, Murphy (1965), citado por Berry (1989), refere que a probabilidade de um nível

de estresse elevado é maior nas sociedades monoculturais e assimilacionistas do que nas sociedades tolerantes e pluralistas. São os indivíduos que procuram a integração os que têm a taxa de estresse mais baixa. Por outro lado, é nos grupos marginalizados ou nos indivíduos que vivem situações de conflito nas suas tentativas de separação, que o nível de estresse é o mais elevado.

Para Lazarus e Folkman (1984), o nível de estresse relativamente a uma determinada situação, assim como a capacidade em lidar com essa situação geradora de estresse, dependem das estratégias de *coping* e dos recursos, nomeadamente recursos pessoais e recursos do ambiente. Os recursos pessoais envolvem os recursos psicológicos, tais como as crenças positivas (autoconceito positivo, crença no controle) e as competências (a capacidade de resolução de problemas e as competências sociais) e, ainda, os recursos físicos, por exemplo, a energia e a saúde. Os recursos ambientais incluem os recursos materiais, econômicos e o suporte social.

Eckenrode e Gore (1981) analisam o estresse em termos de acontecimentos de vida e redes de apoio existentes, destacando um conjunto de variáveis, tais como a saúde, a educação e o estatuto socioeconômico que determinam o impacto de um dado agente de estresse. Para estes, as redes sociais são uma forma privilegiada de compreender as origens da perturbação e o papel do apoio social, agindo este apoio como uma variável atenuante e preventiva do estresse e da doença.

Com efeito, a saúde mental e a física podem ser afetadas por fatores socioculturais e pela influência das redes sociais, constituindo o apoio e as relações sociais um importante protetor de saúde, como salientam alguns estudos. Por exemplo, o isolamento social e a falta de redes sociais, estão relacionados com um maior índice de doença e mortalidade, como é evidenciado no estudo de grande dimensão realizado por Berkman e Syme (1979). Este estudo conhecido por “*Alameda County*” e que

acompanhou os participantes durante nove anos, concluiu que os indivíduos com menos redes sociais e mais isolados, tanto homens como mulheres, sofrem um índice mais elevado de mortalidade, comparativamente aos indivíduos com mais laços sociais e menos isolados.

Outras investigações mostram que os acontecimentos de vida geradores de estresse estão excessivamente representados nas minorias e classes socioeconômicas mais baixas (DOHRENWEND, 1973; MYERS *et al.*, 1974) e a maior vulnerabilidade destas é também determinada pelo menor apoio social (BROWN, *et al.*, 1978; ADLER *et al.*, 1994).

A origem étnico/cultural está freqüentemente associada com a classe social, pertencendo uma proporção importante de migrantes e minorias étnicas ao estrato socioeconômico baixo, estando este relacionado com uma maior freqüência de mortalidade, de morbidade, de doenças graves, com mais comportamentos de risco para a saúde (álcool, tabaco, sedentarismo), com um nível mais elevado de estresse, com uma mais fraca integração social, com uma menor rede de suporte social e com uma mais baixa esperança de vida (PARKES, 1971; DOHRENWEND, 1973; BROWN e HARRIS, 1978; BERKMAN *et al.*, 1979; MARROT *et al.*, 1984; COHEN *et al.*, 1985; WILKINSEN, 1992; RAMOS, 1993, 1997, 2001, 2004; WELLS *et al.*, 2001).

Esta relação entre estrato socioeconômico e saúde/doença deve-se, não só às desigualdades de oportunidades mas, também, às diferenças que existem relativamente à exposição a agressões ambientais, aos estilos de vida, às condições habitacionais e laborais, às estratégias de adaptação social e controle pessoal, ao suporte social, ao nível de estresse, ao acesso aos serviços de saúde e à distribuição da riqueza (RAMOS, 1993, 2001, 2004; CARROL *et al.*, 1993; DIEPERINK e WIERDAMA, 2000; HUISKAMP *et al.*, 2000).

Constata-se que a saúde, mortalidade e doença grave variam de forma acentuada com as condições socioeconômicas nos di-

ferentes países, tanto em homens como em mulheres (ARBER, 1989; MARMOT *et al.*, 1991; WILKINSEN, 1992), e muitos dos fatores que aumentam a vulnerabilidade à doença nos grupos sociais mais desfavorecidos afetam, igualmente, muitos dos indivíduos migrantes e de minorias étnicas (KIRITZ e MOOS, 1974; GOLDBERG *et al.*, 1980; ROBINSON *et al.*, 1984). A pobreza, o desemprego, a privação e a exclusão, são importantes fatores de estresse e doença em todas as comunidades (PARKES, 1971, KIRITZ e MOOS, 1974).

Os estereótipos negativos, as relações desiguais entre grupos minoritários e majoritários, os discursos desvalorizantes e as atitudes discriminatórias em relação às minorias, por exemplo, em relação à cor da pele, constituem igualmente um fator de tensão, de estresse e de sofrimento acrescido (SHÉRIF, 1967; GREENFIELD *et al.*, 1994; MEYER *et al.*, 1995).

Muitos imigrantes têm, muitas vezes, menos oportunidades de se familiarizarem com a língua e a cultura da sociedade de acolhimento, têm empregos instáveis e mal remunerados, enfrentam conflitos entre os valores familiares e os valores da escola e do local de trabalho e dificuldades econômicas, de habitação e isolamento familiar, sobretudo em meio urbano, o que vem acentuar as dificuldades psicológicas e o estresse.

Para Kessler *et al.* (1986); Littlewood e Lipsedge (1989); Doyle (1991); Ramos (1993, 2004); Narang (1994); Anderson (1995); Reijneveld (1998), os migrantes e as minorias étnicas têm mais fontes de estresse e possibilidade de sofrer os efeitos dos fatores ambientais de estresse devido à interação complexa de variados fatores: precariedade das condições de habitação e de trabalho; baixo rendimento familiar; discriminação e racismo; conflitos culturais e intergeracionais, sobretudo entre os imigrantes e os filhos nascidos no país de acolhimento; isolamento social; dificuldades comunicacionais e linguísticas, sobretudo no caso das mulheres, muitas vezes confinadas ao espaço familiar e doméstico; e, ainda,

ao fato de possuírem menos recursos para enfrentar o estresse, à perda das referências básicas e às mudanças no espaço vital, nomeadamente a adaptação ao meio urbano e ao novo estilo de vida.

Os migrantes enfrentam, igualmente, mais limitações a serviços e bens que promovem a saúde e previnem a doença, apresentando mais dificuldades de acesso aos serviços, nomeadamente de saúde, recorrendo, por exemplo, menos aos cuidados pré-natais e aos rastreios de cancro do que os nacionais. Para Lazarus *et al.* (1995), os migrantes reúnem um número mais grave de patologias devido ao diagnóstico e ao tratamento tardios e à carência psicossocial, vindo as situações de isolamento, de clandestinidade e de discriminação agravar o problema.

Maisondieu (1997) fala de *síndrome de exclusão* para descrever o sofrimento psicológico e o desespero característico de muitos imigrantes e refugiados, sobretudo no período inicial, confrontados com a precariedade das condições de vida e com as mudanças de referências culturais. Trata-se de um sentimento de vergonha, desespero e impotência, face a uma situação dolorosa e estressante que o indivíduo não consegue controlar, que o afeta nas suas vivências e expectativas quanto ao futuro, nas suas relações, nas suas capacidades em exigir e defender os seus direitos, podendo associar-se a outros sintomas depressivos e pós-traumáticos.

A OMS (1983), num estudo realizado na Holanda sobre a população migrante, evidencia que a pobreza das condições de vida, as condições de trabalho e habitação geralmente precárias, os hábitos alimentares, os problemas culturais e comunicacionais, o acesso inadequado aos cuidados de saúde, a ansiedade, a depressão e as dificuldades de integração, constituem para os migrantes fatores que influenciam a saúde física e psíquica.

Por seu lado, um inquérito realizado pelo CREDES, em 1998, na França, junto a pessoas que recorriam aos centros de cuidados gratuitos da região parisiense, constatou uma predominância de

utentes de nacionalidade estrangeira (68 a 84%, segundo os centros). Comparativamente à população geral atendida, esta população apresentava as seguintes características: um pior estado de saúde geral; uma frequência mais elevada de certas patologias, nomeadamente dores, síndromes depressivas e intoxicações; um recurso elevado ao hospital público, contrariamente ao recurso ao privado, o qual era raro. Também as situações de renúncia aos cuidados são duas vezes mais frequentes nos migrantes do que na população em geral: 65% dos utentes/doentes estrangeiros declararam ter abandonado os cuidados curativos ou os medicamentos (CREDES, 2003).

Família, Migração e Saúde

A migração de uma cultura para outra, ou de uma região do país para outra, envolve rupturas importantes no espaço e nas vivências do indivíduo. Viver, nascer, crescer em situação de migração e de exílio representa um risco e poderá constituir um trauma e uma fonte de estresse para a criança e para a sua família. São particularmente as mães e as crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida, as mais vulneráveis ao estresse, às rupturas, às transformações e às dificuldades resultantes do processo migratório (KESSLER, 1979; ANTHONY, 1982, 1985; RAMOS, 1993, 1997, 2000, 2001, 2004).

As crianças transportando consigo as vivências e a experiência migratória das suas famílias, não podem afastar-se completamente dos riscos e das situações de estresse que comporta esta experiência de mudança e adaptação. Se a família se adapta bem à sociedade de acolhimento, as interações poderão ser frutuosas, dinamizadoras, e o processo de aculturação será enriquecedor para todos os membros. Contrariamente, se esta situação é vivenciada problemáticamente, ela será traumatizante para todos, em particular para a criança migrante que poderá

apresentar uma vulnerabilidade psicológica específica e riscos de disfuncionamento psicológico que podem afetar o processo de desenvolvimento (RAMOS, 1993).

Também Anthony (1985, p. 377) acentua nestes termos as conseqüências para a criança, resultantes de mudanças bruscas de meio sociocultural e/ou econômico da família: *“Quando as famílias passam de um contexto rural simples para um contexto urbanizado ou sobem rapidamente de um estrato social baixo para um outro mais elevado e exigente, as crianças adoptam rapidamente não somente formas de viver novas, mais subtis e sofisticadas, mas principalmente uma psicopatologia nova, mais subtil e sofisticada”*.

Dressler (1985) estudou as reações ao estresse, como o aumento da pressão sanguínea ou de sintomas psicossomáticos, associados à urbanização, ao desenvolvimento econômico, à mudança social e à mobilidade ascendente, em comunidades nos EUA e nas Caraíbas. Este autor verificou que, em muitos casos, o desenvolvimento econômico aumentou as expectativas e a competitividade, a insatisfação e as desigualdades, podendo, igualmente, as famílias e os indivíduos que ascendem ou descem socialmente sofrer de estresse elevado.

A migração origina modificações na estrutura social e familiar, com conseqüências na adaptação psicológica e social do indivíduo e do grupo.

A família separa-se da vida comunitária tradicional, reduz-se a uma família nuclear, a qual deverá assegurar, sozinha, as responsabilidades partilhadas até aqui pela família alargada ou mesmo pela comunidade. A perda dos laços comunitários e familiares significa a perda da proteção física e psicológica. O indivíduo, tal como o grupo familiar, tem de fazer face sozinho ao choque cultural e ambiental, aos esforços de adaptação ao país de acolhimento, ao novo meio, ao trabalho de luto relativo ao país de origem. Entre duas tradições sociais e culturais, as

do país de origem e a do país de acolhimento, os seus valores culturais e hábitos são freqüentemente postos em causa no país de chegada, o que está na origem de muitos conflitos. Na nova sociedade, exigências culturais contraditórias podem conduzir a família, nomeadamente a mãe, a ter dificuldades em decidir sobre os comportamentos a adotar em relação ao modo de lidar com os seus filhos, à incapacidade de agir em caso de mal-estar ou de doença. A mãe migrante, transplantada de uma cultura para outra, isolada, desenraizada, corre o risco de não saber com a mesma segurança quais os gestos e os comportamentos a adotar, pois as referências não são as mesmas e o sistema referencial vacila (RAMOS, 1993).

As práticas de saúde e educativas das sociedades industrializadas, muito dependentes dos especialistas, podem colocar em causa os comportamentos tradicionais das famílias migrantes, os pais e as mães pensando que os seus saberes são maus ou ultrapassados. A situação de conflito cultural e a insegurança e a ansiedade daí resultantes estão na origem de “*conflitos maternos*” muito prejudiciais para a relação mãe/criança e para as interações familiares (STORK, 1986; RAMOS, 1990, 1993, 2004).

As dificuldades psicossociais, emocionais, adaptativas, culturais, sobretudo nos primeiros anos de migração, o isolamento e a pobreza das relações sociais e familiares poderão, também, ter repercussões nas relações da mãe e da criança e nas respostas às suas necessidades, provocando, em certos casos, um empobrecimento nos cuidados e nas estimulações, um desequilíbrio no sistema de interação mãe criança e uma inadequação das respostas familiares, em particular maternas, às necessidades da criança. O fato da maior parte dos migrantes serem originários de meios rurais pobres ou de sociedades não industrializadas e de terem um baixo nível de escolaridade, particularmente as mulheres, muitas das quais não freqüentaram a escola, torna mais difícil a sua integração em meio urbano industrializado e

os cuidados e educação da criança. Para além disso, o trabalho assalariado das mães no país de acolhimento, não exercido frequentemente no país de origem, vem trazer muitas mudanças nas relações familiares e sócio-educativas.

O analfabetismo e/ou o desconhecimento da língua do país de acolhimento de muitas famílias originam problemas comunicacionais e relacionais com as diferentes estruturas de apoio e com os profissionais, tornando, por vezes, as formalidades administrativas quase impossíveis e criando grandes dificuldades não só aos migrantes, como aos próprios profissionais. Também fatores culturais, como a falta de hábito em utilizar os serviços sociais e de saúde ocidentais, o desconhecimento da legislação social e das regras administrativas da sociedade de acolhimento, fazem com que muitas famílias não façam uso de certos benefícios a que têm direito e não recorram aos serviços sociais e aos cuidados de saúde, agravando-se esta situação em caso de migração irregular/clandestinidade.

Estudos sobre a saúde das mulheres migrantes, nomeadamente, na União Européia, na América Latina e na Ásia, registram, sobretudo, problemas de saúde reprodutiva, por exemplo, estas mulheres utilizam, em geral, menos frequentemente os serviços de saúde reprodutiva do que as mulheres não migrantes, com frequência não recebem cuidados pré-natais ou recebem este tipo de cuidados de modo inadequado ou tardio, utilizam menos contraceptivos, registram mais gravidezes indesejadas e taxas mais elevadas de nado-mortos ou de mortalidade infantil. Com efeito, as mulheres em contexto migratório, embora tenham, em geral, mais acesso ao planeamento familiar e melhor vigilância pré-natal e cuidados obstétricos, estão particularmente expostas ao estresse e à vulnerabilidade, não só por que têm de lidar com a ansiedade e a inquietude relacionadas com a gravidez e a maternidade, as quais são reforçadas em situação de isolamento, mas, também, com o conjunto de

transformações implicadas neste processo, com as mudanças e os problemas de adaptação a uma nova cultura, língua e estilo de vida e, ainda, com o confronto com outras práticas de cuidados (RAMOS, 1993, 2004).

As más condições sociais e de alojamento de uma grande parte das famílias migrantes, vivendo em condições de isolamento, falta de conforto e higiene, associadas a problemas sociais, linguísticos e culturais, que dificultam a integração social e a comunicação com os profissionais de saúde, têm influência na saúde da família, muito em particular, da criança, estando na origem de patologias várias e aumentando as situações de risco e vulnerabilidade. Para a criança migrante, os riscos são mais importantes quando a migração se processa em certos períodos de desenvolvimento, particularmente vulneráveis ao estresse, correspondendo às etapas de aquisições estruturais como, por exemplo: no nascimento e nos primeiros meses de vida; no período das grandes aprendizagens escolares (leitura, escrita, cálculo); na adolescência, período de grandes transformações psicofisiológicas e de rupturas diversas (RAMOS, 1993, 2004).

Investigações em Paris, junto a famílias migrantes originárias do Mali e do Senegal, testemunham a precariedade das suas condições de vida e de habitação, a insalubridade dos alojamentos e identificam vários problemas de saúde graves nas crianças. Assim, foram diagnosticados vários milhares de crianças que sofriam de saturnismo, ou seja, intoxicação pela ingestão de sais de chumbo, contidos nos revestimentos dos alojamentos onde vivem (EPELBOIN E RAZKALLAH, 1997).

No que diz respeito à saúde e ao bem-estar psicológico e social dos migrantes e das suas famílias, podemos acentuar que eles estão associados a um conjunto indissociável de fatores individuais, coletivos, ambientais, nomeadamente fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, laborais, culturais e políticos,

que reenviam, não só ao próprio estatuto social, econômico e jurídico do indivíduo migrante na sociedade de acolhimento, a fatores de aculturação e a estratégias e políticas de integração ou de discriminação, mas também a estilos de vida e ao acesso aos serviços de saúde. Comparativamente aos autóctones, o acesso aos serviços de saúde, dos imigrantes e das minorias étnicas, é sobretudo condicionado por fatores culturais, comunicacionais e políticos (FERNANDO, 1993; BOLLINIE e SIEM, 1995; VAN DIJK, 1998, 2000; SOZOMENON *et al.*, 2000).

Considerações Finais

As problemáticas da diversidade cultural, das migrações e das cidades, colocam grandes desafios ao nível mundial, à Construção Européia e às estratégias e políticas do século XXI, nomeadamente no que diz respeito ao planeamento regional, nacional e urbano, à gestão do espaço, das identidades e dos conflitos, bem como à gestão entre o eu e o outro, entre o universal e o singular.

É urgente trabalhar para que o espaço urbano constitua um espaço inclusivo e promotor de identidades, de integração e de bem-estar dos indivíduos e dos grupos, nomeadamente das minorias. Neste sentido há necessidade de proporcionar as necessidades de contactos sociais e de qualidade de vida, combatendo a pobreza e as desigualdades sociais, melhorando as características físicas dos contextos, as redes de suporte social, de informação e de acesso aos diferentes serviços, lutando contra a estigmatização e as atitudes de discriminação dos grupos minoritários junto das maiorias e dos media e, ainda, proporcionar a identificação simbólico-cultural, possibilitando a cada um, qualquer que seja o seu grupo de pertença, a expressão dos seus valores e cultura e dos seus direitos de cidadania.

É importante uma abordagem integrada da cidade que relacione as necessidades de cada segmento populacional e dos

diferentes grupos étnico-culturais com as condições de vida gerais da cidade, de forma a promover, não só o reconhecimento da igualdade política, a cidadania, os direitos humanos e culturais, como ainda, a promoção da integração social, cultural, econômica e religiosa dos migrantes e minorias étnicas e a criação de condições para que estes grupos se qualifiquem ao nível educacional e profissional, reforcem a sua auto-estima, capacitação e autonomia e se tornem parte integrante da cidade.

A relação evidente entre a exclusão e a segregação sócio-espacial sublinha a necessidade de promover políticas de combate a esta situação, as quais devem ser territorializadas e localizadas o mais adequado possível e exigem um planejamento urbano cuidadoso, uma melhoria da qualidade de vida urbana, um investimento em infra-estruturas básicas e em reequipamento urbano, sobretudo nos domínios da saúde, educação, cultura e desporto, renovação e reordenamento das áreas degradadas e a promoção de meios de acessibilidade, comunicação e circulação, conjunto de elementos essenciais para combater o processo de exclusão das populações, em particular dos migrantes e minorias étnico-culturais.

É necessário melhorar a integração dos migrantes na sociedade de acolhimento, as suas redes sociais e de suporte e as políticas de acolhimento, proporcionar, ao indivíduo migrante, um enquadramento social, familiar, psicológico, educativo e jurídico, capaz de transformar, o risco, o trauma, a ruptura que a situação migratória, comporta, num processo estruturante, capaz de transformar a vulnerabilidade, a exclusão, a patologia, freqüentemente associadas à migração, num processo dinamizador, criativo e inclusivo.

É indispensável implementar estratégias e políticas, preventivas e interventivas, baseadas numa perspectiva multidisciplinar, global, de equidade e solidariedade, e em políticas sociais, sanitárias e educativas coordenadas e adaptadas às caracterís-

ticas e necessidades dos diversos grupos étnico-culturais, nomeadamente, às características culturais, sociais e às condições de exclusão em que vive uma parte da população migrante, de modo a promover a sua integração na sociedade de acolhimento e o seu bem-estar e qualidade de vida. Deste modo, as estratégias e políticas, tanto ao nível local e nacional, como internacional, têm de ser humanizadas e sensíveis às necessidades, especificidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades, e culturalmente apropriadas.

É indispensável integrar a problemática intercultural, em suas vertentes sociocultural, psicoeducativa, comunicacional, clínica e político-jurídica, na formação dos diferentes agentes sociais e políticos, seja dos que trabalham nas sociedades industrializadas, confrontadas com um crescente aumento de indivíduos e famílias provenientes de outras culturas e de minorias, seja dos que trabalham em países em vias de desenvolvimento ou, ainda, os que trabalham ao nível da cooperação internacional, em acções humanitárias ou outras.

É necessário conceber o fenómeno das migrações como uma oportunidade e não como uma ameaça, reconhecer que a migração é um fenómeno global, motor de criatividade e de desenvolvimento pessoal, económico e social para os indivíduos e grupos e para os países de origem e de destino, com características multidisciplinares e de efeitos transversais e que exige respostas coordenadas no quadro dos espaços regionais, nacionais e multilaterais. Isto, no sentido de diminuir conflitos e tensões, respeitar a universalidade e a singularidade das culturas em contacto, estabelecer mecanismos e sistemas de gestão e controle e reduzir as relações de desequilíbrio em matéria de desenvolvimento e demografia.

Uma sociedade multi/intercultural e um mundo globalmente interdependente necessitam de uma nova abordagem da cidadania para as populações autóctones, migrantes e de minorias

étnicas. Uma abordagem que incorpore, tanto a dinâmica da mudança, da diversidade cultural e os princípios fundamentais dos direitos humanos e culturais, quanto as estratégias e políticas que promovam o desenvolvimento humano, a inclusão, a saúde, a igualdade de oportunidades e o pleno acesso à cidadania de todos os indivíduos, pertencentes a grupos minoritários ou majoritários.

Estes objetivos estão no centro das preocupações da Comissão Europeia, a qual designou 2007, como o “*Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos*”, e 2008, como o “*Ano Europeu do Diálogo Intercultural*”, e fazem parte de um esforço concertado que visa promover a não-discriminação na União Europeia, favorecer o debate sobre as formas de aumentar a participação de grupos sub-representados ou em exclusão na sociedade, acolher e promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural e construir uma sociedade mais justa, coesa e democrática, e uma cidade mais inclusiva, plural e solidária, em suma, a “*Cidade Intercultural*”.

Estes objetivos são, também, preocupação da UNESCO (2001), quando afirma na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, art. 2: “*Em sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, assim como, a sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos, garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz*”.

Bibliografia

- ADLER, N. et al. (1994). Socioeconomic status and health: the challenge of the gradient. *American Psychologist*, 49, 15–24.
- ANDERSON, N. (1995). Summary of task group recommendations. *Health Psychology*, (14, 7), 649-653.
- ANTHONY, E., CHILAND, C. & KOUVERNICK, C. (1982). *L'enfant vulnérable. L'enfant dans sa famille*. Paris: PUF.
- ANTHONY, E. & CHILAND, C. (1983). *Parents et enfants dans un monde en changement. L'enfant dans sa famille*. Paris: PUF.
- ANTHONY, E. & CHILAND, C. (1985). *Enfants dans la tourmente: Parents de demain. L'enfant dans sa famille*. Paris: PUF.
- ARBER, S. (1989). Gender and class inequalities in health: understanding the differentials. In J. FOX (ed.) *Health inequalities in european countries*. Aldershot: Gower Publishing Company.
- BERKMAN, L., SYME, S. (1979). Social networks, host resistance and mortality: a nine — year follow-up study of Alameda County residents. *American Journal of Epidemiology*. 109, 186-204.
- BERRY, J. (1997). Immigration, acculturation and adaptation. *Applied Psychology*. (46,1), 5-68.
- BERRY, J., KIM, U., MINDE, T. & MOK, D. (1987). Comparative studies of acculturative stress. *International Migration Review*, 21, 490-511.
- BERRY, J., KIM, U. (1987). Acculturation and mental health. In P. DASEN, J. BERRY, N. SARTORIUS (Eds). *Health and cross-cultural psychology: towards applications*. London: Sage.
- BIFULCO, A. & MORAN, P. (1998). *Wednesday child. Research into women's experience of neglect and abuse in childhood and adult depression*. London: Routledge.
- BIRMAN, D. (1998). Biculturalism and perceived competence of latino immigrant adolescents. *American Journal of Community Psychology*, (26,3), 335-354.
- BIROU, A. (1982). *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: D. Quixote.

BOLLINI, P., SIEM, H. (1995). No real progress towards equity: health of migrants and ethnic minorities on the eve of the year 2000. *Social Science & Medicine*. (41, 6), 819-828.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. (1970). *La reproduction. Elements pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minit.

BOURDIEU, P. & CHAMPAGNE, P. (1993). Les exclus de l'intérieur. In P. BOURDIEU (ed.) *La misère du monde*. Paris: Seuil.

BOURHIS, R., MOISE, C., PERREAULT, S. & SENEAL, S. (1997). Towards an interactive acculturation model: a social psychological approach. *International Journal of Psychology*. 32, 369-386.

BRONFENBRENNER, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge: Harvard University Press.

BROWN, G. & HARRIS, T. (1978). *Social origins of depression: a study of psychiatric disorder in women*. New York: Free Press.

BURKE, A. (1984). Racism and psychological disturbance among west Indians in Britain. *Inst. J. Soc. Psychiatry*. 30, 50-68.

CARROL, D. et al. (1993). Health and social material circumstances: their origins and implications. *Psychology and health*, 8, 295-316.

CHESS, S. & THOMAS, A. (1984). *Origins and evolution of behavior disorders from infancy to early adult life*. New York: Brunner/Mezel.

CLANET, C. (1990). *L'interculturel. Introduction aux approches interculturelles en éducation et en sciences humaines*. Toulouse: Presses Universitaire du Mirail.

COHEN, S. & WILLS, T. (1985). Stress, social support and the buffering hypothesis. *Psychological Bulletin*, 109, 5-24.

CREDES (2003). Logique de recours aux soins des personnes en situation de précarité. *Questions d'économie de la santé*. Paris, 63.

CUMMINS, S. et al. (2005). Measuring neighbourhood social and material context: generation and interpretation of ecological data from routine and non-routine sources. *Health & Place*. (11,3), 249-260.

- DOHRENWEND, B. (1973). Social status and stressful life events. *Journal of personality and social psychology*, 28, 225-235.
- DOYLE, Y. (1991). Survey of the cervical screening service in a London district, including reasons for non attendance ethnic responses and views on the quality of the service. *Social Science and Medicine*, 32, 953- 957.
- DORR, S. & FAIST, T. (1997). Institucional conditions for the integration of immigrants in welfare states: a comparison of the literature on germany, France, Great Britain and Netherlands. *European Journal of Political Research*, (31-4), 401-426.
- DRESSLER, W. (1985). Psychosomatic symptoms, stress and modernization: a model. *Cultural Med. Psychiatry*. 9, 257-286.
- ECKENRODE, J. & GORE, S. (1981). Stressful event and social supports. The signifiacnce of context. In B. GOTTHIEB (ed.) *Social networks and social support*. Beverly Hills: Sage.
- EISENBRUCH, M. (1988). The mental health of refugee children and their cultural development. *International Migration Review*. 22, 282-300.
- EITINGER, L. (1960). The symptomatology of mental illness among refugees in Noway. *Journal Mental Science*. 106, 947-966.
- EUROPEAN OBSERVATORY ON THE SOCIAL SITUATION DEMOGRAPHY AND FAMILY (2002). *Introduction. Annual Seminar*. Austrian Institute for Family Studies. Helsinki: Finland.
- EVANS, G. & COHEN, S. (1987). Environmental stress. In D. STOKOLS & I. ALTMAN (eds). *Handbook of environmental psychology*. New York: John Wiley & Sons.
- FERNANDO, S. (1993). Racism and xenophobia. *The European Journal for Social Science Research*. (6, 1), 24-25.
- FOLKMAN, S. et al. (1986) The dynamics of a stressful encounter. *Journal of personality and social psychology*, 50, 992-1003.
- FONSECA, M.L. (2005). *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. 15. Lisboa: ACIME.

- FREEDY, J. et al. (1994). Life events, well-being and adjustment : lessons for the middle east. *Anxiety, stress and coping*, 9, 191- 203.
- GOLDBERG, E. & COMSTOCK, G. (1980). Epidemiology of life events: frequency in general populations. *American Journal of epidemiology*, 111, 736- 752.
- GOLDSTEIN, G. (1992). Foreword. In J. ASHTON (Ed.). *Healthy Cities*. Milton Keynes, Open University Press, Filadélfia.
- GRAVES, S. (1980). Psychological effects of black portrayals on television. In S. WITHEY, R. ABELES (eds) *Television and social behaviour: beyond violence and television*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- GRAVES, T. (1967). Psychological acculturation in a tri ethnic community. *South-Western Journal of Anthropology*, 23, 337-350.
- HINKLE, L. (1977). The concept of stress in the biological and social sciences. In Z. LIPOWSKI, D. LIPSITT, P. WHYBROW (Eds). *Psychosomatic medicine: current trends and clinical applications*. New York: Oxford University Press.
- HOLMES, T. & MASUDA, M. (1974). Life change and illness susceptibility. In W. DOHRENWEND e B. DOHRENWEND (eds). *Stress for life events*. New York: John Wiley, 45-72.
- KASL, S., & BERKMAN, L. (1983). Health consequences of migration. *Annual Review of Public Health*, 4, 69-90.
- KAPLAN, G. (1996). People and places: Contrasting perspectives on the association between social class and health. *Internacional Journal of Health Services*. 26, 507-519.
- KAWACHI, I. et al. (1997). Social capital, income inequality and mortality. *American Journal of Public Health*. 87, 1491-1498.
- KIRITZ, S., MOOS, R. (1974). Physiological effects on social environments. *Psychosomatic Medicine*. 36, 96-113.
- KLEIT, R. (2001). The role neighborhood social networks in scattered-site public housing residents' search for jobs. *Housing Policy Debate*. (12,3), 541-573.
- KRUPINSKI, J. (1967). Sociological aspects of mental health in migrants. *Soc. Sci. Med.* 1, 267-281.

- LAFOND, J. et al. (2003). *WHO — Europe national healthy cities networks. A powerful force for health and sustainable development in Europe*. WHO: Copenhagen
- LAZARUS, R. & FOLKMAN, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.
- LAZARUS, A. et al. (1995). *Une souffrance qu'on ne peut plus cacher*. Ministère des Affaires Sociales, de la Santé et de la Ville. Rapport IGAS (1995161).
- LÉVI-STRAUSS, C. (1973). *Tristes tropiques*. Paris: Plon.
- LYTTLETON, C. (1994). Knowledge and meaning: the AIDS education campaign in rural northeast Thailand. *Social Science Medicine*. 38, 135-146.
- LITTLEWOOD, R., LIPSEGE, M. (1989). *Aliens and alienist*. 2nd edn, Unwin Wyman, 83-103.
- MAISONDIEU, J. (1997). *La fabrique des exclus*. Paris: Bayard.
- MARMOT, M. et al. (1991). Health inequalities among British civil servants: the Whitehall II study. *Lancet*. 337, 1387-1392.
- MARIN, G. & GAMBA, R. (1996). A new measurement of acculturation for Hispanics: the bidimensional acculturation scale for Hispanics (BAS). *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, (18,3), 297-316.
- MEYERS, R. (1995). Relating health and nutrition to social and psychological development. In *The twelve who survive: Strengthening programmes of early childhood development in the third world*. Ypsilanti, Michigan: High/Scope Press.
- MONROE, S. (1983). Major and minor life events as predictors of psychological distress: further issues and findings. *Journal of Behavioral Medicine*. 6, 189-205.
- MYERS, J. et al. (1974). Social class, life events and psychiatric symptoms: a longitudinal study. In B. DOHRENWEND & P. DOHRENWEND (eds.). *Stressful life events: their nature and effects*. New York: Wiley.
- NARANG, I. & MURPHY, S. (1994). An assessment of ante-natal care for Asian women. *British Journal of Midwifery*. 2, 169-174.

NATHAN, T. (1986). *La folie des autres. Traité d'ethnopsychiatrie clinique*. Paris: Dunod.

OCDE (2007). *Perspectives des migrations internationales*. Paris: SOPEMI.

OMS (1983). *Migration and health: towards and understanding of health care needs ethnics minorities*. Netherlands: Ed. M. Colledge.

ONU (1994). *Programa de Acção da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento*. ONU: Cairo.

PARKES, C. (1971). Psycho-social transitions: a field for study. *Social Science Medicine*. 5, 101-115.

PHINNEY, J., MADDEN, T., SANTOS, L. (1998). Psychological variables as predictors of perceived ethnic discrimination among minority and immigrant adolescents. *Journal of Applied Social Psychology*. (28, 11), 937-953.

PHINNEY, J., HORENCZYK, G., LIEBKIND, K. & VEDDER, R. (2001). Ethnic identity, immigration and well-being: an interactional perspective. *Journal of social issues: immigrants and immigration*. (57, 3), 493-510.

PIAGET, P. (1970). *Epistémologie des Sciences de l'Homme*. Paris: Gallimard.

PNUD (2004). *Relatório de Desenvolvimento Humano — Liberdade cultural num mundo diversificado*. Mensagem: Queluz

RACK, P.(1982). Migration and mental illness: a review of recent research in Britain. *Transcultural Research Review*, 19, 151-172.

RALEIGH, V., BALARAJAN, S. (1992). Suicide levels and trends among immigrants in England and Wales. *Health Trends*. 24, 91-94.

RAMOS, M. C. (1996). Migrações internacionais e novos desafios. In J. CARVALHO FERREIRA et al. (org.) *Entre a economia e a sociologia*. Oeiras: Celta.

RAMOS, M.C. (2000). L'intégration économique du Portugal dans l'Union Européenne: effets sur les investissements, les migrations et l'emploi. In OCDE, *Mondialisation, migrations et développement*. Paris: OCDE, 171-193.

- RAMOS, M.C. (2004). Nouvelles dynamiques migratoires au Portugal et processus d'intégration. *Revue Française des Affaires Sociales*. 2, 111-144.
- RAMOS, N. (1990). Educação precoce e práticas de cuidados infantis em meio urbano. *Actas do Colóquio viver (n)a cidade*. Lisboa: LNEC, 315-323.
- RAMOS, N. (1993). *Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Une étude ethnopsychologique*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Paris V: Universidade René Descartes, Sorbonne, I e II vol., 736 p.
- RAMOS, N. (1997). Cultura, saúde e desenvolvimento. Novos desafios nas políticas social e de saúde. In Workshop: *Etnicidade, saúde comunitária e política social em Portugal: uma abordagem multidisciplinar*. Lisboa, 5 e 6 de Dez.
- RAMOS, N. (1999). Saúde e multiculturalidade. A criança em contexto migratório. In *IX Congresso Internacional: Saúde comunitária e exclusão social*. Lisboa, 24 e 25 Nov.
- RAMOS, N. (2000). Multiculturalidade, Migração e Cuidados na primeira infância. Perspectivas de prevenção em saúde mental precoce. In *Jornada Científica do Núcleo de Psiquiatria Transcultural*. Lisboa: Hospital Miguel Bombarda, 10 de Maio.
- RAMOS, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade : Para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. (35, 2), 155-178.
- RAMOS, N. (2001). Educação, saúde e culturas – Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. (36,1,2,3), 463-487.
- RAMOS, N. (2002). Contextos e problemáticas na infância. Da prevenção à saúde e ao desenvolvimento. *Desafios Sociais*. (2,2), 24-46.
- RAMOS, N. (2002). Communication, éducation et interculturalité. Vers une éducation à la tolérance. *Diálogos*. 5, 68-75.
- RAMOS, N. (2003). *Interculturalité, éducation et communication*. Bucarest: Ed. Melina Press.

RAMOS, N. (2004). *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Univ. Aberta.

RAMOS, N. (2005). Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão — do desenvolvimento à saúde e à educação. *Psychologica*. 38, 241-263.

RAMOS, N. (2006). Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção. *Psychologica*. 41, 329-350.

RAMOS, N. (2006). Saúde, desenvolvimento e direitos humanos. *Interface*. (3,1), 11-31.

RAMOS, N. (2007). Comunicação e Interculturalidade nos Cuidados de Saúde. *Psychologica*. 45, 147-169.

RAMOS, N. (2007). Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. (41, 3), 223-244.

RAZKALLAH, N. & EPELBOIN, A. (1997). *Chroniques du saturnisme infantile — 1989-1994. Enquête ethnologique auprès des familles parisiennes originaires du Sénégal et du Mali*. Paris: L'Harmattan.

REDFIELD, R. et al. (1936). Memorandum on the study of acculturation. *American Anthropologist*. 38, 149-152.

REIJNEVELD, S. (1998). Reported health, lifestyles and use of health care of first generation immigrants in the Netherlands: do socioeconomic factors explain their adverse position? *Journal of Epidemiology and Community Health*. (52,5), 298-304.

RESNICK, M. et al. (1997). Protecting adolescents from harm: findings from the national longitudinal study on adolescent health. *Journal of the American Medical Association*. 278, 823-832.

RYKWERT, J. (1988). *Preface to the Paper Edition, The Idea of a Town*. MitPress.

ROBINSON, J. (1984). Racial inequality and the probability of occupation-related injury or illness. *Milbank Memorial Fund Quarterly*. 62, 567-590.

SARASON, B., SARASON, I. & PIERCE, G. (eds.) *Social support: an international view*. New York: John Wiley.

- SCHMITZ, P. (1992). Imigrant mental and physical health. *Psychology and developing societies*. 4, 117-131.
- SEGALL, M., DASEN, P., BERRY, J., POORTINGA, Y. (1990). *Human behaviour in global perspective: an introduction to cross-cultural psychology*. New York: Pergamon Press.
- SCHNAPPER, D. (2007). *Qu'est-ce que l'intégration*. Paris : Gallimard.
- SERRÃO, J. (1974). *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SHWEDER, R. et al. (1997). The big three of morality (autonomy, community, divinity) and the big three explanations of suffering. In A. BRANDT & P. ROZIN (Eds). *Morality and health*. London: Routledge.
- SNYDER, H. (2001). Child delinquents. In R. LOEBER, D. FARRINGTON (Eds.) *Risk factors and successful interventions*. Thousand Oaks, CA: Sage
- STEPHAN, C. (1992). Intergroup anxiety and intergroup interaction. In J. LYNCH, D. MODGIL, S. MODGIL (Eds.). *Cultural diversity and the schools : prejudice, polemic or progress?* London : Falmer Press.
- SHERIF, M. (1970). *Group conflict and co-operation: their social psychology*. London: Routledge & Kegan Paul.
- SOZOMENON, A. et al. (2000). *Mental health consumer participation in a culturally diverse society*. Sidney: Australian Transcultural Mental Health Network.
- STAFFORD, M. et al. (2005). Gender differences in the association between health and neighbourhood environment. *Soc. Sci. Med.*, 60, 1681-1692.
- STORK, H. (1986). *Enfances indiennes. Étude de psychologie transculturelle et comparée du jeune enfant*. Paris: Le Centurion.
- STRONKS, K., RAVELLI, A. & REJINEYVELD, A. (2001). Immigrants in the Netherlands: equal access for equal needs? *Journal of Epidemiology and Community Health*. (55, 10), 701-707).

- SWARTZ, L. (1998). *Culture and mental health: a southern African view*. Oxford: University Press.
- TAYLOR, S., REPETTI, R. & SEEMAN, T. (1997). Health Psychology: What is an Unhealth environment and how does it get under the skin? *Annual Review of Psychology*. 48, 411-447.
- TAJFEL, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*. (223, 5), 92-102.
- TRIANDIS, H. et al. (1988). Individualism and collectivism: cross-cultural perspectives on self-in-group relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*. 4, 323-338.
- VECKENRODE, J. & GORE, S. (1981). Stressful event and social supports. The significance of context. In B. GOTTLIEB (ed.) *Social networks and social support*. Beverly Hills: Sage.
- VAN DIJK, R. (1998). Culture as excuse: the failures of health care to migrants in the Netherlands. In S. GEEST, A. RIENKS (Eds). *The art of medical anthropology. Readings*. Amsterdam: Het Spinhuis.
- VALA, J. et al (2004). Social values, prejudice and solidarity in the European Union. In W. ARTS e L. HALMAN (org.). *European Values at the end of the millennium*, Leiden: Koninklijke Brill NV.
- WILLIS, P. (1977). *Learning to labour: how working class kids get working class jobs?* Ashgate : Adershot.
- WILKINSON, M. (1992). Income distribution and life expectancy. *British Medical Journal*. 304, 165-168.
- WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION) (1971). Society, stress and disease. *Who Chron*. 25, 168-178.
- WHO/EURO/HCP0 (1988). Promoting health in an urban context. *WHO Healthy Cities Papers*. 1. FADL: Copenhagen.
- WHO (1996). World health day : Healthy cities for better life. *World Health Day*. Geneva.

A segunda revolução cultural: progresso técnico, novo entretenimento e exclusão digital no Brasil

*Fabio Sá-Earp**

Introdução

Se existe consenso quanto às políticas culturais é quanto ao seu papel indispensável para corrigir falhas de mercado, isto é, fornecer aos cidadãos acesso àqueles bens e serviços que constituem o que chamamos imprecisamente “cultura” e que não estão sendo fornecidos adequadamente pela economia mercantil. Os passos para a formulação de tais políticas começam com a determinação de que falhas são estas, prosseguem com a determinação de suas causas e a discussão das alternativas. Em seguida, com a implementação da alternativa escolhida e finalmente com a sua crítica e reavaliação. O ponto de partida é logicamente a determinação de onde está a falha a ser corrigida, o que por vezes está longe de ser óbvio.

*

Professor do Instituto de Economia da UFRJ, coordenador do GENT—Grupo de Pesquisas em Economia do Entretenimento.

Alguns fenômenos não surgem de imediato aos olhos do observador, mas vão sendo descobertos progressivamente ao longo do tempo e também apenas progressivamente serão compreendidos por um número maior de pessoas. Este é o caso da geografia, que vai aparecendo metro a metro sob as botas e pés descalços dos primeiros expedicionários, cujos relatos, portulanos¹ e mapas, que de início são segredos de Estado ou de empresa, e que, com o correr do tempo, passam a ser ensinados até nas escolas.

¹ Um portulano é uma “carta marítima do fim da Idade Média e do Renascimento, em que se descrevem as posições dos portos, as costas e as marés.” (Koogan/Houais, *Enciclopédia e dicionário ilustrado*)

Outros fenômenos aparecem e se tornam conhecidos de sopeão, como um tsunami, que em poucos dias passa a integrar o estoque de conhecimento da maior parte da humanidade, e assim passa a ser uma *obviedade*. O óbvio é obscuro por longo tempo, até que se revela a todos em sua plenitude; antes deste momento aqueles poucos que o vislumbraram não tiveram competência para divulgá-lo. Na verdade, a grande maioria preferiu optar por cobri-lo com o véu do silêncio, por comodismo, medo do ridículo ou mero hábito de recalque do novo. O perigo dos tsunamis já era conhecido dos especialistas, mas estes não tiveram competência para se fazerem escutar, quando a onda de investimentos turísticos em praias paradisíacas trouxe turistas e trabalhadores para as áreas expostas, sem que se montasse em paralelo um sistema de alerta e rápida remoção, antes que o oceano trouxesse sua vaga devastadora.

O tema que abordarei aqui me parece de importância óbvia, mas ainda não se generalizou nas mentes de forma a tornar-se uma *obviedade*. Trata-se de um tipo especial de exclusão digital, a dos mais idosos, que não recebem uma educação nem o incentivo necessários para a reeducação permanente indispensável para acompanhar um ambiente em mutação acelerada — ou seja, uma revolução. Para abordá-lo farei uso de uma analogia (o mais precário e elementar dos instrumentos científicos) com um fenômeno ocorrido há quatro décadas, na en-

tão distante e isolada China, e em seguida retornarei ao dilema contemporâneo que se apresenta neste país.

1. *A revolução cultural chinesa na década de 1960*

Hoje a China é o país que mais cresce no mundo e aquele que mais atrai os esforços de investigação dos acadêmicos em todo o mundo. Há quatro décadas esta mesma China era objeto de estudo de uns poucos especialistas em estudos sobre o comunismo, boa parte dos quais ligados aos órgãos de defesa dos membros da OTAN e da União Soviética (até onde conheço, nenhum era brasileiro). A maioria destes tinha informações precárias e, tal como o grande público, ficou surpresa quando o governo de Beijing (então ainda chamada no Ocidente de Pequim) anunciou o início da Grande Revolução Cultural².

O que estava ocorrendo não tinha precedente. O governo escolhia como bode expiatório para o fracasso de sua política econômica a ação sabotadora (consciente ou não) da mentalidade burguesa e feudal que ainda impregnaria a cultura chinesa, mesmo depois de eliminadas as classes feudal e burguesa. O objetivo do movimento era, portanto, criar um homem novo, com uma mentalidade comunista capaz de substituir os reacionários feudais e burgueses.

A força revolucionária foi uma multidão de estudantes, mobilizada pelo Partido Comunista, que divulgavam pelos métodos necessários as verdades contidas no *Livro dos Pensamentos do Presidente Mao* — o então famoso *petit livre rouge*, rapidamente traduzido e utilizado pelos maoístas de todo o mundo. A obra continha máximas genéricas, de poucas palavras, que deviam ser aplicadas às mais diversas situações concretas, cabendo aos jovens operar a difícil transição entre os diferentes níveis de abstração — das quais talvez a mais conhecida seja “a prática é o critério da verdade”.

² Para uma leitura básica acerca do tema, ver Adshhead (1995) e Spence (1996).

A Revolução Cultural foi, portanto, um processo de reeducação da sociedade, em que foi dado aos jovens o poder de enquadrar os mais velhos e, em caso de resistência, marginalizá-los. Com isso, nas escolas e universidades, os professores foram colocados nos bancos escolares e receberam aulas dos seus alunos, que repetiam todo o besteiro que haviam decorado. Muitos professores, pesquisadores e artistas foram afastados e mandados para campos de reeducação, onde perderam seus antigos hábitos elitistas, exercendo atividades humilhantes, como descascar batatas e limpar privadas.

Como resultado, grande parte dos artistas e intelectuais foi sucateada, o que teve como consequência a estagnação científica e artística do país, e levou à paralisação do desenvolvimento econômico. Em poucos anos verificou-se a necessidade de voltar atrás e reintegrar os intelectuais, para que a economia chinesa pudesse voltar a crescer e achasse seu próprio caminho até se transformar na potência que é hoje.

2. A revolução cultural contemporânea

Desde o aparecimento dos microcomputadores pessoais, nos anos 1980, estamos vivendo um processo revolucionário, que foi ampliado e acelerado com o surgimento da Internet. Todo um universo cultural sem precedentes passou a estar ao alcance daqueles capazes de chegar a um computador e utilizá-lo, sendo reconhecido como problema crucial a incapacidade de operar os programas necessários, o analfabetismo digital. E este é muito mais amplo do que se imagina, estando longe de reduzir-se à população marginalizada que por razões econômicas não pode adquirir equipamentos eletrônicos.

Tomemos o exemplo do autor destas linhas que, proprietário de dois computadores e um telefone celular, é incapaz de utilizar a maior parte do que estes aparelhos podem fazer quando ma-

nipulados por um operador competente. Não estou falando dos programas usuais de e-mail, acesso a *sites* de órgãos de imprensa/pesquisa e manipulação de um pacote do tipo *Office*, mas a todo um universo de *games*, *animes*³ e demais softwares de produção e distribuição descentralizada que constituem o que genericamente se chama WEB 2.0. Uma infinidade de pessoas em todo o mundo está, não apenas desenvolvendo suas habilidades no uso de software, como aprendendo línguas meramente como subproduto de sua diversão. Apenas para citar um exemplo, um professor universitário do Rio de Janeiro, na faixa dos 30 e poucos anos, está aprendendo japonês (e aperfeiçoando seu inglês) apenas assistindo *animes*, em seu computador. Ou seja, adquirindo um conhecimento sofisticado a partir de uma simples diversão, o que constitui a base do que proponho chamar de novo entretenimento.

2.1. AS LINHAS GERAIS DO NOVO ENTRETENIMENTO

Em que consiste este novo universo? Começemos com os *games*, que são jogos que fazem uso de “técnicas computacionais sofisticadas que podem ser empregadas em múltiplos programas interativos, principalmente naqueles que envolvam interfaces gráficas complexas, o que significa o uso de várias mídias, incluindo animações com gráficos 2D e 3D, vídeos, som, som 3D, etc., bem como ambientes multiusuário baseados em Internet.” (Softex, 2005:9) Estas mídias podem ser consoles⁴, computadores (com programas em DVD ou baixados na Internet banda larga), telefones celulares, TVs digitais, *handshells* e consoles portáteis⁵ e mesmo em diversas destas plataformas simultaneamente.

Estes *games* são de diversos tipos: de aventuras (os mais primitivos, surgidos há três décadas), de estratégia (que envolvem um enredo que simula uma guerra), de simulação (tentam reproduzir as leis da física, para, por exemplo, treinamento de

³ “*Anime* (アニメ) por vezes escrito *Animé* ou *Animê*, sendo a real pronúncia *Animê*), pois os japoneses assim o pronunciam, é o nome dado à animação japonesa. A palavra *Anime* tem significados diferentes para os japoneses e para os ocidentais. Para os japoneses, anime é tudo o que seja desenho animado, seja ele estrangeiro ou nacional. Para os ocidentais, anime é todo o desenho animado que venha do Japão”. “*Animes*”, *Wikipedia*, informação recolhida em 29 de julho de 2007.

⁴ Consoles são aparelhos digitais que podem ser conectados a um aparelho de TV e a uma “unidade de armazenamento contendo programas e/ou dados de um jogo em particular. Os consoles mais avançados disponíveis são o PlayStation 2, da Sony; o Xbox, da Microsoft e o Game Cube, da Nintendo”. (Softex, 2005:9)

⁵ *Handshells* e consoles portáteis são plataformas que “possuem telas de menor tamanho e melhor qualidade que

celulares, possibilitando o acesso a jogos de melhor resolução gráfica. Os principais consoles portáteis são o Game Boy, da Nintendo, e o Playstation portátil (PSP), da Sony.” (Softex, 2005:9)

pilotos), de ação (com histórias simples, mas que exigem bons reflexos), histórias interativas (os famosos RPG, *Role Playing Games*, que criam no computador um ambiente que simula o mundo real e leva cada jogador a assumir um papel), infantis (interface simples e caráter educacional), passatempos (quebra-cabeças de execução rápida, sem história), esportes (simulação de jogos como basebol etc.), educação/treinamento (usando as facilidades dos games anteriores, *advergames* (também usando as facilidades dos jogos anteriormente mencionados, estes são “jogos interativos disponíveis em sites de empresas, visando promover marcas, e atrair tráfego” (Softex, 2005:10).

Este mercado gera negócios de importância crescente: em 2003 movimentava US\$ 22,3 bilhões apenas de *software*. Incluindo todo o *hardware* e acessórios, os valores alcançavam US\$ 50 bilhões. A título de comparação, o total do gasto com publicidade em televisão nos Estados Unidos, no mesmo ano de 2003, alcançou pouco mais de US\$ 60 bilhões⁶. No mesmo ano a receita de bilheteria do cinema norte-americano foi de US\$ 9,49 bilhões, menos da metade daquela gerada pelos games.⁷

De 2003 para cá, ainda que não existam estatísticas agregadas confiáveis, há razões para crer que os negócios continuaram a crescer a uma taxa bastante superior à da média da economia. Pesquisa realizada pela Nielsen (2007), em 12 mil residências nos Estados Unidos, mostrou que no final de 2006 existiam consoles em 41% delas, contra 35% apenas dois anos antes. A população atingida é estimada em 148 milhões de pessoas, sendo que tinham acesso a um destes aparelhos *todos* os homens entre 18 e 24 anos e 80% daqueles entre 12 e 17 anos. Este é um programa basicamente masculino, pois para cada mulher usuária existem três homens. E os usuários homens são jovens: apenas 9% têm mais de 35 anos. E, lembremos, existem todas as demais mídias para acesso aos *games*, que ainda não foram devidamente estudadas.

6 Dado obtido de www.aacc.fr/statistiques, em 26/4/2006.

7 Olarte (2004). Observe-se, porém, que o valor gerado pela totalidade da cadeia produtiva do cinema mais do que dobra, quando se incluem exibição no exterior, home vídeo, exibição em TV aberta e a cabo em todo o mundo. No ano 2000 essa cadeia arrecadou um total de US\$ 20,4 bilhões (Vogel, 2004: 68).

Vistos estes números, gostaria de chamar a atenção para aquele que talvez seja o mais popular dentre os jogos de histórias interativas, o mundo virtual *Second Life*, que se pode acessar através de qualquer computador dotado de banda larga. Este jogo é a matéria de capa da *Newsweek*⁸, no momento em que estou escrevendo estas linhas, Assim como foi destaque nas principais revistas nacionais e estrangeiras nos últimos meses. *Second Life* pode ser descrito sucintamente da seguinte forma:

“O ambiente virtual *Second Life* é um sistema computacional voltado principalmente para o entretenimento e pode ser encarado como um jogo, um mero simulador, um comércio virtual ou uma rede social, dependendo da forma como é utilizado. O sistema possui um sistema de moeda próprio chamado Linden Dollar (...) [que] pode ser convertido para dólares americanos (reais).

“(...) é como uma vida paralela: é possível fantasiar os planos até então impossíveis de serem atingidos na vida real”⁹.

Neste jogo cada participante cria um ou mais personagens (chamado de *avatar*), segundo seu gosto, e pode ter qualquer tipo de interação com todos os demais oito milhões de jogadores cadastrados, excluída a violência não consentida. Isto significa que uma costureira malaia pode ser uma *top model*, um *cowboy* ou um sedutor latino, ou todos estes personagens e quantos mais sua imaginação possa criar. Pode alugar um apartamento pelo equivalente a um real por mês (ou não ter moradia, o que não faz falta), ter literalmente centenas de pares de sapatos copiados das grifes da moda, e regredir à infância ao passar horas brincando de enfeitar e passear com uma boneca que é a sua própria representação. E se não gostar de alguém com quem interage, pode simplesmente bloquear tudo o que tal pessoa diz, neutralizando-a inteiramente como se a matasse.

8
Ver Bennett e Beith
(2007).

9
“Second Life”,
Wikipedia, informação
obtida em 31/7/2007.

Existem 8 milhões de jogadores registrados em todo o mundo, em torno de 1,5 milhão acessando-o, pelo menos uma vez a cada dois meses, e a qualquer momento do dia existem pelo menos 20 mil participantes *on line*. O acesso ao jogo é gratuito e tudo pode ser obtido com esforço e/ou dinheiro (caso o jogador queira comprar *lindens dollars*, a uma taxa de aproximadamente 110 lindens por real, quando escrevo). Os jogadores podem interagir como quiserem, conversando, dando festas, tendo relações sexuais ou o que mais queiram, praticamente sem limites (por exemplo, para deslocamentos, pode-se escolher entre andar, correr, voar ou teletransportar-se, escrevendo o nome do lugar para onde se deseja ir). É possível construir objetos, como casas, ou adquiri-los prontos — uma casa pode ser tão barata quanto seis reais. As estatísticas revelam que:

“... 57 percent of Second Lifers spend more than 18 hours a week there, and 33 percent spend more than 30 hours a week. On a typical day, customers spend \$ 1 million buying virtual clothes, cars, houses and other goods for their eventual avatars, and total sales within virtual economy are now growing at an annual rate of 10 percent.” (Bennett e Beith, 2007:36)

“... by the end of the year users will have spent 125 billion Linden dollars in Second Life (about \$ 460 millions). About 5 billion Linden dollars were changed (...) into \$ 19 million in 2006. So far this year, they’ve converted 37 million, much of it earned in virtual-world transactions.” (Bennett e Beith, 2007:39)

Existem, portanto, diversas formas de se ganhar dinheiro no jogo e trazê-lo para o mundo real; a matéria da *Newsweek* mostra diversos exemplos, como o do antigo gerente de um pequeno mercado em Nova York que passou a viver da venda de roupas de seu próprio desenho, ganhando cerca de 300 dólares por dia. Mas os negócios não são tudo. Pessoas que têm uma vida infeliz

podem ser príncipes no *Second Life*, bastando para isso o acesso a um computador conectado à banda larga, algum conhecimento do *software*, o esforço e a capacidade de expressar-se em alguma língua reconhecível, sendo o inglês a mais utilizada — os brasileiros costumam revelar a precariedade de nosso sistema educacional... Este mundo virtual permite, assim, um escape das mazelas do cotidiano, transformando-se para muitos em um vício quase irresistível, no qual podem participar usando sua criatividade, seu dinheiro e sua preguiça, de acordo com o desejo do momento.

Porém, o mais importante, é que, para aqueles que não jogam, este mundo virtual é *incompreensível*. Existe uma barreira de conhecimento que não pode ser quebrada nem mesmo pelo uso dos manuais disponíveis¹⁰; é preciso aprender fazendo, o que só é possível através da troca de informações entre os participantes, com a criação de conhecimento tácito. Isto é tão mais importante quando se sabe que mais de 90% de todo o conteúdo do *Second Life* é criado pelos próprios jogadores, o que transforma este jogo em um membro destacado do que se chama WEB 2.0.

¹⁰ Como, por exemplo, v3image (2007).

Tim O'Reilly, que inventou o termo em 2004, o define:

“WEB 2.0 é a mudança para uma Internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nessa nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva”¹¹.

¹¹ “WEB 2.0”, *Wikipedia*, informação obtida em 29/7/2004.

Não é possível comprar estes programas e deles fazer uso privado, pois são transmitidos pela Internet e usados coletivamente por todos os usuários da plataforma. A própria *Wikipedia* é um exemplo, assim como os *blogs* com seus novos e variados recursos, o *You Tube*, o *My Space* e tantos mais¹². Podem ser fornecidos livremente ou exigirem pagamento, mas sua comer-

¹² Ver Garfield (2006), Davis (2006), Rose (2006).

cialização é completamente diferente da que antes se praticava. A forma de cobrança deixa de ser por unidade vendida, como os CDs de programas, e passa a ser por acesso ao serviço, cobrado por uma mensalidade.

Estes programas são abertos, o que significa que qualquer pessoa pode utilizar uma parte de um *software* para construir outros. Estamos entrando em um mundo no qual os *softwares* elaborados coletivamente por inúmeros usuários estão em processo de mudança permanente, o que exige do usuário participar de um processo de *educação permanente*. Cada vez adianta menos fazer um curso para aprender a usar algo que está sendo modificado a cada instante: é preciso aprender as linguagens para poder ler as mudanças de um conhecimento que é transmitido de forma frouxa, descentralizada e tácita. Esta é uma revolução cultural.

2.2. NOVAS TECNOLOGIAS E EXCLUSÃO DIGITAL

Vejamos a analogia com o caso chinês de quatro décadas atrás: assistimos a um movimento também de jovens, armados com computadores e aparelhos eletrônicos portáteis múltiplos (APEMS)¹³. Mas em lugar de participarem de um movimento organizado, estes novos revolucionários da cultura atuam isoladamente com o único propósito de se divertirem. E, ao fazê-lo, adquirem o instrumental indispensável para navegar na WEB 2.0 e usá-la simultaneamente como espaço de lazer e de trabalho.

Este movimento já atingiu as universidades americanas, em um movimento que pode ser to início de uma avalanche. Voltemos à *Newsweek*:

“Architecture professor Terry Beaubois began teaching a Montana State University course in *Second Life* two years ago, remotely from his Califor-

¹³ Trata-se de aparelhos que podem desempenhar diversas funções segundo o gosto do usuário, desde um simples celular até computador de bolso, máquina fotográfica, rádio, agenda, gravador, e o que mais a imaginação possa sugerir. Para uma visão mais ampla do conceito de APEM, ver Sá-Earp (2006).

nia home. Now at MSU full time, he meets with classes each week out of “University Island”, a mock campus that his students design and built, with classrooms, workshops and an oceanside gallery where they displayed their work. Rather than using paper sketches and cardboard models, they build interactive replicas of real buildings and neighborhood-development projects, adhering to proper structure, gravity and physics. (...) Although Bearbois’s colleagues questioned his decision to teach through what they called a ‘computer game’, he’s now head of MSU’s Creative Research Lab and has the backing of the university’s president (who has an avatar of his own). And more than 250 universities, including Harvard and the MIT, now operate distance-learning programs in Second Life. Students meet in virtual classrooms to discuss history and political science. Teachers give virtual presentations, and lead virtual field trips. Guest lectures visit from all over the world.” (Bennet e Beith, 2007:39-40)

Todas estas são atividades inovadoras que os acadêmicos da minha geração sequer conseguem vislumbrar. A Segunda Revolução Cultural é um movimento pacífico, mundial, liderado por jovens que não estão lutando e muitas vezes sequer trabalhando, mas brincando, fazendo este misto de atividades sérias e de diversão, de jogo, desenvolvimento de *software* e auto-aprendizado que denomino **novo entretenimento**.

São pessoas que apenas querem se divertir, não mudar o mundo, embora o estejam fazendo. E esta mudança tem um efeito colateral indesejável semelhante ao ocorrido na China há quatro longas décadas: a velha geração de intelectuais está perdendo o pé das novas tecnologias, tornando-se incapaz de se comunicar com os jovens e, portanto, sendo transformada em *sucata*. Isto é um caso clássico de exclusão digital, mas que ainda não foi percebido como tal. Embora óbvio, ainda não se transformou em uma obviedade.

Todos percebemos claramente a exclusão digital dos pobres que não têm computador. Há alguns anos se está trabalhando

na solução do problema, e ainda este ano o computador de 100 dólares começará a proporcionar meios para incluir a população de baixa renda. A redução dos preços do *hardware* fará com que em 10, ou no máximo 20 anos, os jovens pobres usarão computadores pessoais como hoje já usam celulares.

E as coisas mudam com rapidez: pesquisa realizada pelo *Creative Commons*, na favela do Jacarezinho¹⁴, no Rio de Janeiro, constatou a existência de cerca de 30 a 50 *lan houses*, com máquinas de baixa potência construídas com fragmentos de outras. Estas lojas são freqüentadas por crianças de baixíssima renda, que muitas vezes vendem balas nas esquinas, e que pagam um real por hora para poderem ter acesso a esse novo mundo e escaparem da favela, em lugar de comprarem *crack* e cola de sapateiro para amenizar a falta de esperança. Estes jovens aprendem uns com os outros e praticamente todos tinham e-mail e freqüentavam o Orkut.

Fenômeno semelhante ocorre em Buenos Aires, onde pesquisa do governo municipal revelou que 97% dos meninos que vivem nas ruas já utilizaram a Internet pelo menos uma vez na vida. Cerca de 30% destas crianças navegam duas ou três vezes por semana, mais de metade das quais passam mais de uma hora conectada, em cada acesso. Isso é feito nos inúmeros *cyber-cafés* da cidade, sendo o gasto semanal equivalente a algo entre quatro e 14 reais. A maioria troca mensagens com os amigos e, o mais impressionante, 20% dela têm um *fotolog*¹⁵.

As crianças pobres não são o problema, pois saberão aproveitar as oportunidades que tiverem, como o fazem hoje com as migalhas que lhes sobram do consumo da classe média. O problema realmente grave somos nós, intelectuais acima dos 50 anos de idade, cheios de saberia livresca, que temos vergonha de confessar nosso analfabetismo diante de todos os softwares que não sabemos usar, muito menos de tomar providências para resolver o problema. Por isso estamos virando sucata, embo-

14
Informação prestada
pelo professor Antonio
Carlos Cabral, do
Centro de Tecnologia e
sociedade da FGV-RJ,
em debate no III
ENECULT

15
"Internet chega a 97%
dos meninos de rua em
Buenos Aires", *O Globo
Online*, 12/6/2007,
<http://oglobo.globo.com.tecnologia/mat/2007/06/12/296114080.asp>.

ra talvez não todos, pois uns 10% talvez consigam entender os novos tempos. Os demais estamos virando lixo rapidamente, e a principal razão, me parece, é porque só aceitamos aprender o lado “sério” da Internet, enquanto a revolução está se dando no lado lúdico, que é desprezado como brincadeira infantil.

3. CONCLUINDO: COMO REINTEGRAR ESSES INTELLECTUAIS NO MUNDO?

Temos que iniciar imediatamente um movimento para reincluir esta geração, enquanto a distância ainda é pequena. É um processo educativo que terá necessariamente como lócus as universidades. Tal como ocorreu na China, é chegada a hora dos professores se sentarem nos bancos escolares e aprenderem com os seus alunos, que agora ensinarão não o que decoraram, mas o que aprenderam por ensaio e erro. Este é um processo necessariamente descentralizado, em uma infinidade de cursos de curta duração, mas que tem que ser levado a cabo em todo o país, isto é, tem que ser uma prioridade da política cultural.

O primeiro e indispensável passo é reconhecer a existência do problema, isto é, transformá-lo numa *obviedade*. Para isso é preciso vencer a mediocridade dos intelectuais, que evitam reconhecer suas próprias deficiências, mas que reagem avidamente a estímulos pecuniários (veja-se a disputa pelas bolsas de pesquisa do CNPq). Uma vez reconhecido o problema por parte das autoridades responsáveis pelo ensino e pela pesquisa, será necessário oferecer incentivos para que cada universidade encontre soluções segundo suas necessidades e seus recursos. O país é amplo e diverso o bastante para que diversas soluções sejam experimentadas, criticadas e corrigidas. Mas é preciso começar.

No Brasil, os problemas tendem a ser empurrados com a barriga até que o desastre aconteça e seja tarde demais para uma

solução fácil. A hora de agir é agora, antes que ocorra um apagão cultural, sucedendo o energético e o aéreo.

Referências bibliográficas

Adshead, S.A.M. (1995). *China in world history*. London, Mc-Millan, 2ª edição.

Bennett, J. e Beith, M. (2007). “Alternate universe”, in *Newsweek*, 30/7/2007.

Davis, J. (2006). “The secret world of Lonelygirl.” *Wired*, nº 14, december.

Garfield, B. (2006). “You Tube vs. Boob Tube”. *Wired*, nº 14, december.

Nielsen (2007). *The state of the console. Video game console usage Fourth Quarter 2006*. Nielsen Wireless and Interactive Services, The Nielsen Company.

Olarte, O.L. (2004). *Las fuerzas económicas del mercado mundial de cine*. Documento de apoyo técnico para la defensa de políticas Del setor cinematográfico de países latinoamericanos em las negociaciones de los Tratados de Libre Comercio, Convenio Andes Bello — Economía y Cultura, novembro. Mimeo.

Rose, F. (2006). “Commercial break”. *Wired*, nº 14, december.

Sá-Earp, F. (2006). “Tendências do entretenimento nas próximas décadas”, in Kamel, J. A.N. [org.] *Engenharia do entretenimento — meu vício, minha virtude*. Rio de Janeiro, e-papers.

Softex (2005). *Tecnologias de visualização na indústria de jogos digitais: potencial econômico e tecnológico para a indústria brasileira de software*. Campinas: Softex.

Spence, J. D. (1996). *Em busca da China moderna*. São Paulo, Companhia das Letras.

Vogel, H.L. (2004). *Entertainment industry economics*. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 6ª edição.

v3image (2007). *A beginner's guide to second life*. Las Vegas: ArcheBooks Publ. Inc.

Este livro foi composto na EDUFBA por Jeferson Bezerra. O projeto gráfico foi desenvolvido no Estúdio Quimera por Iansã Negrão com o auxílio de Inara Negrão para a EDUFBA, em Salvador. Sua impressão foi feita no setor de Reprografia da EDUFBA. A capa e o acabamento foram feitos na Bigraf, em Salvador.

A fonte de texto é DTL Documenta. As legendas foram compostas em DTL Documenta Sans, família tipográfica projetada por Frank Blokland.

O papel é Alcalino 75 g/m².



